



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL PPG/MDR

MARCELUS CLEI DA SILVA BURASLAN

**A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-FRANÇA: DOS TRATADOS DE LIMITES
À FRONTEIRA-REDE**

Macapá

2017

MARCELUS CLEI DA SILVA BURASLAN

**A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-FRANÇA: DOS TRATADOS DE LIMITES
À FRONTEIRA-REDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional sob a orientação do Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas. Linha de Pesquisa: Sociedade, Cultura e Políticas Públicas.

Macapá

2017

MARCELUS CLEI DA SILVA BURASLAN

**A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-FRANÇA: DOS TRATADOS DE LIMITES
À FRONTEIRA-REDE**

Dissertação apresentada ao colegiado do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional

Esta dissertação foi submetida à banca examinadora, abaixo especificada, em 06 de julho de 2017, sendo o mestrando considerado aprovado.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas

Orientador - UNIFAP.

Prof. Dr. Iuri Cavlak

Examinador Interno - UNIFAP.

Prof. Dr. Joseph Handerson

Examinador Externo - UNIFAP.

Macapá

2017

Aos meus filhos, João e Heitor

Aos meus pais, Niaze e Janete.

Minha Vovó Albertina (*in memoriam*)

Aos meus alunos.

Epígrafe

*“E nossa história não ficará pelo avesso sem
final feliz. Teremos coisas bonitas pra contar.
E até lá vamos viver, temos muito ainda por
fazer. Não olhe pra trás, apenas começamos.
O mundo começa agora, apenas começamos”*

(Renato Russo)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar as forças em todas as horas que pensei em desistir das coisas mais importantes que fiz em minha vida.

A minha esposa Lourdes Eline, que sempre foi fiel e companheira em todos os dias durante 20 anos em minha vida.

Aos meus filhos, João Gabriel e Heitor Leite, por serem a minha maior inspiração e para eles dedico esse trabalho.

Aos meus pais, Niaze Belo e Maria Janete, por serem os maiores torcedores de meu sucesso e por me criarem e me darem o amor e carinho que um filho pode ter de seus pais.

Aos meus alunos que sempre torceram por mim e em mim depositam a confiança em lhes passar os conhecimentos da História.

Ao meu amigo Romário Valente Santos, por me ajudar em todos os momentos desse trabalho. Sei que sem a ajuda dele eu não teria conseguido terminá-lo.

A todos os meus amigos de minha turma de mestrado, que na hora mais difícil me apoiaram e não me deixaram desistir.

Ao meu orientador, Yurgel Pantoja Caldas, por ter me escolhido como seu orientado e por me passar todo respaldo técnico para a conclusão desta obra.

Ao professor Jadson Porto, por ser fonte de minha inspiração para a escolha do título de meu trabalho pelas suas aulas de robusto conhecimento de História e de Geografia do Amapá.

Ao professor Iuri Cavlak, por me oportunizar intensos debates em suas aulas sobre História do Brasil e do Amapá.

À professora Rauliette Diana, que me ajudou em meu trabalho de campo, quando me levou de carona ao município de Oiapoque.

À professora e pedagoga Angélica Furtado, por me ajudar na elaboração de meu projeto de pesquisa, quando me submeti ao processo seletivo do MDR.

A todos os professores do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, quando estes me passaram seus conhecimentos e orientações necessárias à minha formação.

Ao meu amigo Antonio (Toninho) chefe da divisão de transportes das Unifap.

RESUMO

Na fronteira setentrional do Amapá com a Guiana Francesa, têm ocorrido várias discussões e embates que se arrastam por alguns séculos na história local/nacional. Os tratados de limites, como o Provisional (1701) e o de Utrecht (1713), no início do século XVIII, as disputas territoriais e as invasões estrangeiras, tanto pela parte do protetorado francês quanto pela colônia portuguesa na América, desenharam um cenário de divergências e litígios sobre o espaço fronteiriço – situação ainda não superada em sua totalidade. O processo de demarcação dessa fronteira não foi o seu único problema, pois outras questões emergiram, tais como: 1) a condição fronteiriça no Platô das Guianas com o Brasil, nos dias atuais, a partir da discussão e da análise sobre como os novos atores e protagonistas políticos constroem e usam o território fronteiriço; 2) a forma e as ações na construção do novo cenário diplomático, a partir dos acordos políticos entre as unidades subnacionais do estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa; 3) o processo de construção da nova rede técnica como a ponte binacional, a pavimentação total da BR-156 e o porto de Santana – instrumentos que não conseguem funcionar de forma eficaz por serem obras inacabadas. Realizar um exercício de escalas também é fundamental para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa. A escala deve ser entendida enquanto construção social, portanto, para além de sua definição geométrica. Dessa forma, ela pode ser pensada em três formas: escala de dimensão, escala cartográfica e escala conceitual. Pensando a partir das escalas, percebe-se que os ditames globais balizam uma nova conjuntura de mudanças para as regiões fronteiriças, que reforçam a característica da região como área de transição, interface e comutadora entre os países vizinhos. No entanto, as políticas aduaneiras, os acordos bilaterais, a carta de circulação e a proposta de cooperação fronteiriça como o transbordo, o comércio, o controle sanitário e a migração internacional, estão estancados e se revelam como entraves ainda não superados na região fronteiriça entre o estado do Amapá (Brasil) e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França). Este trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro capítulo tem por objetivo apresentar um quadro teórico e metodológico capaz de balizar as discussões sobre fronteira e de superar antigos dilemas e equívocos presentes na construção deste conceito/categoria. O segundo capítulo deste trabalho tem como objetivos os subsídios teóricos e históricos da construção da fronteira franco-brasileira, e o terceiro e último capítulo deste trabalho tem por objetivo principal destacar a condição fronteiriça atual na faixa de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Optou-se pela pesquisa qualitativa, já que, para se trabalhar com um objeto de estudo alicerçado em contextos sócio-históricos específicos, é imprescindível para se buscar uma compreensão aprofundada do objeto, não apenas as quantificações. A abordagem metodológica, o que se pretendeu foi essencialmente confrontar pontos de vista com suas contradições, por meio das quais se deixou emergir com maior rigor científico o objeto que se investigou. O método histórico, balizou as investigações e as causas históricas que conduziram a uma realidade presente, procurando entender o tema do trabalho, no que concerne às especificidades geográficas, sociais, culturais, econômicas e populacionais da região fronteiriça Franco-brasileira.

Palavras – Chaves: Fronteira, Amapá, Guiana Francesa, condição fronteiriça, escalas.

ABSTRACT

On the northern border of Amapá and French Guiana, there have been several discussions and clashes that have been trawling for centuries in local / national history. The boundary treaties, such as Provisional (1701) and Utrecht (1713), in the early eighteenth century, territorial disputes and foreign invasions, both by the French protectorate and by the Portuguese colony in America, Disputes and disputes over frontier space - a situation not yet fully overcome. The process of demarcating this frontier was not its only problem, since other issues emerged, such as: 1) the frontier condition in the Plateau of the Guianas with Brazil, nowadays, from the discussion and analysis of how the new actors And political protagonists construct and use the frontier territory; 2) the form and the actions in the construction of the new diplomatic scene, based on the political agreements between the sub-national units of the state of Amapá and the French Department of French Guiana; 3) the process of construction of the new technical network such as the binational bridge, the total paving of the BR-156 and the port of Santana - instruments that can not function effectively because they are unfinished works. Performing an exercise in scales is also fundamental for understanding the object of study of this research. The scale must be understood as a social construction, therefore, beyond its geometric definition. In this way, it can be thought of in three forms: dimension scale, cartographic scale and conceptual scale. Thinking from the scales, it is noticed that the global dictates mark a new conjuncture of changes for the border regions, that reinforce the characteristic of the region like area of transition, interface and switch between the neighboring countries. However, customs policies, bilateral agreements, the circulation charter and the proposal for border cooperation, such as transshipment, trade, health control and international migration, are watertight and are not yet overcome in the border region between The state of Amapá (Brazil) and the French Department of French Guiana (France). This paper is structured in three chapters, the first chapter aims to present a theoretical and methodological framework capable of guiding discussions about the border and overcoming old dilemmas and misunderstandings present in the construction of this concept / category. The second chapter of this work aims at the theoretical and historical subsidies of the construction of the Franco-Brazilian border, and the third and final chapter of this work has as main objective to highlight the current frontier condition in the border area between Amapá and French Guiana. Qualitative research was chosen because, in order to work with an object of study based on specific socio-historical contexts, it is imperative to seek a thorough understanding of the object, not just the quantifications. The methodological approach, which was intended essentially to confront points of view with their contradictions, through which the object that was investigated was allowed to emerge with greater scientific rigor. The historical method was based on the investigations and historical causes that led to a present reality, trying to understand the theme of the work, regarding the geographical, social, cultural, economic and population specificities of the Franco-Brazilian frontier region.

Key-words: Border, Amapá, French Guiana, border condition, stopovers

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação,

ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá

AEC – Associação dos Estados do Caribe

AFRMM – Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

ALAP – Assembleia Legislativa do Amapá

ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

AMCEL – Amapá Celulose

AP – Amapá

ASA – Amazônia Setentrional Amapaense

AUMS – Aglomerado Urbano de Macapá e Santana

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BR - Brasil

BRUMASA - Bruynzeel Madeira S/A

CAEMI – Companhia Auxiliadora de Empresa de Mineração

CARICOM – Comunidade do Caribe

CCIG – Comercio e Indústria da Guiana Francesa

CDN – Conselho de Defesa Nacional

CDSA – Companhia Docas de Santana

CEA – Centrais Elétricas do Amapá

CSSN – Conselho Superior de Segurança Nacional

EFA - Estrada de Ferro do Amapá

FCR – Fundo de Cooperação Regional

GEA - Governo do Estado do Amapá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMI – Indústria de Comércio e Mineração

IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

MIN – Ministério da Integração Nacional

PA - Pará

PDFF – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PPGMDR – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional

RJ – Rio de Janeiro

RUP – Região Ultra Periférica

SGRR – Secretaria Geral das Relações Regionais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SNE – Sistema Nacional de Energia

SPR – Secretaria de Programas Regionais

TFA – Território Federal do Amapá

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UHT – Usina Hidrelétrica

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

ZCI – Zona de Convergência Intertropical

ZPE – Zona de Processamento de Exportações

ZFIE – Zona Franca Industrial de Exportação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01: Projeto Calha Norte.....	29
Figura 02: Regionalização da faixa de fronteira, base econômica e cultural: Arcos Norte, Central e Sul.....	35
Figura 03: Especificação da zona e faixa de fronteira brasileira.....	37
Figura 04: Produção de eletricidade em 2020.....	48
Figura 05: Evolução histórica do estado do Amapá com a criação do Território Federal e a emancipação dos municípios.....	77
Figura 06: Transporte de óleo diesel para a cidade Oiapoque no período das chuvas.....	91
Figura 07: Foto aérea de Clevelândia do Norte.....	92
Figura 08: localização de Saint-George de l’Oyapock na Guiana Francesa.....	97
Figura 09: Vista aérea de Saint-Georges de l’Oyapock.....	98
Figura 10: Rio Oiapoque – limite de fronteira franco-brasileira.....	101
Figura 11: Distribuição do valor agregado na Guiana Francesa e no Amapá.....	108
Figura 12: Abertura oficial da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, em 18 de março de 2017.....	123
Figura 13: Unidades de Conservação no Amapá.....	125
Figura 14: Infraestrutura para o Desenvolvimento Social e Integração na América do Sul.....	149
Figura 15: Recorte Setentrional da IIRSA.....	150

FOTOS

Foto 01: Marco de limite de Fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa (Aqui Começa o Brasil).....	83
Foto 02: Trecho de atoleiro na BR-156 entre Calçoene e Oiapoque (Brasil).....	84
Foto 03: Caminhão atolado na BR-156 impedindo a passagens dos demais veículos.....	85
Foto 04: Trecho Calçoene-Oiapoque na época das chuvas (mês de março).....	86
Foto 05: Oiapoque Energia S/A.....	90
Foto 06: Clevelândia do Norte (Vista frontal da fronteira - rio Oiapoque).....	93
Foto 07: Casas de Clevelândia do Norte.....	94
Foto 08: Símbolo de Clevelândia do Norte.....	95
Foto 09: Clevelândia do Norte (Equipamento de patrulhamento de fronteira).....	96
Foto 10: Clevelândia do Norte (marco “inicial” do território brasileiro).....	96
Foto 11: Casa crioula no centro de Saint-Georges de l’Oyapock.....	99
Foto12: Construção típica do início do século XX (Saint-Georges de l’Oyapock).....	100
Foto 13: Casa oiapoquense em Saint-Georges de l’Oyapock.....	100

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de concentração populacional nas capitais dos estados da região Norte.....	50
---	----

QUADROS

Quadro 01: Concepções de Espaço em Milton Santos.....	24
Quadro 02: Concepções de Território.....	26
Quadro 03: Sub-regiões do Arco Norte.....	36
Quadro 04: Tratados de limites e suas especificidades.....	42
Quadro 05: Periodização da Rede Urbana da Amazônia, do Amapá e da Guiana Francesa I.....	55
Quadro 06: Fortificação Militares na Amazônia Setentrional Amapaense no Período Colonial.....	57
Quadro 07: Periodização da Rede Urbana da Amazônia, do Amapá e da Guiana Francesa II.....	59
Quadro 08: Periodização da Rede Urbana da Amazônia, do Amapá e da Guiana Francesa III.....	62
Quadro 09: Periodização da Rede Urbana da Amazônia, do Amapá e da Guiana Francesa IV.....	65
Quadro 10: Periodização da Rede Urbana da Amazônia, do Amapá e da Guiana Francesa V.....	67
Quadro 11: Periodização da Rede Urbana da Amazônia, do Amapá e da Guiana Francesa VI.....	71
Quadro 12: Periodização da Rede Urbana da Amazônia, do Amapá e da Guiana Francesa VII.....	74
Quadro 13: Fluxos da cadeia produtiva pesqueira.....	121
Quadro 14: A gestão das florestas em unidades de conservação no Amapá.....	124
Quadro 15: Possibilidades energéticas mais próximas das condições naturais na Amazônia.....	128
Quadro 16: Problemática comum da interconexão energética na Guiana Francesa e no Amapá.....	129
Quadro 17: Rede de transportes no Amapá.....	131
Quadro 18: Rede de transportes na Guiana Francesa.....	133
Quadro 19: Concessões de uso de faixa de fronteira.....	138
Quadro 20: Escalas de estudos para as áreas de fronteiras.....	139
Quadro 21: Projetos de inserção regional da Guiana Francesa.....	142
Quadro 22: Histórico das relações de aproximação entre o Amapá e a Guiana Francesa	

(1996-2008).....	147
------------------	-----

MAPAS

Mapa 01: Rodovia Transguianense.....	30
Mapa 02: Localização dos municípios e suas respectivas sedes na faixa de fronteira brasileira.....	32
Mapa 03. Área do Contestado Franco-brasileiro.....	41
Mapa 04: Zona de estudo 1: Zona de Fronteira: Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França) e o estado do Amapá (Brasil).....	44
Mapa 05: Zona de estudo 2: Localização das unidades administrativas do Estado do Amapá e da Guiana Francesa.....	46
Mapa 06: Vegetação da Guiana Francesa.....	47
Mapa 07: Densidade demográfica por Comuna na Guiana Francesa.....	49
Mapa 08: Aglomerado Urbano Macapá-Santana – AUMS.....	51
Mapa 09: Localização da cidade de Oiapoque.....	83

TABELAS

Tabela 01: População residente, por grupos de idade, segundo as mesorregiões e as microrregiões (Amapá – 2010).....	105
Tabela 02: Principais indicadores econômicos (Guiana Francesa e França).....	107
Tabela 03: Distribuição dos efetivos e estabelecimento por setor (2008).....	115
Tabela 04: Indústria: distribuição dos efetivos e estabelecimentos por subsetor.....	115
Tabela 05: Serviços: distribuição de estabelecimentos por subsetor de atividades econômicas.....	116
Tabela 06: Principais produções agrícolas (2008).	118

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	17
1	CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS SOBRE FRONTEIRA.....	22
1.1	Do espaço ao Território.....	22
1.2	Limite territorial e/ou fronteira?.....	27
1.3	Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira – definições institucionais e/ou empíricas?.....	31
1.4	A importância das escalas para compreensão da dinâmica fronteiriça.....	38
2	CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FRONTEIRA BRASIL- FRANÇA.....	44
2.1	Caracterização da Área de Estudo.....	44
2.2	O processo de ocupação da zona de fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá: uma proposta de periodização.....	52
2.3	As cidades-limítrofes inseridas na área de estudo.....	82
2.3.1	A cidade de Oiapoque (Brasil).....	82
2.3.2	O Distrito Militar de Clevelândia do Norte (Brasil).....	91
2.3.3	A cidade de Saint-Georges de l’Oyapock (França).....	97
3	CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-FRANÇA: A FRONTEIRA REDE.....	103
3.1	Comparativo econômico, social e político na faixa de fronteira Brasil-França (Amapá e Guiana Francesa).....	103
3.1.1	Organização político administrativa.....	109
3.1.2	Os trâmites internacionais.....	112
3.1.3	Setores econômicos.....	113
3.1.4	Atividades florestais na Faixa de Fronteira franco-brasileira.....	122

3.1.5	Produção Energia no Amapá e na Guiana Francesa.....	125
3.1.6	Abastecimento de água e saneamento no Amapá e na Guiana Francesa.....	129
3.1.7	O setor de Transportes.....	130
3.1.8	Setor do turismo no Amapá e na Guiana Francesa.....	134
3.2	A geopolítica e a fronteira-rede.....	135
3.3	Fixos e Fluxos: a Ponte Binacional e a conjuntura atual da condição fronteiriça.....	136
3.4	A condição fronteiriça Brasil-França no século XXI.....	144
	COSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
	REFERÊNCIAS.....	156

INTRODUÇÃO

O tema de discussão deste trabalho tem como pontos de análise o recorte historiográfico, espacial e territorial da fronteira do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França) e o estado do Amapá (Brasil), entre os séculos XVIII e XXI, no que tange a novas territorialidades, usos do território e atores políticos que canalizam o espaço fronteiriço inserido na lógica de escalas transnacionais, nacionais e subnacionais integradas à construção das novas relações comerciais impostas pela globalização.

O ponto de partida para as abordagens inseridas na discussão fronteiriça entre o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França) e o estado do Amapá (Brasil) estará inicialmente no capítulo 1: Considerações teórico metodológicas sobre fronteira, este capítulo tem como objetivo central ofertar uma compreensão sobre os conceitos teóricos sobre fronteira e em se tratando especificamente da fronteira entre o Departamento Ultramarino Francês (Antiga Guiana Francesa) e o Amapá (Brasil). Além de tentar superar os mais antigos dilemas e equívocos sobre o conceito/categoria.

O problema pesquisado neste trabalho tem como ponto de partida o território fronteiriço no Platô das Guianas, Brasil/França, na passagem do século XX ao XXI com abordagens específicas sobre a questão da ocupação, a seguir as disputas e dos novos usos do território transnacional, nacional e subnacional. Por isso, este estudo será de caráter histórico-geográfico, promovendo análises de cunho historiográfico e exercendo uma investigação a partir das escalas cartográfica e conceitual¹.

Diante disso, este trabalho aborda os cenários inseridos na conjuntura dos tratados de limites do século XVIII como o Tratado Provisional (1700) e o de Utrecht (1713); a questão do contestado do Amapá (1895-1900); a criação do TFA² (1943) e dos novos usos político-territoriais projetados para a fronteira transnacional Brasil/França, no cenário

¹ A escala aqui deve ser entendida enquanto construção social, podendo ser pensada em três aspectos: “dimensão, a exemplo de economias internas ou externas de escala; cartográfica, que se traduz na relação entre objeto e sua representação em cartas e mapas; e conceitual, associada à ideia de que objetos e ações são conceitualizados em uma dada escala na qual processos e configurações se tornam específicos e têm a sua própria escala de representação cartográfica. No presente texto, consideraremos apenas como foco de interesse a escala conceitual” (CORRÊA, 2007, p. 63).

² TFA: Território Federal do Amapá.

cosmopolita e de articulação física – Ponte Binacional e BR-156 – de territórios periféricos da América do Sul inseridos na proposta da IIRSA.

É necessário, também, pensar a problemática inserida na região fronteiriça sob as políticas efetivas aplicadas ao processo de cooperação binacional entre o Brasil e a França, no enfoque direcionado a esferas como transportes, comércio, controle sanitário, migração internacional, carta de circulação transnacional de mercadorias, alimentos e pessoas, além de outros temas também entrelaçados às perspectivas, a partir do funcionamento da Ponte Binacional e da conclusão da BR-156, que possam incentivar políticas de desenvolvimento regional.

Analisar a *fronteira-rede*³ e as estratégias postas pela IIRSA⁴ – no que tange aos projetos de infraestrutura que possam facilitar a fluidez e os atores que protagonizam os *eixos de integração* como rodovias, portos, pontes e sistemas de comunicação como fibra ótica e de telefonia celular – também é um movimento importante para a discussão. Santos (2001) chama isso de fixos e fluxos – os fixos são materiais (porto, fibra ótica etc.) os fluxos são imateriais (as relações). Por outro lado, Lencioni (2006) chama de rede de proximidade relativa e rede de proximidade territorial.

Este tema de pesquisa tem profunda relevância acadêmica e social, por evocar questões que se balizam na lógica do desenvolvimento regional, a partir de um processo dialético entre o que passou e o que está posto. Mas também, e principalmente, pelas vertentes apontadas como perspectivas para a nova dinâmica contemporânea evidenciada no território fronteiriço entre o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França) e o estado do Amapá (Brasil).

Dessa forma, a escolha de seu título com enfoque nas reflexões sobre a condição fronteiriça Brasil-França do seu processo histórico aos dias atuais, é uma tentativa de se perceber as dinâmicas territoriais que norteiam essa região fronteiriça. Perceber a importância dessa região dentro de perspectivas que promovam o desenvolvimento regional poderá ser importante, ao menos para compreendermos as motivações das paralisias políticas que tornam o território estanco, periférico e subdesenvolvido.

³ A *fronteira-rede* corresponde às instalações reticulares que reforçam a sua função de ligação com outros pontos, permeadas pela multiplicação e sofisticação das redes técnicas (SILVA, 2014).

⁴ IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Trata-se de um fórum de diálogo que busca a promoção de políticas comuns e fundamentais aos seus integrantes, como transporte, infraestrutura, energia, comunicações, abordando tais questões sob uma perspectiva regional, que possa encorajar os atores políticos a desenvolverem iniciativas que respondam às carências particulares da [América do Sul](http://www.iirsa.org//CD_IIRSA/Index.html) (http://www.iirsa.org//CD_IIRSA/Index.html).

Em relação aos procedimentos metodológicos, a organização e a análise dos dados, aqui entendidas como sistematização das informações coletadas, retomaram os objetivos iniciais da pesquisa, que são de investigar a ocupação da fronteira setentrional do Amapá sob o prisma das condições fronteiriças do Platô das Guianas, percebendo suas relações com a realidade local nos dias atuais.

Como instrumentos para a coleta de dados, vislumbrou-se inicialmente a análise documental de registros históricos oficiais tanto em arquivos do estado do Amapá como do Pará, além de documentações cartográficas nos acervos militares, museus, bibliotecas públicas e virtuais inseridas no universo da pesquisa.

Tais procedimentos seguiram uma série de etapas que foram executadas uma a uma a partir: 1. Revisão bibliográfica, realizada a partir do tema central do trabalho; 2. Análise documental, dados obtidos juntos a órgãos públicos e agentes produtores do território fronteiriço. 3. Trabalho de campo 1, coleta de dados primários referentes à temática da pesquisa. 4. Trabalho de campo 2, realização de entrevistas semiestruturadas com os atores (Governo, sociedade e instituições) produtores da dinâmica fronteiriça (ideia do pertencimento, dinâmica econômica, movimentos sociais e políticos).

A pesquisa teve como passo inicial a revisão bibliográfica fundamental para a construção das considerações analíticas e do marco teórico-metodológico que envolve a investigação. Nesses termos, categorias como território e fronteira são fundamentais para as discussões apresentadas.

Outro elemento importante para a produção do trabalho foi a construção de análises e reflexões a partir de fontes documentais, já que se trata de um estudo de caráter histórico-geográfico fundamentado na pesquisa qualitativa. Por isso vale destacar que os documentos analisados estão relacionados à dinâmica fronteiriça, portanto, a uma lógica fundamentada em políticas das esferas de governo da França e do Brasil.

Propôs-se também a realização de dois trabalhos de campo para realização de observações sistemáticas, coleta de dados e realização de entrevistas semiestruturadas. Assim, no Trabalho de Campo 1 foram coletados dados primários junto a órgãos e entidades ligadas à dinâmica da fronteira em análise e identificação dos agentes envolvidos na dinâmica territorial da fronteira. No Trabalho de Campo 2 foram realizadas entrevista semiestruturadas com os agentes produtores da dinâmica fronteiriça (representantes de

governo, exército brasileiro, polícia militar, polícia federal, população residente, “atravessadores” etc.).

Todo o material levantado em campo será sistematizado na forma de transcrição das entrevistas semiestruturadas, construção de gráficos, quadros e tabelas relativas às respostas dos entrevistados, criação de banco de dados com as coordenadas geográficas (latitude e longitude) levantadas em campo para a elaboração do material cartográfico pautado nos objetivos propostos nesta pesquisa e nas observações sistemáticas de campo.

A metodologia que direcionou o trabalho aqui proposto foi o histórico. Este, por sua vez, foi a melhor opção que se adequou ao objeto de estudo na medida em que essencialmente apresentou suas bases na arte da argumentação e contra-argumentação quando tal objeto de estudo não viabilizou a demonstração, mas o opinável.

Dessa forma, nessa abordagem metodológica, o que se pretendeu foi essencialmente confrontar pontos de vista com suas contradições, por meio das quais se deixou emergir com maior rigor científico o objeto que se investigou, então transformado e transportado para um processo sócio-histórico-político-econômico-cultural. Assim, emergiu ainda como método auxiliar neste processo o comparativo, que reiterou a ideia de confronto e cotejo, promovendo um exame sistematizado das relações estabelecidas pela reflexão; bem como o método histórico, que buscou investigar as causas históricas que conduziram a uma realidade presente, procurando entender o tema do trabalho, no que concerne às especificidades geográficas, sociais, culturais, econômicas e populacionais da região fronteira Franco-brasileira.

Optou-se pela pesquisa qualitativa, já que, para se trabalhar com um objeto de estudo alicerçado em contextos sócio-históricos específicos, é imprescindível buscar uma compreensão aprofundada do objeto, não apenas de quantificações, embora elas possam emergir a partir dados coletados. A abordagem qualitativa de pesquisa, enfim, privilegia a descrição e a interpretação do objeto estudado, enfatizando o contexto do referido estudo.

A produção textual do primeiro capítulo está distribuída em cinco seções: 1.1. Do espaço ao Território; 1.2. Limite territorial e/ou fronteira? 1.3. Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira – definições institucionais e/ou empíricas? 1.4. A importância das escalas para compreensão da dinâmica fronteira; 1.5. Na seção 1.1, intitulada “Do Espaço ao Território”, será realizada uma análise teórica e definição da categoria central do trabalho: território. Em seguida, a seção 1.2 (Limite territorial e/ou fronteira?) traz uma definição da ideia de fronteira como área de conflito e, simultaneamente, de encontro e limite como

elemento físico, portanto geográfico. Na seção 1.3 (Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira – definições institucionais e/ou empíricas?), será apresentado um embasamento teórico-empírico em torno da noção de faixa de fronteira ou zona de fronteira, com o intuito de estabelecer as categorias e os conceitos que irão nortear o debate e a construção dos próximos capítulos. Posteriormente, a seção 1.4 (A importância das escalas para compreensão da dinâmica fronteiriça) apresenta a construção de um quadro analítico que revela a articulação entre as escalas (mundial, nacional, regional e local).

O segundo capítulo deste trabalho: Construção histórica da fronteira franco-brasileira, objetiva criar subsídios teóricos e históricos para a construção da fronteira franco-brasileira, que inicialmente perpassam pela redação e construção de quadros que possam explicar esse fenômeno histórico. O capítulo foi construído a partir dos itens e seções: 2.1 Caracterização da Área de Estudo que de fato caracteriza o espaço fronteiriço Franco-brasileiro apontando suas especificidades geográficas; 2.2 – O processo de ocupação da zona de fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá: uma proposta de periodização faz uma abordagem histórica através de quadros que demonstram os principais acontecimentos na Amazônia em particular o estado do Amapá e a Guiana Francesa; 2.3. As cidades-limítrofes inseridas na área de estudo; 2.3.1. Oiapoque (Brasil); 2.3.2 A Clevelândia do Norte (Brasil); 2.3.3 Saint-Georges de l’Oyapoque (França) faz uma abordagem sobre os processos gradientes ao recorte de ocupação e de suas espacialidades e usos do território fronteiriço nos dias atuais.

O terceiro e último capítulo deste trabalho: Condição fronteiriça franco-brasileira: a fronteira rede, tem por objetivo principal destacar a condição fronteiriça atual na faixa de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Na sua primeira seção: 3.1 – Comparativo econômico, social e político na faixa de fronteira Franco-brasileira (Amapá e Guiana Francesa), em que se fará uma análise entre os principais setores econômicos, políticos e sociais inseridos e articulados e gradientes à condição fronteiriça atual. Na sua segunda seção: 3.2 a geopolítica e fronteira-rede que trata das relações e articulações internacionais na fronteira Franco-brasileira. A sua terceira seção: 3.3 Fixos e fluxos: a Ponte Binacional e a conjuntura atual da condição fronteiriça, que faz uma abordagem das relações internacionais principalmente para os atores da fronteira após a abertura da ponte. E a sua última seção 3.4 a condição fronteiriça Brasil-França no século XIX que fecha este

capítulo com análises sobre a condição fronteiriça após duzentos anos de discussões e usos dessa fronteira.

1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE FRONTEIRA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar um quadro teórico e metodológico capaz de balizar as discussões sobre fronteira e de superar antigos dilemas e equívocos presentes na construção deste conceito/categoria. A produção textual está distribuída em cinco seções: 1.1. Do espaço ao Território; 1.2. Limite territorial e/ou fronteira? 1.3. Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira – definições institucionais e/ou empíricas? 1.4. A importância das escalas para compreensão da dinâmica fronteiriça; 1.5.

1.1 Do espaço ao Território

O caminho a ser percorrido neste trecho da dissertação objetiva mostrar a passagem da análise do espaço ao território, considerando as particularidades de cada categoria de análise, isso porque elas têm sido utilizadas, equivocadamente, como sinônimos. Esta imprecisão conceitual precisa ser superada, especialmente por se tratar de uma abordagem sobre a fronteira, onde a soberania nacional e a apropriação do território são muito fortes.

Grosso modo, o território é de fato o espaço; todavia é o espaço marcado pelas relações de poder, posse e dominação, como afirma Raffestin (1993). Já o espaço é uma categoria de análise mais geral, que inclusive dá sentido à outras categorias analíticas das ciências sociais como o próprio território, a paisagem, a região e o lugar, fora suas adjetivações como o espaço urbano e o espaço agrário, por exemplo, tendo, portanto, conotações diversas. É do espaço que a geografia se apropria para fazer uma leitura das relações sociais, das relações naturais e da relação entre a sociedade e a natureza.

Nas ciências sociais em especial na geografia, discute-se a categoria espaço como *locus* de materialização das diversas relações, sejam elas sociais, naturais ou ainda entre a própria sociedade e a natureza. Todavia, ainda é muito difundida a concepção de espaço como palco das relações sociais. Este ponto de vista deve ser superado, pois evidencia uma realidade equivocadamente teatralizada, retirando do espaço a importância e o significado existentes nos processos de produção do real.

O território, por exemplo, na educação básica brasileira, especialmente no ensino de geografia, tem sido vinculado apenas a noção de nação/país, fato que produz uma limitação

teórica enorme, sem contar no impedimento de desenvolvimento cognitivo criado, tendo em vista a necessidade de ampliar o debate sobre um conceito essencial que será retomado a todo tempo.

O espaço por sua vez, é um sistema indissociável de fixos e fluxos, portanto, de objetos e ações. Os “fixos” são os elementos colocados em um determinado lugar, os quais possibilitam as ações capazes de produzir transformações, já os “fluxos” dizem respeito a estas ações que transformam os lugares e assim (re)produzem novos espaços e espaços novos (SANTOS, 2001).

Também pode-se compreender o espaço como par dialético proposto por Santos (1985): configuração territorial/relações sociais. A configuração territorial diz respeito aos sistemas naturais somados às transformações produzidas pelo homem na relação sociedade e natureza, ao passo que as relações sociais são as articulações estabelecidas na própria existência social, fato que confere materialidade ao par dialético mencionado.

Em suas discussões mais recentes, Santos (2001) passa a tratar o espaço como um sistema indissociável de ações e objetos. Esse sistema só tem sentido se for compreendido de maneira relacional, ou seja, discutir objetos e ações de maneira separada não representa um avanço na compreensão do espaço, pois perde de vista a totalidade presente numa abordagem dialética do espaço. Deste modo,

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2001, p. 39).

No contexto atual, os objetos são muito mais caracterizados por artificialidades, assim como as ações trabalham neste sentido. Portanto, há um acentuado grau de interação entre estes sistemas que revelam a forma como é produzido o espaço.

As concepções de espaço (ver Quadro 01) apresentadas por Santos (1985; 2001) são excelentes para análise do real; todavia, considerando os objetivos definidos para a realização deste trabalho, o presente estudo deve ser feito à luz do conceito de território, pois analisa a dinâmica fronteiriça entre Brasil e Guiana Francesa, marcada, historicamente, por relações de poder, posse e/ou dominação, como sugere, portanto, a categoria território.

Quadro 01: Concepções de Espaço em Milton Santos.

CONCEPÇÃO DE ESPAÇO EM MILTON SANTOS	COMPREENSÃO ANALÍTICA
FIXOS E FLUXOS	<p>Fixos: são os elementos fixados em um determinado lugar, os quais possibilitam as ações capazes de produzir transformações.</p> <p>Fluxos: dizem respeito a estas ações que transformam os lugares e assim (re)produzem novos espaços e espaços novos.</p>
CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E RELAÇÕES SOCIAIS	<p>Configuração Territorial: sistemas naturais somados às transformações produzidas pelo homem na relação entre sociedade e natureza.</p> <p>Relações Sociais: articulações estabelecidas na própria existência social, fato que confere materialidade à configuração territorial.</p>
OBJETOS E AÇÕES	<p>Objetos: são os fixos (objetos espaciais – materialidades), a configuração espacial. Portanto, as formas espaciais.</p> <p>Ações: são os fluxos, as relações sociais. Portanto, as ações estabelecidas no espaço.</p>

Fonte: elaborado a partir de Santos (1985; 2001).

Segundo Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, pois é uma construção material e imaterial primária. O mesmo autor afirma ainda que este mesmo território se forma a partir do espaço, pois que é o resultado de uma produção material e simbólica, engendrada nas ações dos diversos agentes. É justamente a apropriação do espaço por estes agentes que garante ao espaço o *status* de território. Destarte, é a apropriação que marca a passagem do espaço ao território. Deste modo, Lefebvre (*apud* Raffestin, 1993, p. 15) afirma que a

Produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc.

Nessa passagem do espaço ao território, deve ficar claro que o território é material e simbólico, apresentando assim dupla conotação, pois sua proposição etimológica é muito próxima à de “*terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, relaciona-se à dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo (HAESBAERT, 2004, p. 2).

O poder discutido na categoria Território não é meramente o tradicional poder político, mas reflete, notadamente, a própria conotação material e simbólica, permitindo assim uma dupla interpretação: o poder material, concreto e evidenciado pela dominação, mas também um poder mais simbólico onde a ideia de apropriação é preponderante (HAESBAERT, 2004).

Lefebvre (2006) aponta diferenças entre dominação e apropriação. Segundo o pensamento Lefebvrino, o processo de dominação é muito mais empírico, funcional e fortemente relacionado à proposição de valor de troca numa relação entre agentes. Já a apropriação se dá muito mais no campo simbólico, do valor de uso, relacionando-se ao espaço vivido, portanto ao campo da subjetividade. Desse modo, “realiza-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004 p. 95). O território trabalha, portanto, com as relações de poder dentro das relações sociais, as mesmas apresentadas no Quadro 01 na proposta de espaço de Santos.

Dominação e apropriação deveriam caminhar lado a lado. Entretanto, com a produção capitalista do espaço, a apropriação perdeu espaço para a dominação, através da transformação do espaço-território em mercadoria. Deste modo, dominação e apropriação são fundamentais para se compreender a fronteira discutida a partir da categoria território.

No território, os diversos agentes, incluindo as instituições, exercem sua territorialidade, que, segundo Sack (1986), corresponde ao modo como os agentes utilizam o território, como se organizam e como dão significado ao lugar. O território é, simultaneamente, material e simbólico, pois ele promove a realização de significados e a realização de funções. Nesse sentido, Haesbaert (2004) afirma que o território é funcional, pois serve como recuso (proteção ou abrigo), revelando processos de dominação (territórios da desigualdade); mas também há o território simbólico, alicerçado nos processos de apropriação (territórios da diferença).

Quadro 02: Concepções de Território.

CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO	CARACTERIZAÇÃO
Milton Santos	Território Usado: é o chão mais a identidade, portanto, é uma articulação dialética entre o espaço e a identidade, que nada mais é do que o “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 1994, p.70).
Claude Raffestin	<ul style="list-style-type: none"> - Relações de poder, de posse, de dominação, baseadas na territorialidade, que consiste no conjunto de relações desenvolvidas nos tempos-espacos dos diferentes grupos sociais. - Analisa o território como apropriação e não enquanto produção do espaço.
Roberto Lobato Corrêa	O território tem o significado de pertencimento, ou seja, há a construção de uma relação de identidade entre o sujeito e o território.
Mimeo Saquet	Espaço produzido (espaço-temporalmente) por diferentes grupos sociais através do exercício de poder.
Sack	Compreensão do território como <i>locus</i> do exercício de domínio, ou seja, como espaço de materialização de práticas políticas e das relações de poder.
Rogério Haesbaert	Território Jurídico-político: definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter Estatal (SOUZA; PEDON, 2006).
	Território Cultura(lista): visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço” (SOUZA; PEDON, 2006, p.132).
	Território Econômico: destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho” (SOUZA; PEDON, 2006, p.93).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Souza; Pedon (2006).

O Quadro 02 revela pelo menos seis concepções de territórios de teóricos renomados dentro das Ciências Humanas, especialmente na Geografia, onde esta categoria de análise é mais discutida.

Raffestin (1993) é um clássico nos debates sobre território. Segundo esse autor, o território consiste o espaço das relações de poder, de posse e dominação, onde o exercício destas relações no espaço configura o exercício de uma territorialidade. Neste sentido, a territorialidade é o exercício do poder no espaço, o que marca, como já destacado, a passagem do espaço ao território.

Santos (1994) apresenta um debate em torno da concepção de território, usado como resultado de uma soma dialética entre o espaço objetivo e o espaço subjetivo, ou seja, entre “a identidade e o chão”. Nestes termos, o território assume um caráter subjetivo e promove a compreensão das relações de pertencimento com o espaço.

As concepções de Mimeo Saquet, Sack e Corrêa caminham no sentido da proposta de Haesbaert (2004) – proposição de território que será trabalhada ao longo da discussão, já que trabalhar com a fronteira é discutir muito mais a produção de um território do que um espaço, apesar de ser clara a relação entre estas duas escalas de análise.

É esta a conotação de fronteira que nos interessa: material e simbólica, um espaço marcado pelas relações de poder, de posse/dominação. Portanto, um território que será trabalhado a partir deste ponto, tendo em vista que a fronteira é *locus* de conflito e alteridade; ao mesmo tempo, um ponto de encontro onde a subjetividade pode aflorar, inclusive através de nacionalismos por se tratar de uma fronteira franco-amapaense.

1.2 – Limite territorial e/ou fronteira?

A proposta do presente item é superar a fusão teórica em torno dos conceitos de fronteira e limite territorial. A definição de fronteira como área de conflito e, simultaneamente, de encontro, e a de limite como elemento físico, portanto geográfico, são os debates iniciais para as discussões e a necessidade de evidenciar os limites e os usos dos referidos conceitos.

É muito comum, principalmente em se tratando do contexto escolar e também do próprio senso comum, a utilização de limite como sinônimo de fronteira. Todavia, há algumas diferenças essenciais entre estas formas de compreensão do real, ligadas à categoria Território abordada no item 1.1.

Do ponto de vista histórico, a definição de fronteira está vinculada, etimologicamente, àquilo que está na frente. Portanto, como afirma Machado (1988), na origem da palavra fronteira, não é intrínseca uma discussão política e intelectual. Entretanto, no momento em que as fronteiras se tornaram lugares de comunicação, introduziu-se um caráter político em suas discussões, “mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política” (MACHADO, 1998, p. 42).

A fronteira era, na verdade, o início do Estado e o lugar para onde ele podia se expandir. Pawels (1925) afirma que Turner utilizou esta acepção de fronteira para explicar a expansão territorial no Oeste dos Estados Unidos. Esta proposição de fronteira também pode ser visualizada, segundo Machado (1998), nos trabalhos recentes sobre a Amazônia e também em termos metafóricos sobre a revolução tecnológica.

Machado (1998, p. 48) afirma que a palavra *limite*, de origem latina, “foi criada para justificar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade política-territorial, ou seja, sua ligação interna”. Portanto, a conotação política sobre o conceito de limite é evidenciada, por exemplo, na compreensão do Estado moderno, onde a soberania assume um sentido absoluto relativo à territorialização. Em termos nacionais, percebe-se esse sentido na política do governo militar, a partir das estratégias de ocupação e defesa da soberania nacional pautada em discursos como o famoso “integrar para não entregar”⁵.

O exercício da soberania nacional, presente na discussão acerca dos limites – aqui tratados como limites territoriais com o intuito de ratificar a importância da categoria Território –, deve ser compreendido a partir do monopólio legítimo do uso da força (poder de coerção); da exclusividade das normas de trocas sociais de reprodução, como a moeda e os impostos, que seguem os sistemas de regras e normas internas; e da estruturação das formas de comunicação (formação de uma identidade nacional). Nesse sentido, o Estado aparece como poder centralizador das ações, jurídico-políticas principalmente, sobre o território (MACHADO, 1998).

Portanto, a fronteira é evidenciada para fora, através de forças centrífugas caso se pense em termos geométricos. Já os limites orientam-se para dentro, ou seja, de forma centrípeta, como os limites territoriais da cidade de Oiapoque. Nesses termos, Machado (1998) argumenta que a fronteira é vista como fonte de ameaça ou perigo, pois ela pode desenvolver interesses diversos ao poder central. Todavia, o limite é mantido e criado pelo próprio governo central, sem ter vida própria e existência material, constituindo-se, deste modo, num verdadeiro polígono.

Enquanto a fronteira, intrinsecamente relacionada à ideia de conflitos diversos, pode significar integração, através de diversos acordos bilaterais entre os países

⁵ Este discurso justifica a estratégia do governo militar para as fronteiras da Amazônia como política de ocupação e proteção.

envolvidos, como é o caso da proposta de integração da infraestrutura Sul-americana, o limite constitui-se, necessariamente, num fator de separação das unidades políticas soberanas e, sobretudo, num elemento limitador, ou seja, uma espécie de obstáculo material às possibilidades de desenvolvimento econômico, social, político e, principalmente, territorial.

Com o advento do fenômeno da globalização, várias questões têm sido reformuladas, dentre elas a própria compreensão de limites e fronteiras, pois é cada vez maior a criação de mercados regionais multi ou transnacionais. Com a criação desta nova forma de articulação/integração entre os lugares, o próprio Estado (poder central) foi obrigado a repensar os papéis das fronteiras/limites, já que a centralidade ou a polarização pode ser exercida para um conjunto espacial bem mais amplo do que o próprio território nacional.

Há, a partir deste novo olhar sobre a fronteira e os limites, a possibilidade de conflito entre Estado e estados e prefeituras, no que tange a interesses, projetos e programas para os territórios fronteiriços. Um exemplo cabal, dado por Machado (1998), é a desarticulação entre a proposta do Projeto Calha Norte (ver Figura 01) e a proposta da Rodovia Transguianense, a partir do governo do Amapá (ver Figura 02).

Figura 01: Projeto Calha Norte.

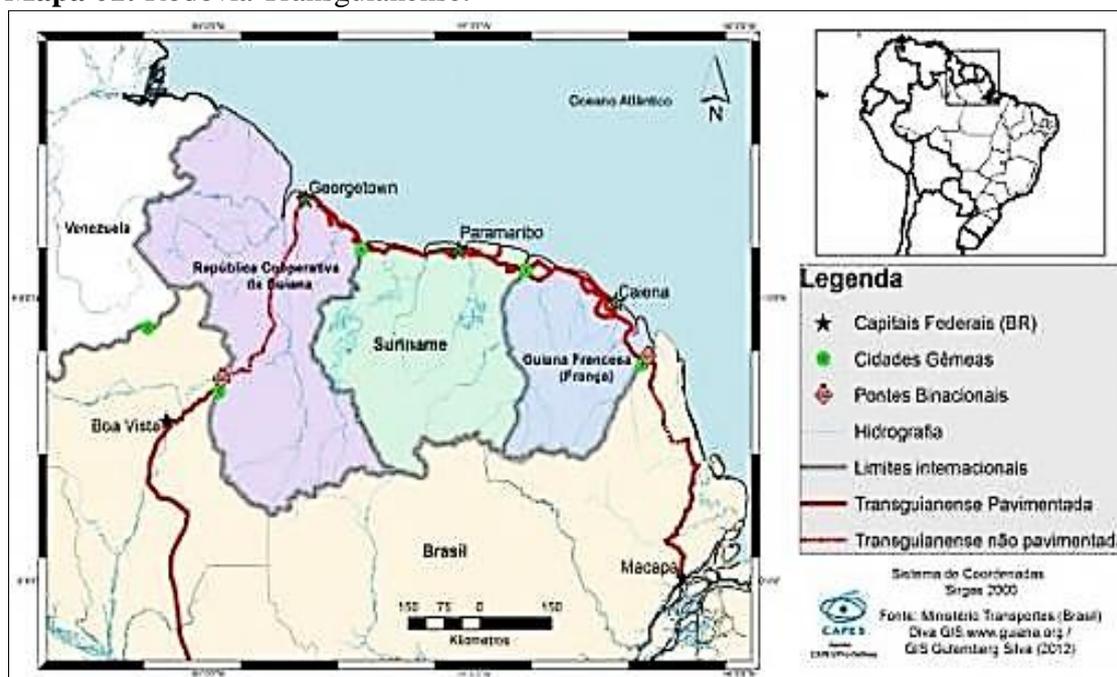


Fonte: Machado, 1996.

Na Figura 01, observa-se a faixa do território nacional envolvida no Projeto Calha Norte. Este projeto foi criado em 1985 pelo governo federal com o intuito de salvaguardar

a fronteira setentrional da Amazônia até 150 km para o interior do território nacional, a partir dos limites internacionais. A proteção dava-se através da construção de infraestrutura viária, energética e de comunicação, de maiores investimentos em educação e saúde, garantindo apoio a comunidades e grupos indígenas, além da dinamização das ações da polícia e do poder judiciário nestas áreas, como, por exemplo, pela fiscalização estabelecida nos limites territoriais da Amazônia Brasileira⁶ (SANTOS, 2011).

Mapa 01: Rodovia Transguianense.



Fonte: Silva; Rückert, 2009.

O mapa 01 revela a dinâmica no planalto das Guianas a partir do projeto da rodovia Transguianense, proposto pelo governo do estado do Amapá, em 1997, como forma de promover a integração do estado com o Platô das Guianas. A ideia partia dos eixos de integração e desenvolvimento, que contavam com discussões para além da infraestrutura, considerando inclusive uma perspectiva ecológica.

Percebe-se, a partir do exposto, que, com as transformações na Divisão Internacional do Trabalho, resultante da expansão do capitalismo (globalização), a própria compreensão do Estado, em suas diferentes instâncias, sofre alterações. Salvo a distinta

⁶ Atualmente esse projeto foi expandido para uma atuação além da área de fronteira e, diferente de sua etapa de implantação, passa a ser chamado de Programa Calha Norte – PCN; abrangendo 194 municípios da região norte, dos quais 95 estão ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira. O PCN corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, sendo 30% da população indígena do Brasil (BRASIL *apud* SANTOS, 2011, p. 11).

conjuntura de concepção dos projetos descritos nas Figuras 01 e 02, deve-se considerar os diferentes pontos de vista sobre as fronteiras e os limites da Amazônia setentrional, já que a rodovia Transguianense pensa uma política de integração regional para além dos limites territoriais brasileiros, ao passo que o Projeto Calha Norte havia pensado a fronteira noutros moldes.

1.3 Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira – definições institucionais e/ou empíricas?

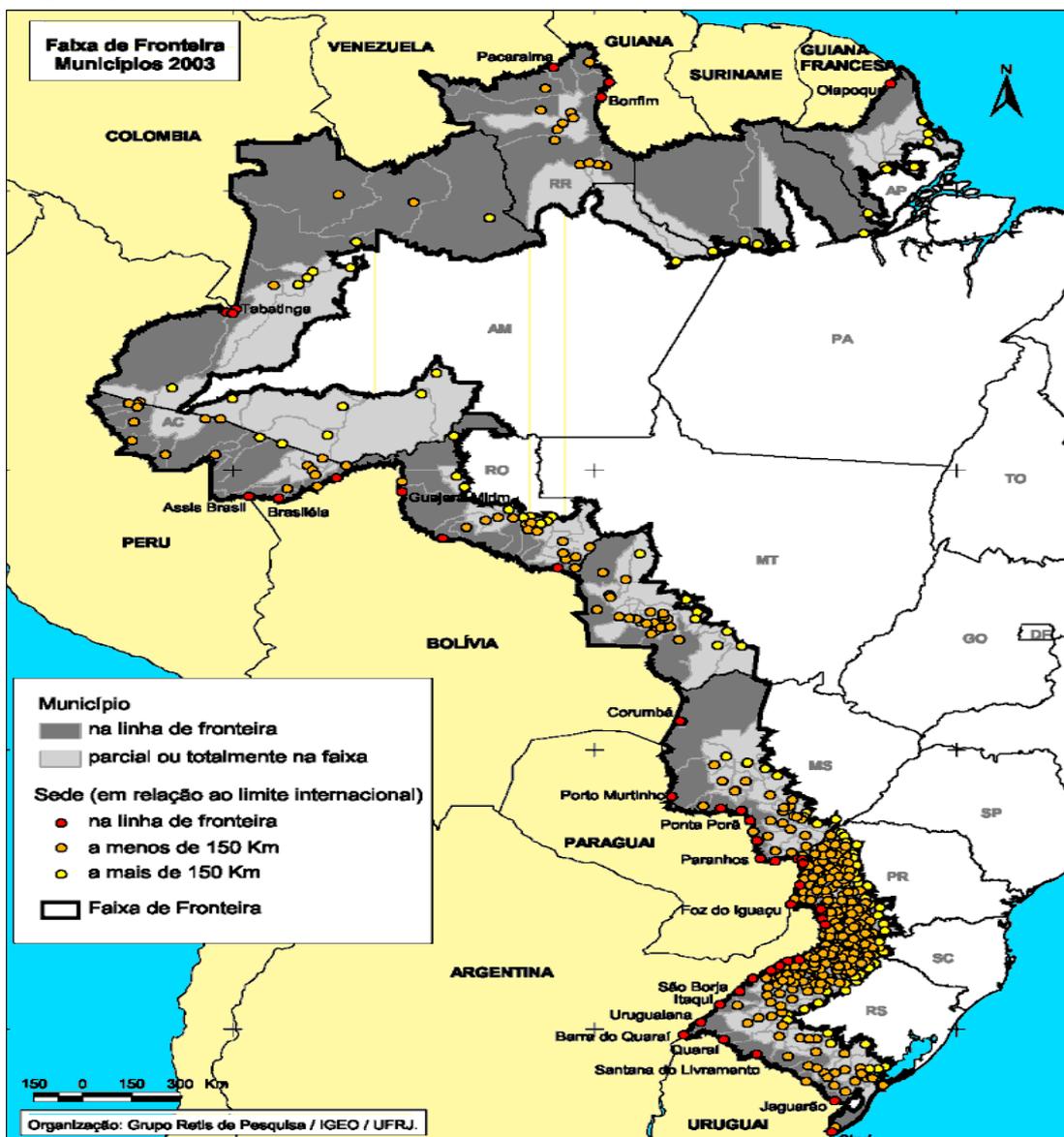
Na compreensão de Silva (2011), existe uma diferença clara entre Faixa e Zona de Fronteira. A primeira está associada aos limites territoriais legais na região fronteira de um País. Brasil (2005) define a faixa de fronteira como uma região localizada entre um ou mais países, que expressa a demarcação territorial do poder do estado. Nesse caso, a Zona de Fronteira é caracterizada por um espaço de interação com paisagem específica e espaço territorial transitivo, composto por diferenças adquiridas da presença do limite internacional e por fluxos e interações transfronteiriças.

A faixa de fronteira brasileira é regulamentada pela Lei 6.634 de 02 de maio de 1979, pelo Decreto 85.064 de 26 de agosto de 1980, que considera uma linha limítrofe do território brasileiro de 150 km de largura nos 15.719 km de fronteira terrestre. Estão situadas nessa área 588 municípios de 11 unidades da federação (ver mapa 1), que correspondem a 27% do território brasileiro, com uma população aproximada de dez milhões de habitantes.

O Brasil faz limite com nove países da América do Sul e com a RUP (Região Ultra Periférica), que é um departamento francês. Esses países têm as suas próprias políticas regimentais específicas sobre as suas fronteiras; no entanto, somente o Peru e a Bolívia possuem faixa de fronteira nas suas constituições, indicando 50 km de faixa de fronteira a partir da linha de fronteira (SILVA, 2008). Também é importante ressaltar que a legislação brasileira não menciona proibições sobre atividades de atuação de estrangeiros e de pessoa jurídica na sua faixa. A única restrição é de aquisição ou ocupação das terras brasileiras.

No entendimento de Silva (2011), a zona de fronteira é representada pela união entre as fronteiras de dois ou mais países e se balizam especialmente pela interação e integração de ordem econômica, social e cultural, além de suas limitações existentes nas diferenças decorrentes da legislação, considerando as escalas, principalmente regionais e locais (ver Mapa 01).

Mapa 02: Localização dos municípios e suas respectivas sedes na faixa de fronteira brasileira.



Fonte: Brasil (2005, p. 13).

Para Valenciano (1996), a faixa de fronteira consiste numa extensão maior em relação à zona de fronteira, mas seu papel é restrito a cada estado-nação. Ou seja, o programa das ações conjuntas se define para ser aplicado às jurisdições políticas internas de cada país. A faixa de fronteira pode também ser denominada de região de programação⁷, pois corresponde ao território onde serão planejadas as ações do Estado com o intuito de desenvolver a região fronteira.

⁷ Em geral, o Estado compreende como região de programação as áreas inseridas nas perspectivas políticas dos municípios fronteiriços. Por isso, a região de programação pode ser comparada a ideia de planejamento estratégico nas áreas de fronteira.

No Brasil, a faixa de fronteira sempre foi tratada como área de segurança nacional. Tal política, por muito tempo, vem, de certa forma, travando a formalização de planos de integração para essas zonas e faixas (SILVA, 2011). Historicamente, essas áreas sempre foram ocupadas pelas forças armadas, como política de defesa e combate a invasões, narcotráfico e clandestinidade de pessoas e ou mercadorias.

Segundo Brasil (2005), a partir da época do Império Brasileiro (1822-1889), a administração da faixa de fronteira foi assumida por órgãos específicos: a Diretoria Geral das Terras Públicas no governo imperial; depois pelo Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN); seguido pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN); e atualmente pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Atualmente, foram destacadas duas comissões bilaterais demarcadoras de limites para cumprirem o papel específico sobre os assuntos referentes à demarcação das fronteiras brasileiras: uma está situada em Belém (PA), que atua na fronteira da Guiana Francesa, do Suriname, da Venezuela, do Peru e da Colômbia; outra fica no Rio de Janeiro (RJ), que é responsável pela fronteira sul do Brasil com Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Segundo Silva (2011), a representação das relações e das interações entre os países é dada pelo encontro político administrativo e pela convergência dos serviços públicos, no caso, internacionais, instituídos coletivamente entre os governos de países diferentes e fronteiriços, ou até mesmo de forma espontânea, sem que haja intervenção estatal em escala regional.

Para o caso específico das relações e das interações em escala local, um dos exemplos mais clássicos é o caso das cidades gêmeas, pelo fato de elas estarem na mesma faixa de fronteira e pela aproximação cultural e social, com valores construídos historicamente em cada área e ao mesmo tempo, constituído pela aproximação territorial mesmo separadas pelo limite internacional acabam estreitando as suas relações sociais, muitas vezes até de forma clandestina.

De fato, a zona de fronteira pode ser entendida como área de grande potencial econômico para o desenvolvimento regional e fronteiriço em diversas escalas – desde que essa zona seja vista pelos seus países como fronteiras de cooperação. Para Becker (2007), as áreas fronteiriças da Amazônia como espaço transnacional podem ser de fundamental importância quando as potencialidades dos sistemas florestais estão a favor da ciência

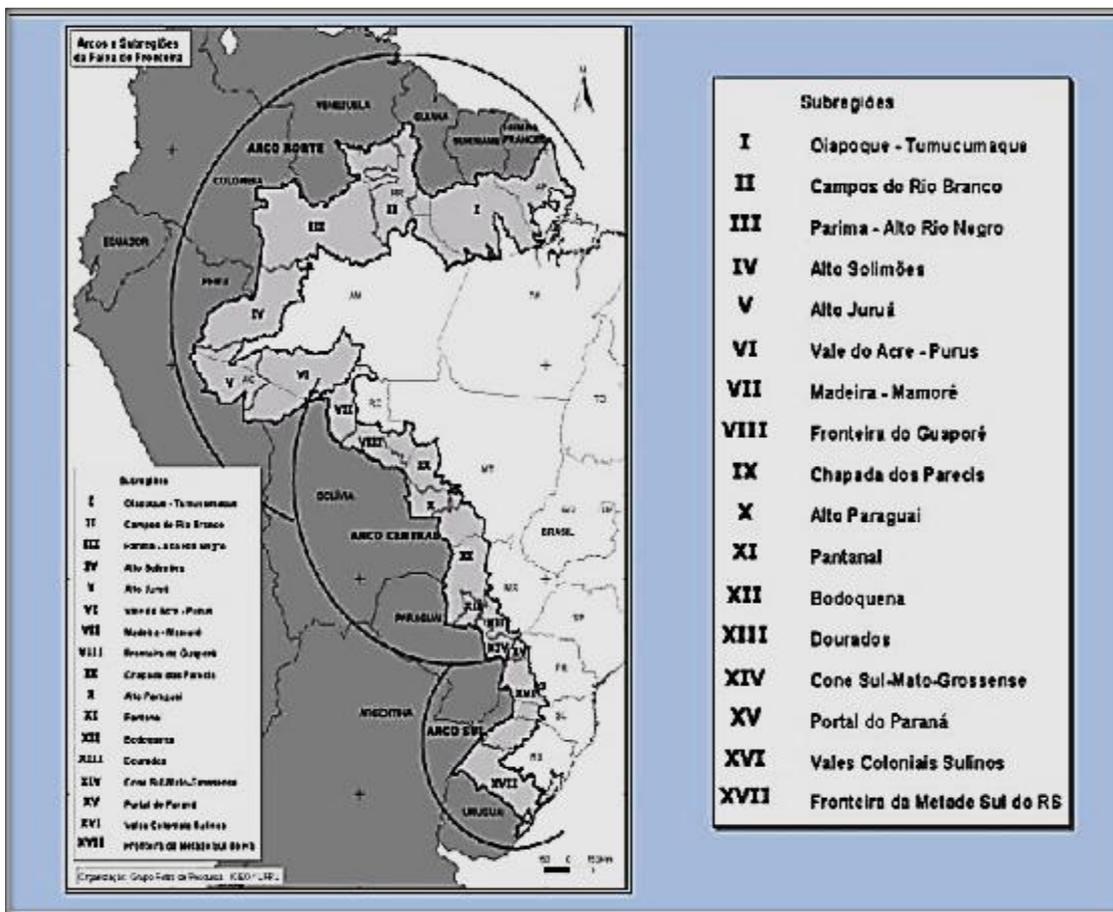
numa escala binacional como elemento complementar aos recursos em prol do desenvolvimento regional.

Um caso importante para se compreender a faixa de fronteira brasileira é a particularidade que tem a região amazônica. Os estudos resultantes da parceria entre a Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional (MIN) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constituem a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). Para Brasil (2005), essa proposta está inserida no projeto do governo federal na estratégia de planejamento, na qual o Estado tem o papel de agente da coordenação para o desenvolvimento regional e na integração sul-americana.

As mudanças fundamentais apontadas pelo estudo para o PDFF é a percepção de que as áreas de fronteiras serviam especialmente ao governo federal como áreas de proteção e de segurança nacional, mas agora são vistas como fronteiras de cooperação entre os países dentro da faixa de fronteira. Anteriormente, as regiões de fronteira não se desenvolviam justamente pelo fato de serem áreas de segurança, tornando-se estanques ao desenvolvimento pela sua intocabilidade e acessibilidade, como se fossem áreas de risco.

Para Silva (2011), a grande extensão territorial da faixa de fronteira brasileira a torna área de características variadas marcadas entre o extremo norte e extremo sul do país. Com isso foi constituída uma macro divisão em três grandes arcos: o Arco Norte, que compreende os estados do Amapá, do Pará, do Amazonas, do Acre e de Roraima; o Arco Central, que compreende os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia; e o Arco Sul, abarcando os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Figura 02: Regionalização da faixa de fronteira, base econômica e cultural: Arcos Norte, Central e Sul.



Fonte: Brasil (2005, p. 53).

O Arco Norte abrange a Bacia Amazônica Brasileira e uma parte da Bacia Paraná-Paraguai (Mato Grosso), perfazendo parte de um polígono de aproximadamente oito mil quilômetros, instituindo limite com seis países da América do Sul: Suriname, República das Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, e composto ainda por seis sub-regiões (ver Quadro 2).

Quadro 03: Sub-regiões do Arco Norte

I	Oiapoque-Tumucumaque
II	Campos do Rio Branco
III	Parima-Alto – Rio Negro
IV	Alto Solimões
V	Alto Juruá
VI	Vale do Acre-Alto Purus

Fonte: Brasil (2005, p. 53).

Os principais critérios que definiram essa subdivisão foram a posição geográfica, a predominância de populações indígenas e as diferenças na base produtiva. Esse trabalho tem enfoque alinhado à primeira subdivisão, Oiapoque-Tumucumaque, localizada ao nordeste do Arco Norte, na linha divisória entre o Brasil e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, mais precisamente, a zona de fronteira do rio Oiapoque, que é considerado como limite de fronteira dessa região.

A sub-região Oiapoque-Tumucumaque (Quadro 02) está situada numa extensa parte da floresta amazônica, compreendendo áreas de campos e savanas, com baixa densidade populacional e forte presença indígena na região de fronteira. Tem sua base produtiva no extrativismo e corte da madeira, na agricultura de subsistência, na pecuária bovina e na silvicultura. No entanto, a agropecuária, nessa região, tem baixo valor comercial em comparação à produção mineral e silvicultura.

Essa região apresenta também as suas dificuldades econômicas, como toda região fronteiriça do Arco Norte do Brasil. Baixa densidade demográfica, produção alinhada ao sub-extrativismo com a maioria de sua população com baixa renda e dificuldade de acesso à educação, programas e projetos que possam viabilizar melhores condições ou pelo menos alguma perspectiva de melhoria de qualidade de vida são alguns dos entraves de cunho econômico.

Outro ponto importante deste trabalho é fazer reflexões sobre a zona de fronteira face às suas dificuldades, notadamente em relação ao abandono das autoridades públicas. Em primeiro plano, é mesmo importante definir com mais clareza o que é zona de fronteira e

explicar as suas dinâmicas e complexidades políticas, apontando os “porquês” de sua estagnação do ponto de vista econômico.

Para o Ministério da Integração Nacional (MIN), a zona de fronteira é composta por faixas territoriais de cada lado do limite internacional, sendo sua extensão geograficamente limitada a algumas dezenas de quilômetros a ambos os lados da linde. É de uma extensão territorial bem menor que a faixa de fronteira. Na América do Sul, grande parte das zonas de fronteira possui: I) baixo nível de desenvolvimento, II) pequena densidade populacional, III) tendência a monocultura, e IV) forte dependência em termos comerciais, financeiros e políticos em relação aos principais centros de decisão de seus respectivos países.

Figura 03: Especificação da zona e faixa de fronteira brasileira.



Fonte: Produzido pelo autor.

A Figura 03 revela a materialidade da distinção entre faixa e zona de fronteira, tornando cabal a ideia de que a zona de fronteira está dentro da faixa de fronteira, porém

são compreensões e definições sociais, políticas, territoriais, identitárias, fisiográficas e econômicas distintas.

Diante do quadro apresentado neste item, ratifica-se necessidade de diferenciação conceitual de zona de fronteira da faixa de fronteira, as quais, mesmo que de forma parcial, aproximam bastante da ideia de limite territorial (zona de fronteira) e fronteira (faixa de fronteira). Portanto, é essencial que se compreenda a distinção realizada neste item, para que não se incorra no equívoco de tomar como sinônimos faixa e zona de fronteira.

1.4. A importância das escalas para compreensão da dinâmica fronteiriça

Diante dos elementos de caráter histórico-geográfico, presentes na discussão, observou-se a necessidade de construção de um quadro analítico que revele a articulação entre as escalas (mundial, nacional, regional e local). Desse modo, o objetivo deste item é relacionar os eventos presentes na produção da fronteira franco-brasileira com fatos históricos presentes em outros contextos/recortes espaciais, portanto, noutras escalas.

A princípio, a escala pode ser trabalhada em contextos espaciais ou temporais. A primeira vincula-se muito mais ao pensamento geográfico/cartográfico e permite transitar entre a representação do espaço e os espaços de representação. Já a escala temporal é mais utilizada quando se analisa uma quantidade significativa de fenômenos, sendo possível trabalhá-la em consonância com a escala espacial.

Ao longo deste trabalho, que assumiu desde o início um caráter interdisciplinar, será necessária, para a compreensão da dinâmica fronteiriça, a desconstrução das análises isoladas sobre a proximidade geográfica/relacional entre Amapá e Guiana Francesa. Nestes termos, apreender a construção da condição fronteiriça requer, necessariamente, um exercício escalar exaustivo.

Os mapas, nesse contexto, são fundamentais para a compreensão de diversas dinâmicas, e as escalas aparecem como elemento essencial no processo de representação do espaço, por isso devem ser compreendidas como um dos elementos principais para a realização de uma boa reflexão, juntamente com a legenda, a orientação e o título. Grosso modo, a “escala pode ser vista como relação matemática existente entre as dimensões (tamanho) verdadeiras de um objeto e sua representação (mapa). Essa relação deve ser proporcional a um valor estabelecido” (CARVALHO, 2008, p. 30).

Tradicionalmente, a Geografia Escolar ou a Geografia dos Professores, como prefere Yves Lacoste, tem reforçado, na educação básica, a ideia de que a escala é pura relação matemática entre espaço real e espaço representado. Esta visão está consagrada na tão difundida fórmula $E = d$ (distância no papel) / D (distância real). Esta linha de raciocínio ainda conduz a uma leitura a partir da escala gráfica ou escala numérica, a qual ratifica o raciocínio e a linguagem matemática.

A natureza matemática da escala não pode ser deixada de lado por este trabalho, especialmente pelo fato de que a cartografia é fundamental para a compreensão dos processos macro e micro presentes na construção da condição fronteiriça. Por isso, hora o nível de detalhamento escalar será maior, hora será menor, objetivando preencher as lacunas presentes na compreensão/discussão da dinâmica apresentada.

Realizar um exercício de escalas também é fundamental para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa. Não apenas no sentido estritamente matemático, pois a escala deve ser entendida enquanto construção social, portanto, para além de sua definição geométrica. Assim, pode a escala ser pensada em três formas: escala de dimensão, escala cartográfica e escala conceitual. A primeira possui como exemplo as economias externas e internas; a segunda relaciona objetos e representações em cartas e mapas; e a terceira está ligada à especificação de processos e configurações, relacionados, por suas vezes, à sua própria escala de representação cartográfica (CORRÊA, 2007).

Pensando a partir das escalas, percebe-se que os ditames globais balizam uma nova conjuntura de mudanças para as regiões fronteiriças, que reforçam a característica da região como áreas de transição, interface e comutadoras entre os países vizinhos. No entanto, as políticas aduaneiras, os acordos bilaterais, a carta de circulação e a proposta de cooperação transfronteiriça como o transbordo, o comércio, o controle sanitário e a migração internacional, estão estancados e se revelam como entraves ainda não superados na região transfronteiriça entre o estado do Amapá (Brasil) e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França).

A escala é importante também na compreensão da produção do espaço (LEFREBvre, 2006), especialmente quando se trata da articulação entre o espaço absoluto, o espaço relativo e o espaço relacional (HARVEY, 1980), os quais revelam,

novamente, a necessidade de se pensar a partir de um exercício de escalas no plano das ações.

O espaço absoluto é caracterizado pela própria localização geográfica, no caso da Fortaleza de São José de Macapá, por exemplo, o espaço absoluto representa a localização geográfica favorável aos interesses da Coroa Portuguesa para a escala regional, por isso Machado (1999) afirma que a construção das fortalezas ao longo das margens dos nossos rios, foi funcional para o processo de ocupação do território.

O espaço absoluto é (re)definido em função do avanço da globalização e da compressão tempo-espaço, característica do mundo atual. Isso pode ser explicado pelo desenvolvimento tecnológico e consequente avanço no setor de transporte chamado a dinamizar, juntamente com as redes de comunicação, as relações existentes, encurtando as distâncias entre os lugares e produzindo o espaço relativo.

O espaço relacional é definido pelas mediações no seio da produção do espaço, portanto, entre os diversos agentes. Assim, estamos falando das instâncias da vida cotidiana, ou seja, do que Lefebvre (2006) chama de espaço vivido, espaço percebido e espaço concebido.

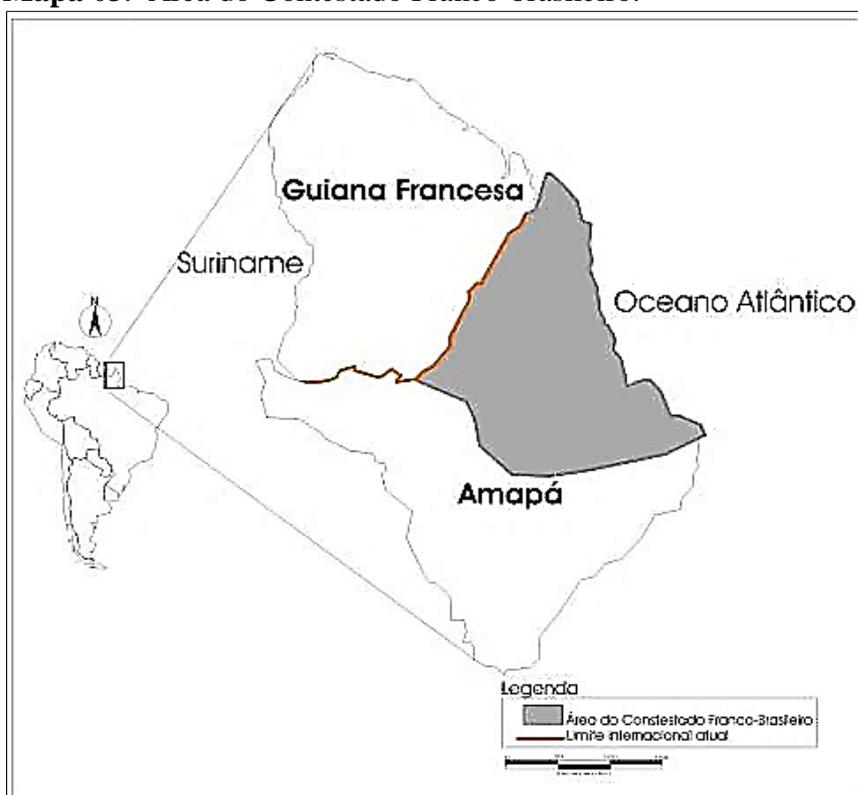
Quando se discute a fronteira, compreender a produção do espaço requer dialogar com as escalas e seus rebatimentos, pois a própria construção histórica produz um senso significativo de relação entre o local e o global. Para se entender melhor as relações espaciais dentro do contexto espaço *versus* estado, faz-se necessário recorrer ao processo de construção histórica inserida nas disputas territoriais na região fronteira entre a França (Departamento Ultramarino da Guiana Francesa), o Brasil português colonial, o Brasil imperial e o Brasil republicano (Oiapoque).

A região transfronteira em destaque neste trabalho – Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França) e o estado do Amapá (Brasil) – tem sua história marcada por episódios de disputas territoriais embrionárias no século XVIII. Os interesses pela colonização na América do Sul ativaram dispositivos de choques entre as potências

européias na época, como Inglaterra, França e Holanda, por estas não aceitarem os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas⁸ (1494).

Os primeiros tratados impostos à região transfronteiriça, ainda no século XVIII, como o Provisional, em 1700, e o de Utrecht, em 1713, deram os sinais iniciais no contexto de disputas e ocupação da região (SANTOS, 1998). A Guiana Francesa, na ocasião, afirmava a posse da região limítrofe entre os rios Oiapoque e Araguari, alegando ser dona da região por ser o rio Vicente Pinzon o limite entre o Brasil e a França, e este ser o mesmo rio Araguari. Por esta divisão, o território francês avançaria 24 mil km² sobre o território brasileiro-amapaense (REIS, 1949; SANTOS, 2001; BRITO, 2005)

Mapa 03. Área do Contestado Franco-brasileiro.



Fonte: Silva e Ruckert (2009).

No século XIX, a região transfronteiriça Brasil/França viveu um de seus momentos mais tensos, a partir dos achados de ouro na região contestada, abrindo espaço a disputas e choques que se acirraram, e à política de invasões e ocupações, que levaram à fundação de

⁸ O Tratado de Tordesilhas estabeleceu que seriam de propriedade de Portugal as terras descobertas e a se descobrirem, situadas a leste de um meridiano, traçado de polo a polo, a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, enquanto as terras situadas a oeste desse meridiano pertenceriam à Espanha. O mesmo tratado se aplicava às terras conquistadas a povos não cristãos e àquelas ainda por se conquistarem. O acordo foi assinado em 7 de junho de 1494, na cidade espanhola de Arevalo, província de Tordesilhas, entre o rei de Portugal, D. João II, e os Reis Católicos, Isabel e Fernando, de Castela e Aragão.

povoados e vilas na região, tanto por parte dos franceses (Carnot, Saint Lorentz e Cunani), quanto por parte dos brasileiros (Daniel, Firmino e Espírito Santo do Amapá). Tal movimento provocou o enfrentamento das forças militares entre os dois países (SANTOS, 1998).

No século XVIII, a indeterminação fronteiriça franco-brasileira gerou uma série de litígios e conflitos. O Tratado Provisional (1700) determinava a neutralidade da região e proibia os usos políticos, econômicos e de ocupação do território. O Tratado de Utrecht (1713), que determinava o rio Oiapoque como o mesmo rio Vicente Pinzon, legitimava a ocupação portuguesa nas terras contestadas pela França, mas não foi respeitado. A definição da questão amapaense só foi dada pelo Tratado de Berna (1900) após os conflitos ocorridos na Vila do Espírito Santo do Amapá (1895).

Quadro 04: Tratados de limites e suas especificidades.

CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA A PARTIR DOS TRATADOS DE DEMARCAÇÃO TERRITORIAL			
ANO	TRATADO	PRINCIPAIS ELEMENTOS DEFINIDOS NO TRATADO	REPERCUSSÕES NA CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA
1700	Tratado Provisional	Determinava a neutralidade da região contestada, proibindo os dois países (Portugal e França) de promoverem qualquer forma de ocupação, exploração e comércio na região em litígio.	Nesse momento, a condição fronteiriça seria de neutralidade, devido à imposição do Tratado, que não permitia o uso do território por nenhum dos dois países.
1713	Tratado de Utrecht	No seu artigo 8º, determinava que o rio Oiapoque fosse o mesmo Vicente Pinzon e que esse rio seria o marco de fronteira entre os dois países.	Nesse caso, a condição fronteiriça seria de separação, devido às disputas territoriais na região ainda estarem exacerbadas. Apesar de o tratado impor o limite entre França e Brasil, o mesmo não foi respeitado por ambas as partes.
1900	Tratado de Berna	Confirmou o tratado de Utrecht no seu artigo 8º, mantendo o rio Oiapoque como marco de fronteira entre os dois países.	Por falta de acordos sobre o uso do território, a condição fronteiriça permanece como de separação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Quadro 04, estão presentes as nuances principais do processo de construção da condição fronteiriça, afora suas especificidades. Em 1700, o Tratado Provisional

determinou a neutralidade da região contestada, proibindo os dois países (Portugal e França) de promoverem qualquer forma de ocupação, exploração e comércio na região em litígio. Já o Tratado de Utrecht, assinado em 1713, no seu artigo 8º, determinava que o rio Oiapoque fosse o mesmo Vicente Pinzon e que esse rio seria o marco de fronteira entre os dois países. Em 1900, o Tratado de Berna confirmou o tratado de Utrecht no seu artigo 8º, mantendo o rio Oiapoque como marco de fronteira entre os dois países.

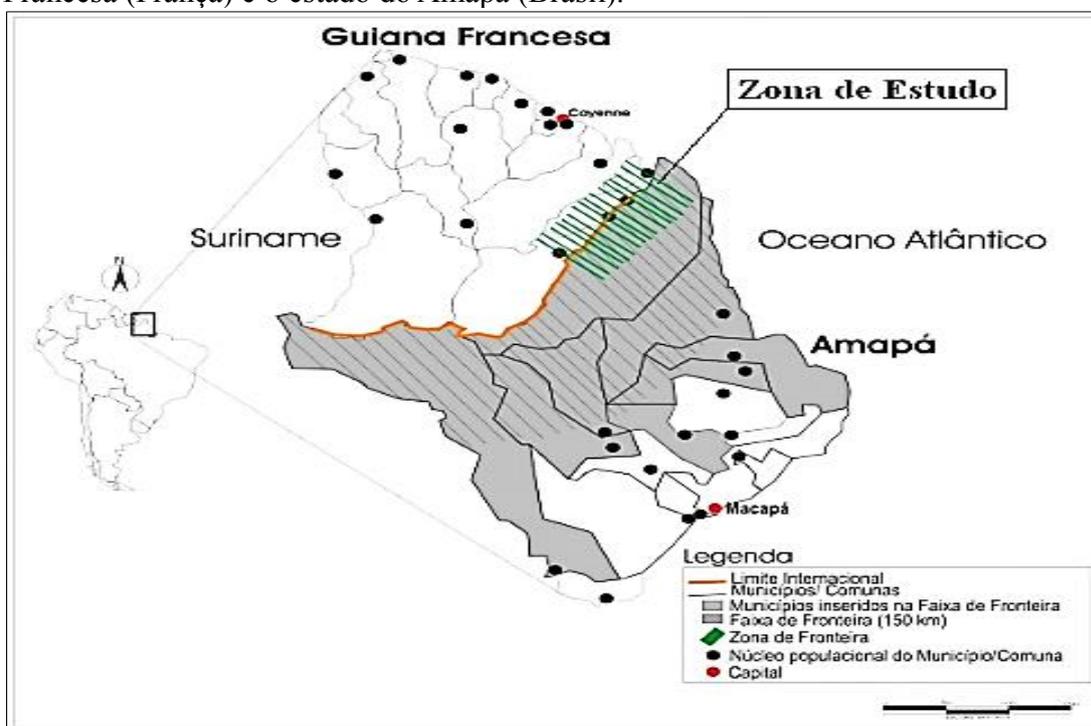
2 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FRONTEIRA BRASIL-FRANÇA

Entre os objetivos deste capítulo estão os subsídios teóricos e históricos da construção da fronteira franco-brasileira, que inicialmente perpassam pela redação e construção de quadros que possam explicar esse fenômeno histórico. O capítulo foi construído a partir dos itens e seções: 2.1 Caracterização da Área de Estudo; 2.2 – O processo de ocupação da zona de fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá: uma proposta de periodização; 2.3. As cidades-limítrofes inseridas na área de estudo; 2.3.1. Oiapoque (Brasil); 2.3.2 A Clevelândia do Norte (Brasil); 2.3.3 Saint-Georges de l’Oyapock (França).

2.1 Caracterização da Área de Estudo

O Escudo das Guianas (ver Figura 06) é uma formação de relevo da América do Sul localizada entre o oceano Atlântico, a planície amazônica e do Orinoco. Constituída de terrenos cristalinos, a região prolonga-se através das áreas de fronteira entre o Brasil, a Venezuela e as Guianas, além de uma fração do território da Colômbia.

Mapa 04: Zona de estudo 1: Zona de Fronteira: Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França) e o estado do Amapá (Brasil).



Fonte: Silva (2014).

Pelo mapa 04, pode-se perceber a demarcação exata da área de estudo, com destaque pelo detalhamento em verde na mencionada imagem, o que de fato não exige as análises inseridas na faixa de fronteira que estão relacionadas ao contexto fronteiriço e suas correlações.

Ab'Saber (1996) afirma que os planaltos da Guiana e brasileiro uniram-se em épocas geológicas remotas e que a cisão entre eles teria dado surgimento à bacia hidrográfica amazônica. Nesse recorte espacial, há uma região serrana constituída de leste para oeste pelas serras do Imeri, Parima, Pacaraima, Acaraí e Tumucumaque. É na serra do Imeri que se encontram os pontos mais altos do Brasil, como o pico da Neblina, nas imediações do extremo norte do estado do Amazonas, com 2995 metros de altitude – o ponto mais elevado de todo o planalto. Toda a formação geológica do planalto é muito vetusta, sendo uma das zonas mais antigas da terra, datadas da era pré-cambriana.

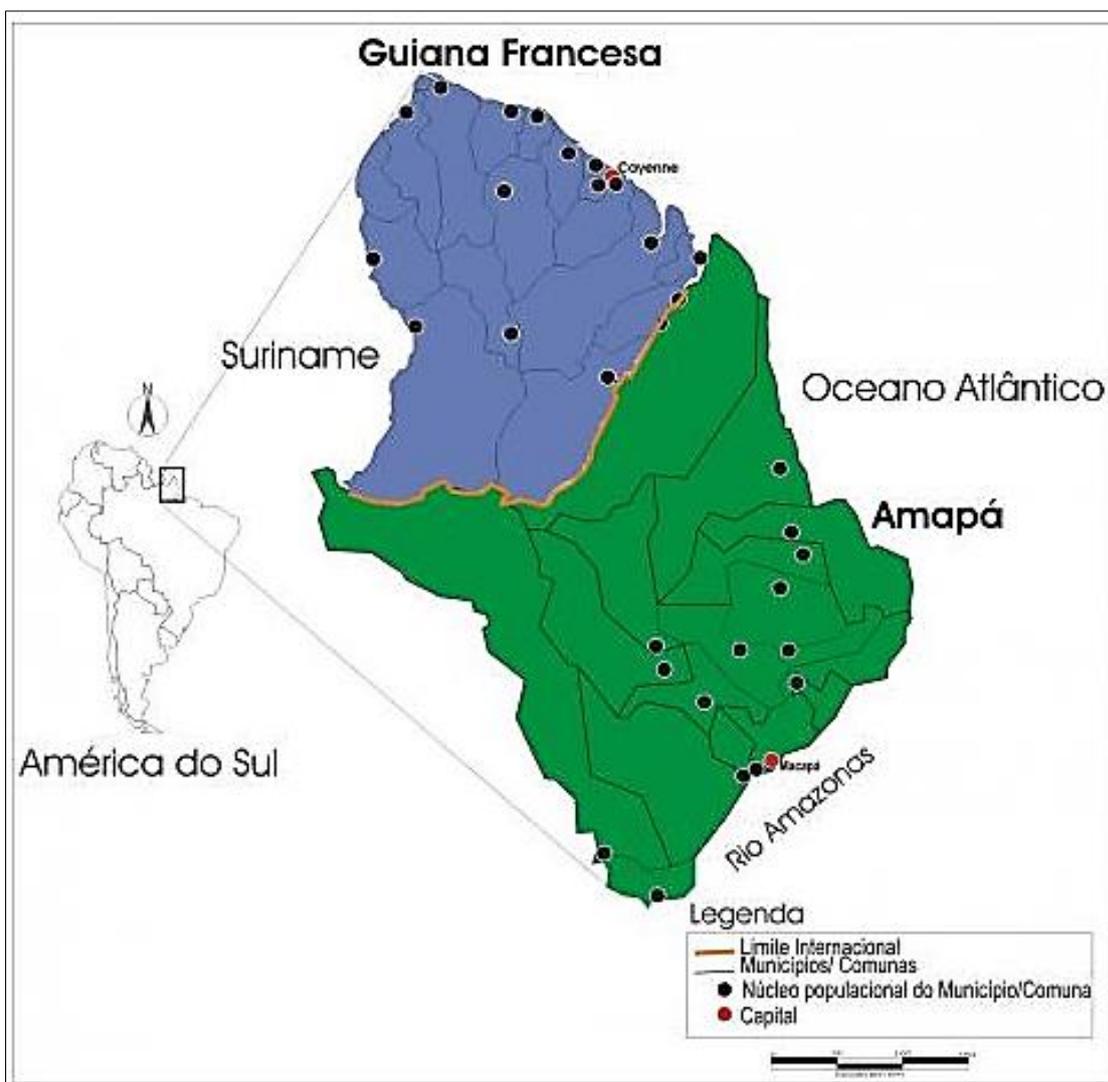
A floresta amazônica e as áreas do cerrado – este, sobretudo, no estado de Roraima – cobrem toda a área do escudo, que é drenada pelos rios da bacia amazônica, do Orinoco e os das bacias independentes, como Oiapoque, Essequibo, Courantine, Maroni e Mazaruni. Pela orografia acentuada, a região é rica em quedas d'água, como é o caso das cataratas de Kaieteur e Urenduique, nas proximidades da fronteira Brasil/Guiana.

Pelo fato deste trabalho possuir, também, um sentido histórico, serão abordados recortes temporais distintos e complementares (entre os séculos XVIII e XXI). Por isso a área ou objeto de estudo não se limitará somente à zona de fronteira⁹ do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França) e ao estado do Amapá (Brasil). Também será trabalhada a noção de faixa de fronteira¹⁰, vinculada ao Território Federal do Amapá em 1943.

⁹ Zona de fronteira é composta por faixas territoriais de cada lado do limite internacional, sendo sua extensão geograficamente limitada a algumas dezenas de quilômetros a ambos os lados da linde. Na América do Sul, grande parte delas possui: I) baixo nível de desenvolvimento, II) pequena densidade populacional, III) tendência a monocultura, e IV) forte dependência em termos comerciais, financeiros e políticos dos principais centros de decisão de seus respectivos países (BRASIL, 2005).

¹⁰ Faixa de fronteira consiste numa extensão maior em relação à zona de fronteira, mas seu papel é restrito a cada estado-nação. Ou seja, o programa das ações conjuntas se define para ser aplicado às jurisdições políticas internas de cada país. A faixa de fronteira pode também ser denominada de *região de programação* (VALENCIANO, 1996).

Mapa 05: Zona de estudo 2: Localização das unidades administrativas do Estado do Amapá e da Guiana Francesa.



Fonte: Silva (2013).

As Figuras 01 e 02 mostram distintamente a definição da fronteira entre o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa e o Brasil (especificamente o Amapá). Nesse sentido, o presente trabalho versa sobre a construção/produção da condição fronteira no Platô das Guianas a partir de uma abordagem de caráter histórico-geográfico, considerando a interlocução entre espaço e tempo, forma e conteúdo.

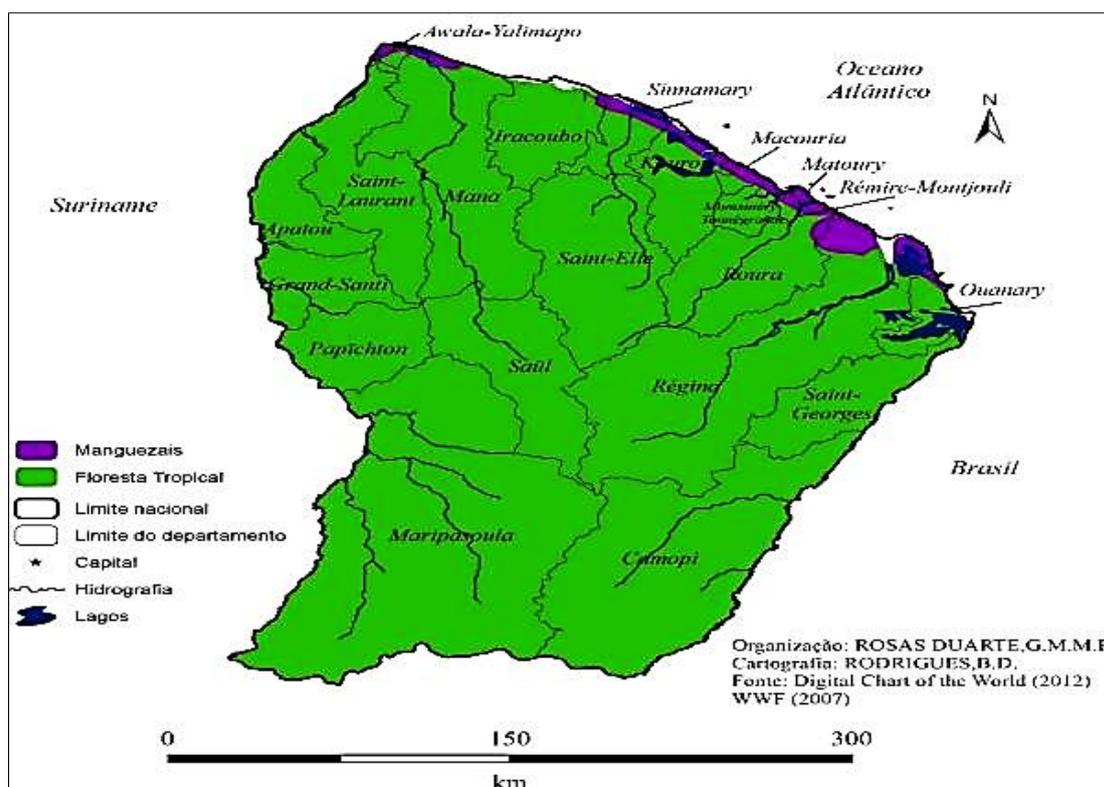
O Amapá e a Guiana Francesa possuem de 655 km de limites territoriais compreendidos entre os dois territórios, dos quais 360 dizem respeito ao rio Oiapoque, configurando algumas diferenças, mas também semelhanças do ponto de vista social, econômico, político e ambiental. Do ponto de vista ambiental, por exemplo, verifica-se o domínio da floresta amazônica na paisagem natural (90%). Do ponto de vista político,

percebe-se uma forte dependência e atraso em relação ao Estado central ou federal, com serviços e infraestruturas precários, além de uma sensação material e simbólica de constante isolamento (CEROM, 2010).

A localização a nordeste da América do Sul, portanto, na foz do rio Amazonas (Amapá) e próximo ao oceano atlântico, é um forte indício da posição estratégica desses espaços na região onde se inserem. Merece destaque a inserção da Guiana Francesa e do Amapá, juntamente com Suriname, Guiana e mais a porção sul da Venezuela, no chamado Platô das Guianas.

O domínio natural desta porção da América do Sul é a floresta amazônica, que corresponde a 96% das paisagens naturais da Guiana Francesa (ver Figura) e a 75% das paisagens naturais do Amapá¹¹. Outros elementos naturais também podem ser citados: uma grande rede hidrográfica, Zona de Convergência Intertropical (ZCI), baixas latitudes e definição do clima equatorial quente e úmido.

Mapa 06: Vegetação da Guiana Francesa.



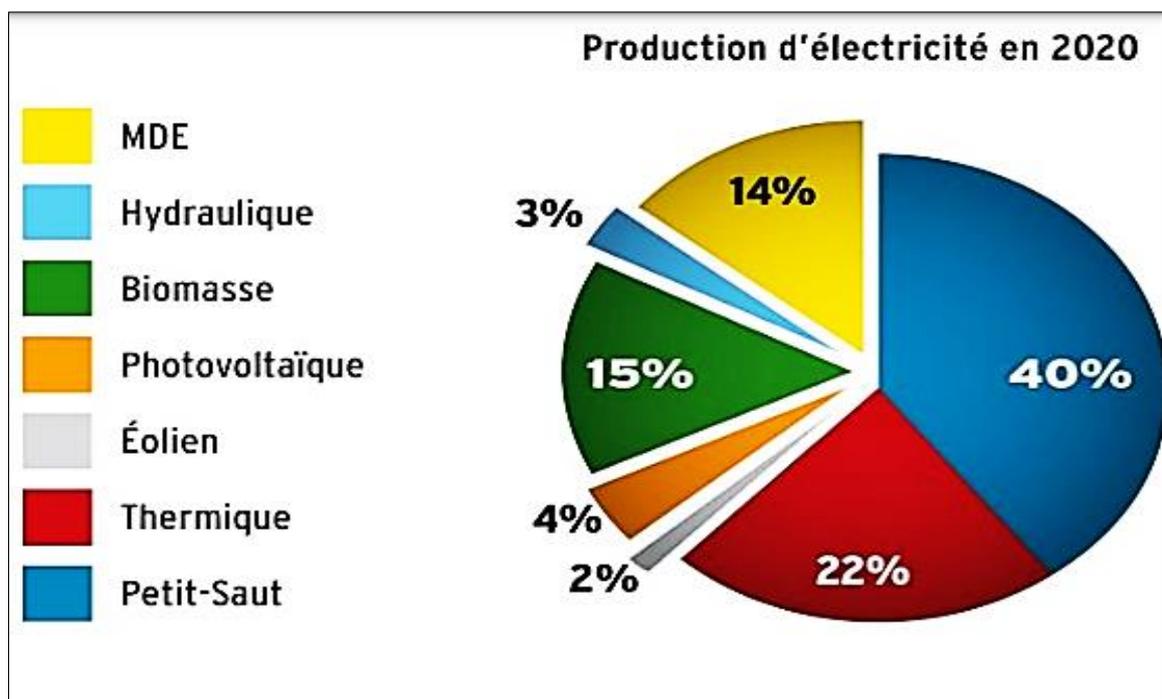
Fonte: Duarte, 2016 (<https://confins.revues.org/docannexe/image/11072/img-3.jpg>).

¹¹ O Amapá possui uma das mais preservadas áreas florestais do país. Isso porque desde o final do século XX foram criadas áreas de preservação ambiental de caráter federal, estadual e municipal, conferindo esta singularidade ambiental em relação ao restante do território nacional.

É muito recorrente o uso de energia proveniente de hidrelétricas, aproveitando o relevo e o potencial hídrico de onde se inserem. O Amapá, por exemplo, apesar de só agora estar passando por um processo de integração com o Sistema Nacional de Energia (SNE), possui em seu território a primeira hidrelétrica construída na Amazônia (Usina Hidrelétrica – UHT Coaracy Nunes). Já a Guiana Francesa é servida, segundo Duarte (2016) principalmente pela UHT Petit South¹², a qual atende cerca de 55% da população. Para complementar a geração de energia, é muito comum também o uso de termelétricas, como a utilizada na cidade do Oiapoque.

Assim como a lógica da geração de energia no Amapá caminha em direção à integração ao SNE, a Guiana Francesa também passa por transformações nesse setor, passando a investir cada vez mais no uso de energia limpa, como revela a Figura 9. Isso se dá principalmente pela urgente necessidade em superar a dependência do uso de derivados do petróleo na geração da eletricidade, além, é claro, da preocupação com o uso de energia mais limpa e renovável.

Figura 04: Produção de eletricidade em 2020.



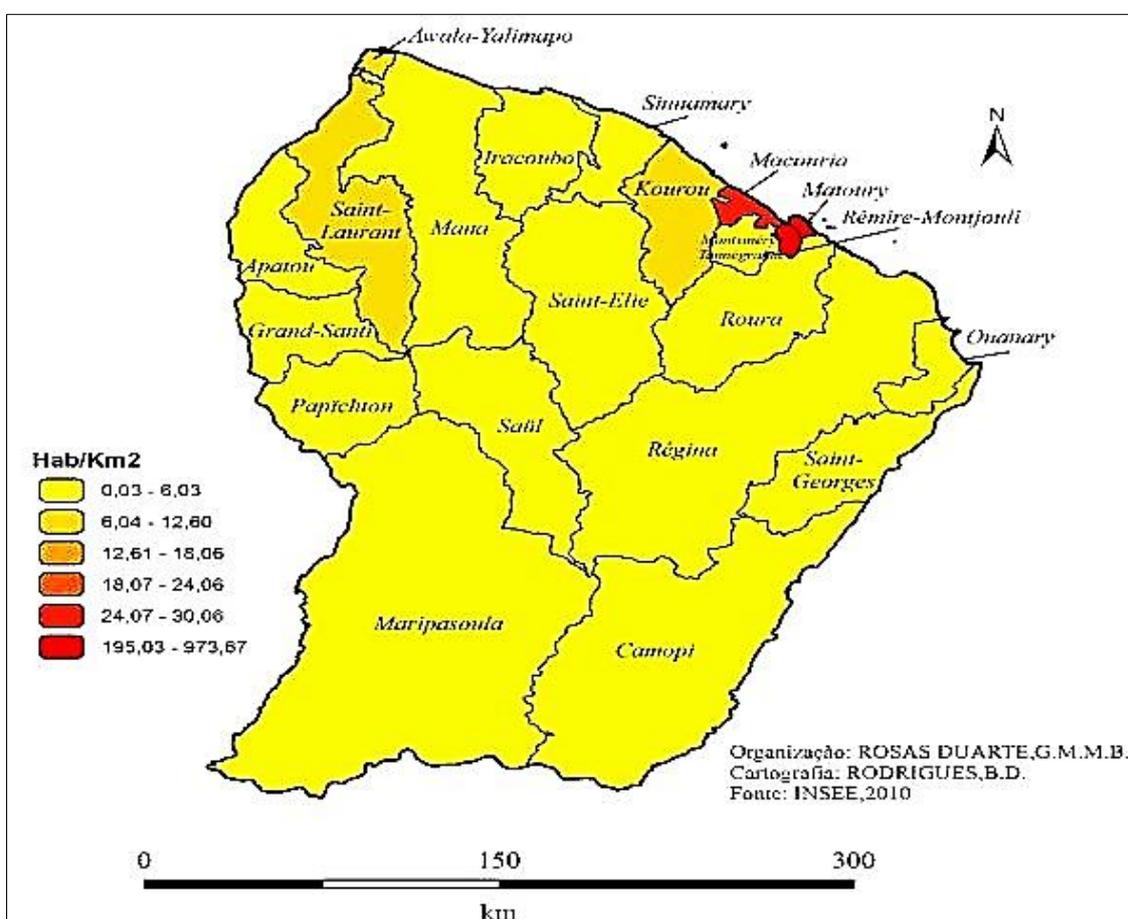
Fonte: <http://www.alem-do-amazonas.com/artigo/sociedad/o-futuro-da-energia-renovavelpara-a-guiana-francesa>.

¹² Segundo Duarte (2016, p. 34), a “barragem, construída em 1994 no rio Sinnamary, possui 370 km² de extensão, tem capacidade de 115 megawatts e produz anualmente cerca de 560 gigawatts/hora, sendo responsável por abastecer parcialmente as principais cidades da região: Caiena, Kourou, Saint Laurent du Maroni, dentre outras.”

Do ponto de vista do espaço absoluto, o Amapá¹³ possui uma área de 142 815 km², correspondendo a apenas 1,7% do território nacional, com taxa de densidade demográfica muito baixa e urbanização concentrada, constituindo-se na maior macrocefalia urbana da Amazônia, com 74% de sua população residindo em Macapá e Santana, suas principais cidades. Já a Guiana Francesa apresenta um território com 83.534 km² – números que correspondem a 16% do território francês, configurando-a como a maior região francesa.

Em relação à densidade demográfica (ver Figura 10), a Guiana Francesa apresenta 2,92 hab./km² (segundo estimativa do governo para 2016). O IBGE afirma que o Amapá possui estimativa de densidade demográfica de 5,47 hab./km².

Mapa 07: Densidade demográfica por Comuna na Guiana Francesa.



Fonte: Duarte, 2016 (<https://confins.revues.org/docannexe/image/11072/img-4.jpg>).

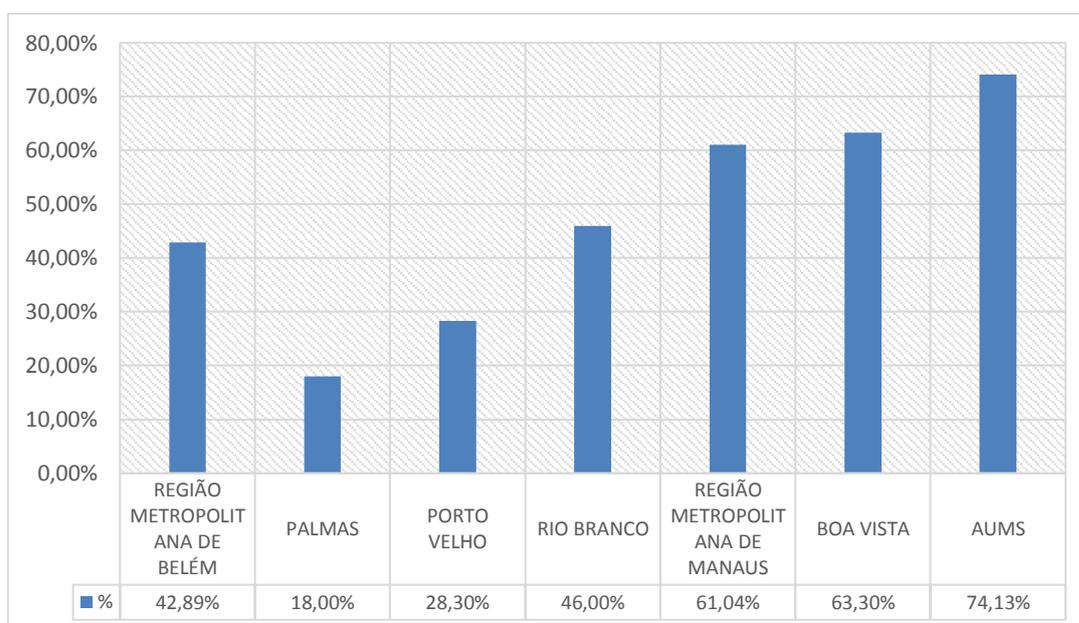
A população da Guiana Francesa está concentrada na faixa litorânea, especialmente em Caiena e Kourou, que juntas aglutinam cerca de 59% da população deste Departamento

¹³ Se considerarmos a regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Amapá está inserido na região norte ocupando as últimas colocações no ranking dos estados brasileiros em IDH.

Ultramarino Francês (INSEE, 2015). Caiena apresenta uma centralização política e econômica bastante significativa, por ser a capital do Departamento Ultramarino Francês; enquanto Kourou justifica sua concentração demográfica pela presença da base espacial da União Europeia.

No Amapá, Macapá e Santana cumprem o papel de principal centro de distribuição de bens e consumo dessa porção mais setentrional da Amazônia, cumprindo, juntas, segundo Santos (2015), o papel de cidade média da Amazônia Setentrional Amapaense (ASA)¹⁴. As duas cidades concentram quase 75% da população do estado, constituindo assim, como dito antes, a maior macrocefalia urbana¹⁵ da Amazônia.

Gráfico 01 - Percentual (%) de concentração da população nas principais aglomerações urbanas da Região Norte.



Fonte: Santos, 2017.

Santos (2016) considera a formação do Aglomerado Urbano¹⁶ de Macapá e Santana (AUMS), que é formado pela conurbação¹⁷ das duas cidades (ver Mapa 2). A dinâmica

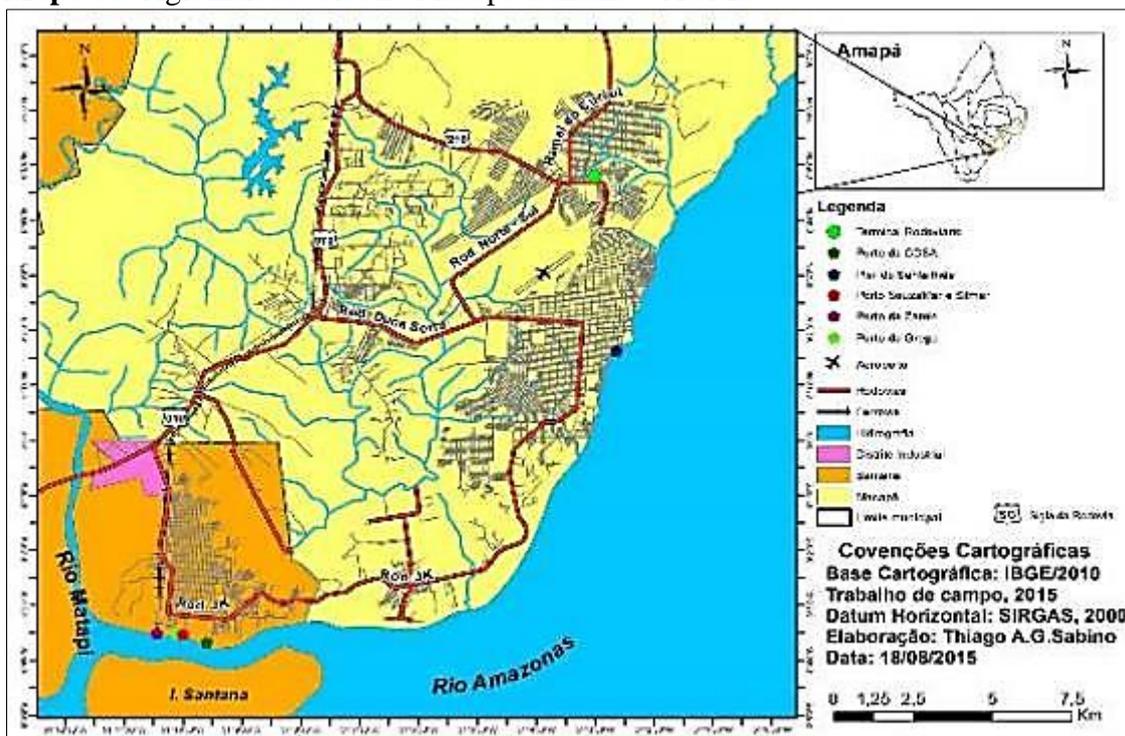
¹⁴A área *core* dessa sub-região amazônica é constituído pelo território do estado do Amapá, além de porções de territórios de alguns municípios do estado do Pará e do Departamento Ultramarino Francês – DOM (*Département d’Outre-mer*), a Guiana Francesa. Assim, destaca-se que essa sub-região não coincide com o recorte territorial do estado do Amapá, mas extrapola o limite administrativo estadual e nacional, abrangendo áreas dos municípios paraenses de Almeirim, Chaves, Afuá e Gurupá, e se sobrepõe de forma reticular ao território da Guiana Francesa, através do eixo de migração internacional de brasileiros, principalmente, para as cidades de Saint-Georges, Cayenne e Kourou (SANTOS, 2012).

¹⁵ O conceito de Macrocefalia Urbana, segundo Santos (2012), significa um grande número de pessoas morando em poucas cidades.

¹⁶ O que define o aglomerado urbano, segundo Miyazaki (2010, p. 1), é o processo de junção/articulação de centros urbanos distintos, tanto por meio da continuidade territorial quanto pela continuidade espacial.

entre as duas cidades foi historicamente construída e demonstra a passagem da continuidade espacial, quando há forte relação sem haver o contato físico entre as cidades, para a continuidade territorial, quando a forte relação se expressa em nível territorial. Tal movimento revela, portanto, uma conurbação entre os diferentes centros urbanos.

Mapa 08: Aglomerado Urbano Macapá-Santana – AUMS.



Fonte: Santos, 2016.

Portanto, pode-se fazer esse raciocínio comparativo entre a dinâmica da Guiana Francesa e a do Amapá, considerando que a Guiana Francesa apresenta forte concentração demográfica nas cidades de Caiena e Kourou, em função da concentração política e econômica decorrentes do movimento da capital e pela presença da base espacial. No caso do Amapá, a lógica se processa pela centralização política, econômica e demográfica no Aglomerado Urbano de Macapá e Santana.

Consideram-se, assim, as transformações das cidades, no que se refere à expansão territorial e às interações espaciais por meio dos fluxos, permeados pelas escalas inter e intraurbanas de forma articulada.

¹⁷ Este processo consiste, grosso modo, na expansão territorial convergente entre dois ou mais núcleos urbanos. Esta dinâmica é muito própria às regiões metropolitanas, entretanto, ela também ocorre fora do contexto metropolitano e dá base ao processo de formação de aglomerados urbanos (SANTOS; BARROS, 2017).

2.2 – O processo de ocupação da zona de fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá: uma proposta de periodização

Compreender o processo de ocupação do território, em qualquer circunstância, não é tarefa fácil, visto que vários elementos devem ser considerados na lógica de produção do espaço, como, por exemplo, a base física do assentamento humano, as dimensões culturais, simbólico-afetiva (identitária), política, social e econômica. Discutir este processo num recorte espacial fronteiro é mais complexo ainda, pois envolve contexto bastante diversos, além de elementos (i)materiais de escala, local, nacional e internacional, como na própria fronteira franco-brasileira.

A reflexão sobre um território tão rico e diverso, como a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, pode ser realizada de diversas formas. Todavia, neste trabalho, optou-se por realizar um exercício escalar, considerando elementos da produção do espaço brasileiro (escala nacional, região amazônica, estado do Amapá e cidade do Oiapoque) e francês (França, Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, Caiena, Saint-Georges, Corrou etc.). Este exercício será feito a partir de uma adaptação a proposta de Corrêa (1987), ao tratar da periodização da rede urbana da Amazônia.

Há duas formas de se analisar a relação estabelecida entre as cidades: uma analisa o espaço intraurbano (a cidade por dentro) e outra aborda o espaço interurbano (a cidade por fora). Há espaço urbano, a cidade por dentro e de regional a cidade por fora ou, caso prefira-se, a rede urbana (VILLAÇA, 1998). Nesta breve abordagem, será feita uma análise do urbanorregional na Amazônia a partir de sua formação socioespacial.

É importante compreender o Amapá e a Guiana Francesa no processo de estruturação da rede urbana da Amazônia, considerando a formação socioespacial¹⁸ da região, portanto utilizando elementos espaço-temporais do processo de produção do espaço regional. Em se tratando da formação socioespacial, não se pode entendê-la sem um exercício de escala, principalmente porque a conformação territorial de uma cidade está inserida em outras lógicas como a produção do espaço regional e/ou nacional. Portanto não

¹⁸O tempo da divisão do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de Modo de Produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados, os tempos relativos aos elementos mais ‘atrasados’, heranças de modos de produção anteriores. Visto em sua particularidade - isto é, objetivado - e, portanto, com a sua cara geográfica, o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação socioespacial.

se pode pensar o lugar (a cidade) isoladamente, mas sim a partir de uma rede de relações urbano-regionais, incluindo a escala internacional, caso preciso.

Quando se fala em rede urbana, fala-se da existência de um conjunto articulado de cidades a partir de três condições: a existência de uma economia de mercado, ou seja, deve haver um grau mínimo de divisão territorial do trabalho; a existência de pontos fixos no território, onde os negócios se realizam; e a existência de um mínimo de articulação entre os núcleos, verificada no âmbito da circulação (CORRÊA, 1987). Observando-se a dinâmica da fronteira franco-brasileira, é muito pertinente pensar nos termos da rede urbana, visto que existe, mesmo que precária, uma estruturação fronteiriça através de redes (legais e ilegais).

Corrêa (1987) atribui a formação da rede urbana amazônica ao período inicial de implantação da cidade de Belém (1616) e do início da conquista do território. Machado (1999) por sua vez defende a existência de uma “proto-urbanização” dos vales amazônicos somente a partir da economia da borracha, destacando que as missões religiosas¹⁹, as pequenas fortificações e as vilas foram funcionais ao domínio do território, entretanto, tiveram expressão limitada na origem do urbano na região.

Optou-se por trabalhar com a concepção de rede urbana de Corrêa (1987), por concordar-se com o argumento da gênese da rede urbana regional na fundação de Belém (1616) e no início da conquista do território além de se considerar o período econômico do extrativismo da borracha como uma das fases da rede urbana da Amazônia e não como a origem.

Corrêa (1987) aponta a existência de sete períodos na estruturação da rede urbana regional. O primeiro refere-se à implantação da cidade de Belém e o início da conquista o território. O segundo é caracterizado pela expansão de fortes e criação de aldeias missionárias (primeira metade do século XVII à primeira metade do século XVIII). O terceiro foi marcado por um relativo crescimento econômico e urbano sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (segunda metade do século XVIII ao final dos anos 70 do mesmo século).

¹⁹ As missões religiosas na Amazônia tiveram um papel importante no processo de ocupação e exploração das drogas do sertão. Foram quatro as ordens que ocuparam a Amazônia: os Jesuítas, os mercedários, os Franciscanos e os Carmelitas.

O quarto se caracteriza por uma estagnação econômica e urbana (final do século XVIII à primeira metade do século XIX). O quinto período de desenvolvimento da rede urbana amazônica é nomeado por Corrêa de “a expansão do extrativismo da borracha e da rede urbana”, caracterizado pela expansão e riqueza urbana (segunda metade do século XIX ao final da Primeira Guerra Mundial). O período do “boom” econômico da borracha é produto da demanda externa por tal matéria-prima, ou seja, o entendimento da realidade local se dá por questões externas, daí a necessidade de entender o que se passa nas outras escalas, e também por elementos internos. O sexto período corresponde ao declínio da atividade gomífera na região, resultando, principalmente, num considerável período de estagnação econômica. O sétimo e último período inicia na década de 1960 e é marcado pelas políticas de desenvolvimento regional do governo militar para a região, onde a própria dinâmica das fronteiras nacionais é revisitada, tendo em vista os grandes projetos como o Programa Calha Norte e a difusão da ideia de proteger e ocupar as fronteiras nacionais (soberania).

A primeira fase, compreendida entre 1605-1688, é marcada, conforme o Quadro 01, pelo período das Grandes Navegações, na escala internacional, justamente o período da expansão marítima e comercial europeia, quando França, Portugal e Espanha, por exemplo, se lançaram ao mar em busca de novos territórios, consagrados na história geral como colônias, as quais foram anexadas ao sistema econômico capitalista. Também deve se destacar a criação de núcleos urbanos para defesa, ocupação e penetração do território.

QUADRO 05 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA, DO AMAPÁ E DA GUIANA FRANCESA I				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	AMAPÁ	GUIANA FRANCESA
1605-1688	<ul style="list-style-type: none"> - Período das Grandes Navegações; - Anexação de novas áreas ao sistema econômico capitalista; - Criação de núcleos urbanos para defesa, ocupação e penetração do território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação de São Luís do Maranhão (1612) pelos franceses - Fundação pelos portugueses do Forte do Presépio em 1616 (atual Forte do Castelo), a partir do qual se desenvolveu a cidade de Belém. Deste ponto partiram expedições militares que expulsaram os estrangeiros e fundaram outros núcleos de povoamento no litoral e no vale baixo amazônico, como Cametá, em 1635 (antiga Vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá). 	O processo de invasões estrangeiras no Amapá por franceses, ingleses e holandeses e a construção de fortes e fortins no estuário do Amazonas, do Araguari e Oiapoque.	A ocupação da Guiana Francesa e a fundação de Cayenne (1605)

Fonte: Santos, 2016.

Pelo Quadro 05, na escala da Amazônia, este período é marcado pela fundação de São Luís do Maranhão em 1612 pelos franceses, os mesmos que ocuparam a região acima das terras do cabo norte e pela fundação do Forte do Presépio em 1616 (atual Forte do Castelo), a partir do qual se desenvolveu a cidade de Belém. Deste ponto partiram expedições militares que expulsaram os estrangeiros e fundaram outros núcleos de povoamento no litoral e no vale baixo amazônico, como Cametá, em 1635 (antiga Vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá).

O Amapá foi caracterizado, neste período, pelo processo de invasões estrangeiras realizado pelos franceses, ingleses e holandeses, assentados, respectivamente, na Guiana Francesa, na Guiana e no Suriname. Também marca esse contexto inicial a construção de fortes e fortins no estuário do rio Amazonas, e pelos rios Araguari e Oiapoque (ver Quadro 02).

QUADRO 06: FORTIFICAÇÕES MILITARES NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE NO PERÍODO COLONIAL	
PERÍODO	FORTIFICAÇÃO
1612	Forte do Torrego I, ou Torego, ou Foherégo, ou Tauregue, ou Maracapu, construído na margem esquerda do Amazonas, na conferência do rio Anuerapucu, em frente à ilha de Santana, em 1612, por Philip Purcell (origem inglesa).
1620	Casa Forte do rio Felipe, construído em 1620 nas proximidades da cidade de Macapá, em 1620, durante o reinado de Jame I, proposta por Roger Nort, irmão mais novo do terceiro Barão North (origem inglesa).
1623	Criação de um forte por Bento Maciel Parente que recebeu, por doataria, em 1636 o território do Cabo Norte.
1623	Fundação do Forte Bento Maciel Parente na cidade de Gurupá (cidade paraense com fortes vínculos com Macapá).
1629	Forte do Torrego II – 1629 -, construído na margem esquerda do Amazonas, na confluência do rio Anuerapucu, em frente a ilha de Santana, por James Purcell (origem inglesa).
1629	Forte North, Pattacue ou Forte do rio Felipe, construído nas proximidades da cidade de Macapá, em 1629, no lugar do anterior, de mesmo nome, que havia sido destruído durante uma batalha com as tropas ibéricas (origem inglesa).
1632	Forte de Cumaú, construído na margem esquerda do rio Matapi, em 1632, por Roger Fry (último forte inglês construído na região).
1633	Forte Maricary oi Maiaricaré, construído na embocadura do rio Maricary (provavelmente próximo ao rio Calçoene), nas proximidades da foz do Araguari, provavelmente em 1633. Segundo o Barão do Rio Branco, o construtor responsável teria sido o general Baldegrues ou Balde Gruu, na forma truncada de se escrever os nomes em documentos do século XVII/XVIII (origem holandesa).
1660	Casas Fortes do rio Araguari: edificadas em 1660 em local expostos ao perigo da pororoca (por isso foi substituída em 1687 pelo Forte do rio Araguari ou Forte do Rio Bataboute) /em 1697 foi destruída pela pororoca e em seu lugar foi construída a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá;
1688	Construção do Forte Cumaú ou Forte de Santo Antônio de Macapá (próximo à Praça de Macapá);
1729	1729: construção da Casa Forte da ilha de Santana de serviu como entreposto para embarcações devido sua proximidade com o Rio Amazonas;
1738	1738: Fortaleza Reduto do Macapá;
1761	1761: Construção do Forte de São José de Macapá (forte de faxina).
1764–1782	Início e conclusão das obras da Fortaleza de São José de Macapá.

Fonte: Santos (2016).

O Quadro 06 destaca as fortificações construídas no período da colonização portuguesa da Amazônia, enfatizando a presença de povos estrangeiros na porção mais setentrional da região (ASA) e a política portuguesa de ocupação e defesa do território assentada na construção destas formas espaciais. Deste modo, os fortes promoveram a defesa do território, e induziram a ocupação e o adensamento populacional das Vilas, provocando o surgimento de aglomerações humanas que posteriormente culminaram na formação de algumas das primeiras cidades na região (SANTOS, 2016).

Foi bastante considerável o número de fortificações construídas nas imediações de Macapá e Santana, por exemplo, a principal delas é a Fortaleza de São José de Macapá (1764-1982) construída na margem direita do rio Amazonas. Na Vila de São José de Macapá, destaca-se a ocupação inicial do núcleo central da cidade, ou seja, nas imediações da igreja de São José e da Fortaleza, onde se concentravam os principais equipamentos públicos e a própria relação com Belém (REIS, 1993).

Como processo de desobediência ao Tratado de Tordesilhas e por não aceitar não estar contemplada por este referido tratado na América, a França promoveu diversas invasões nessa região, como a ocupação da Guiana Francesa e a fundação de Cayenne (1605).

O segundo período (ver Quadro 03), compreendido entre 1688-1758, é notadamente marcado pelo desenvolvimento do comércio das Drogas do Sertão²⁰ (cacau, guaraná, canela etc.). Também se destaca a estruturação econômica regional apoiada em fortins, aldeias missionárias e mão-de-obra indígena, estruturação está definida pela Coroa Portuguesa em consonância com o governo da província do Grão-Pará e Maranhão.

²⁰ Produtos extraídos da floresta, comercializados na Europa como especiarias.

QUADRO 07 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA, DO AMAPÁ E DA GUIANA FRANCESA II				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	AMAPÁ	GUIANA FRANCESA
1688-1758	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do comércio das - Drogas do sertão (cacau, guaraná, canela etc.); - Organização econômica apoiada em fortins, aldeias missionárias e mão-de-obra indígena. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de aldeias missionárias e fortins, para controle dos indígenas e da economia extrativista, localizadas nas margens do Rio Amazonas, a exemplo de Santarém (rio Tapajós), Óbidos (rio Trombetas) e Tefé (rio Japurá); - Fundação do Forte de São José do Rio Negro em 1669 onde, sob a proteção dos Carmelitas, desenvolveu-se a aldeia de Manaus (rio Negro); - Desenvolvimento embrionário da rede urbana do tipo dendrítico, pois havia articulação das aldeias <ul style="list-style-type: none"> - mediante a circulação de mercadorias e a organização das ordens religiosas - à Cidade de Belém que exercia o papel primaz nesta rede 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e fundação das vilas de Macapá e Santana. - Processo de ocupação de Macapá por açorianos trazidos pela companhia de comércio da província do Grão-Pará e Maranhão. 	<ul style="list-style-type: none"> Desobediência aos tratados de limites impostos na região do contestado do Amapá: Utrecht e Provisional

Fonte: Adaptação de Santos, 2016.

Segundo o quadro acima, na escala regional, houve a criação de aldeias missionárias e fortins, para gerenciar o apresamento e o uso da mão de obra indígena, juntamente com a própria economia extrativista, localizadas nas margens do Rio Amazonas, a exemplo de Santarém (rio Tapajós), Óbidos (rio Trombetas) e Tefé (rio Japurá) (SANTOS, 2016).

No atual estado do Amazonas, ocorreu a fundação do Forte de São José do Rio Negro em 1669 onde, sob a proteção dos Carmelitas, desenvolveu-se a aldeia de Manaus (rio Negro), auxiliando no desenvolvimento inicial da rede urbana do tipo dendrítico²¹, pois havia articulação das aldeias, mediante a circulação de mercadorias e a organização das ordens religiosas. Neste período a cidade de Belém, já apresentava significativa diferenciação socioespacial em relação ao restante da região, por isso já exercia o papel de cidade primaz nesta rede, ou seja, polarizando um número significativo de vilas e cidades no interior da região.

No Amapá, destaca-se principalmente planejamento e fundação das vilas de Macapá e Santana por ordem do Governo da Província do Grão-Pará e Maranhão. Além disso, foi promovido o processo de ocupação de Macapá por açorianos trazidos pela companhia de comércio da província do Grão-Pará e Maranhão. Plano de ação do estado português para a ocupação do Amapá previsto por Mendonça Furtado quando em seu projeto de ocupação já estava prevista tal ocupação como processo de consolidação e domínio territorial.

Em relação à Guiana Francesa, houve desobediência aos tratados de limites impostos na região do contestado do Amapá: Provisional (1700) que colocou a região contestada pela França em caráter litigioso, em que ambas as nações não poderiam fixar núcleos de povoamento, estabelecer atividades comerciais e nem promover qualquer tipo de exploração. E Utrecht (1713) que determinou no seu artigo oitavo o Rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Entre 1755-1785 ocorreu o desenvolvimento da terceira fase (ver Quadro 04) de estruturação da rede urbana regional proposta por Corrêa (1987). Este período destaca-se pela ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (fundada em 1755, sob os

²¹ Articulação entre cidades, essencialmente marcada pela importância do rio como referencial simbólico, espaço de circulação dos principais fluxos econômicos, sociais e políticos, predominante na Amazônia até a década de 1960.

interesses do Marquês de Pombal), representando a criação de uma companhia comercial monopolista de produtos tropicais (algodão, arroz e cacau) no mercado europeu, ratificando a inserção da Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), o que gerou uma expansão das atividades produtivas nos núcleos preexistentes e o reforço da rede urbana dendrítica.

QUADRO 08 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA, DO AMAPÁ E DA GUIANA FRANCESA III				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	AMAPÁ	GUIANA FRANCESA
1755-1785	<ul style="list-style-type: none"> - Ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (fundada em 1755, sob os interesses do Marquês de Pombal), que representou a criação de uma companhia comercial monopolista de produtos tropicais (algodão, arroz e cacau) no mercado europeu; - Expansão das atividades produtivas nos núcleos preexistentes; - Reforço da rede urbana dendrítica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transferência, em 1751, da capital do Grão-Pará e Maranhão de São Luiz para Belém (os quais se separam em 1772); - Fim do poder eclesiástico e expulsão dos jesuítas e confisco dos seus bens; - Doação de Sesmarias a soldados e colonos para prática do cultivo; - Introdução da mão de obra escrava a partir de 1756; - Expansão da agricultura comercial e da pecuária (Rio Branco, baixo Amazonas e ilha do Marajó); - Ampliação das importações de produtos manufaturados e ratificação do sistema de aviamento; - Criação e fortalecimento de Fortes para proteção da Amazônia, a exemplo de Belém e Macapá; - Elevação de antigas aldeias missionárias à categoria de vilas; - Criação da capitania de São José do Rio Negro (Amazonas), surgindo na Amazônia duas Capitânicas, ambas subordinadas a Belém. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Nova Vila de Mazagão, em 1770, onde se desenvolveu uma relativa ocupação com o cultivo de milho, arroz, feijão e mandioca, além da pecuária, utilizando-se de mão de obra escrava. 	<ul style="list-style-type: none"> Fuga de escravos em massa das fazendas por não aceitarem a escravidão que na França havia sido abolida pela Revolução Francesa

Fonte: Adaptado de Santos (2016).

No Quadro 08, a partir de 1751, houve a transferência da capital do Grão-Pará e Maranhão de São Luiz para Belém (os quais se separam em 1772), confirmando a hegemonia da metrópole de Belém na Amazônia. Outro elemento essencial deste contexto foi o fim do poder eclesiástico e expulsão dos jesuítas e confisco dos seus bens. Isso promoveu a laicização do Estado Português com a Igreja Católica, uma vez que essa foi acusada de traição pelo Marques de Pombal, quando o mesmo afirmara que os jesuítas tinham um plano para matarem o rei D. José I. (CAMILO, 2011).

Foi bastante comum a doação de sesmarias a soldados e colonos para prática do cultivo, juntamente com a introdução do uso de mão de obra escrava a partir de 1756, em decorrência da expansão da agricultura comercial e da pecuária em Rio Branco (AC), no baixo Amazonas e ilha do Marajó (PA). Na contramão desses processos, houve a ampliação das importações de produtos manufaturados e a ratificação do sistema de aviamento.

Ainda era recorrente, neste período, a criação e fortalecimento de Fortes para proteção da Amazônia, a exemplo de Belém e Macapá, juntamente com a elevação de antigas aldeias missionárias à categoria de vilas, destacando-se a criação da capitania de São José do Rio Negro (Amazonas), surgindo na Amazônia duas Capitânicas, ambas subordinadas a Belém.

No Amapá, houve a criação da Nova Vila de Mazagão, em 1770, nesta vila se desenvolveu uma relativa ocupação com o cultivo de milho, arroz, feijão e mandioca, além da pecuária, utilizando-se de mão de obra escrava. Vidal (2008) aponta Mazagão como a cidade que atravessou o atlântico, ou seja, do Marrocos à Amazônia (1769 – 1783), revelando a dimensão histórica da cidade e de sua dinâmica constantemente presente na ideia de movimento, portanto, a cidade obedece ao princípio dialético da mudança perpétua.

Nesse período, a Guiana Francesa é marcada pela fuga de escravos em massa das fazendas por não aceitarem a escravidão que na França havia sido abolida pela Revolução Francesa. O que de fato provoca uma instabilidade econômica nas lavouras da Guiana Francesa devido à falta dessa mão de obra. Esses escravos preferiam fugir para a região do contestado do Amapá pela condição territorial do lugar ser de litígio e naquele momento não pertencer a nenhuma das duas nações (França e Brasil).

Do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, ocorreu a extinção, mais precisamente em 1778, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, tendo como uma de suas consequências a diminuição da competitividade de Portugal junto ao comércio internacional, também afetada pela queda dos preços dos produtos tropicais. Todo este quadro gerou uma grave estagnação econômica e urbana da Amazônia.

QUADRO 09 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA, DO AMAPÁ E DA GUIANA FRANCESA IV				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	AMAPÁ	GUIANA FRANCESA
Final do século XVIII e primeira metade do século XIX	<ul style="list-style-type: none"> - Extinção, em 1778, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; - Diminuição da competitividade de Portugal junto ao comércio internacional por conta da queda dos preços dos produtos tropicais. - Estagnação econômica e urbana da Amazônia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do crescimento urbano por conta da perda da população urbana e da arrecadação de tributos; - Transferência da capital da Capitania de São José do rio Negro de Bacelos para o núcleo Lugar da Barra (Manaus) devido à decadência econômica; - A rede urbana caracteriza-se, neste período, pela permanência da primazia de Belém e pelo padrão de organização espacial ribeirinho, com poucos núcleos urbanos ao longo do litoral. 	Descoberta do ouro no Amapá.	Assinatura do segundo tratado de neutralização e consequente desrespeito francês e a intensificação das invasões francesas nas terras do contestado e agravamento das relações fronteiriças

Fonte: Adaptado de Santos (2016).

Pelo Quadro 09, é possível perceber que a forte estagnação econômica acabou resultando em diminuição do crescimento urbano por conta da perda da população urbana e da arrecadação de tributos, uma das consequências marcantes deste processo, na escala regional, foi a transferência da capital da Capitania de São José do rio Negro de Bacelos para o núcleo Lugar da Barra (Manaus) devido à decadência econômica. Deste modo, a rede urbana caracterizou-se pela permanência da primazia de Belém e pelo padrão de organização espacial ribeirinho, com poucos núcleos urbanos ao longo do litoral.

A descoberta do ouro no Amapá acirrou as disputas territoriais na região contestada pela França. Os próprios franceses decidiram intensificar as suas investidas na região e buscar ali fundar novas povoações como processo de consolidação do domínio territorial, desrespeitando assim o segundo Tratado de Neutralização assinada entre o Brasil e França em 1842.

Entre 1850-1920, há a ascensão da economia da borracha, que revigora a vida econômica amazônica a sua rede urbana (ver Quadro 06), devido: à acentuada e crescente demanda da borracha no mercado internacional; à criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), que introduz a navegação a vapor, escoando mais rápido a produção regional, abrindo caminho para o desenvolvimento do transporte fluvial; o aumento vertiginoso de mão de obra nordestina a partir de 1877; a significativa injeção de capital (essencialmente mercantil) nacional e internacional na produção gomífera. A produção da borracha torna-se, portanto, tão importante que chega a eclipsar a produção de subsistência no mercado interno.

QUADRO 10 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA, DO AMAPÁ E DA GUIANA FRANCESA V				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	AMAPÁ	GUIANA FRANCESA
1850-1920	<p>- <i>Boom</i> do extrativismo da borracha revigora a vida econômica amazônica a sua rede urbana, devido: 1) à acentuada e crescente demanda da borracha no mercado internacional; 2) à criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), que introduz a navegação a vapor, escoando mais rápido a produção regional, abrindo caminho para o desenvolvimento do transporte fluvial; 3) aumento vertiginoso de mão-de-obra nordestina a partir de 1877; 4) significativa injeção de capital (essencialmente mercantil) nacional e internacional na produção gomífera.</p> <p>- A produção da borracha torna-se tão importante que chega a eclipsar a produção de subsistência no mercado interno.</p>	<p>- Fortalecimento e modernização de atividades voltadas à produção e transporte da borracha;</p> <p>- Expansão da rede urbana e crescimento demográfico e econômico dos núcleos urbanos preexistentes;</p> <p>- Desenvolvimento do sistema de aviação;</p> <p>- Surgimento de novos núcleos urbanos atrelados à dinâmica da borracha (Rio Branco, Xapuri, Boca do Acre etc.);</p> <p>- Revigoração dos antigos núcleos (Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins, por exemplo);</p> <p>- Crescimento econômico de Manaus, tornando-se a cidade mais importante da</p>	<p>- Fundação da vila do Espírito Santo do Amapá;</p> <p>- Criação do triunvirato na vila do Espírito Santo do Amapá;</p> <p>- Agravamento e massacre francês na vila do Espírito Santo do Amapá</p> <p>- Morte de 38 brasileiros no massacre na vila do Espírito Santo do Amapá;</p> <p>- Nomeação do tribunal neutro (governo suíço) por arbitragem de Walter Hausser;</p> <p>- Laudo de Berna (1900).</p>	<p>Após algumas décadas de litígios entre Franceses e Portugueses, o Tratado de Utrecht (1713) consagra o rio Vincent Pinzon (chamado também Japoc) como fronteira oficial entre as duas colônias. Embora signatário do Tratado, a França não abandona suas pretensões territoriais: o Brasil tornando-se independente em 1822, ela continua a contestar aquela delimitação, que, entretanto, havia reconhecido, após a breve ocupação da Guiana pelos Portugueses (1809-1817). Os Franceses afirmavam, de fato, que o rio Vicente Pinzon não era o Oiapoque, mas outro rio situado mais ao Sul, o Araguari. Depois que o território foi neutralizado diplomaticamente em</p>

		<p>Amazônia Ocidental, competindo com Belém;</p> <p>- Belém torna-se o ponto de articulação entre a hinterlândia amazônica e o mundo exterior, concorrendo para seu crescimento urbano, concentrando serviços e pessoas, mas, perdendo a sua primazia, devido ao crescimento de Manaus, modificando a rede urbana;</p> <p>- O <i>boom</i> da borracha provoca o declínio da agricultura, afetando o abastecimento da capital paraense.</p>		<p>vista de negociações futuras, só em 1909, dando seguimento a uma arbitragem Suíça (o Tratado de Berna), é que esta região foi definitivamente devolvida ao Brasil. Ela estende-se do Araguari ao atual rio Oiapoque, constituindo-se, em seguida, à margem esquerda do Amazonas.</p>
--	--	--	--	---

Fonte: Adaptado de Santos (2016).

Pelo Quadro 10, o quinto período de desenvolvimento da rede urbana amazônica, é nomeado por Corrêa de “a expansão do extrativismo da borracha e da rede urbana”, este período caracteriza-se pela expansão e riqueza urbana (metade do século XIX ao final da primeira guerra mundial). O período do “boom” econômico da borracha é produto da demanda externa por tal matéria-prima, ou seja, o entendimento da realidade local se dá por questões externas, daí a necessidade de compreensão do que se passa nas outras escalas, e também por elementos internos.

Corrêa (1987) aponta as necessidades, principalmente das duas últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, em escala mundial que marcam a demanda por borracha:

Em realidade, as duas últimas décadas do século passado e o primeiro decênio deste marcaram a fase de expansão do extrativismo da borracha, a qual reflete, sobretudo, a crescente utilização de pneumáticos, primeiramente de bicicletas, e, em seguida, de automóveis [...]. Deste modo a Amazônia insere-se na divisão internacional do trabalho através da produção da borracha para a qual chegou a contribuir com 90% da produção mundial em 1890. A valorização da borracha foi de tal magnitude que chegou a eclipsar qualquer outra produção, inclusive a de produtos de subsistência para o mercado regional (CORRÊA, 1987, p. 48).

Deste pequeno parágrafo, inferimos a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho, a qual demandou mão-de-obra para a coleta do látex. Sobre isso Corrêa (1987, p. 48) revela:

Em face da escassez de mão-de-obra, por outro lado a imigração foi a solução natural [...] após a grande seca nordestina de 1877 à 1880, coincidentemente com o aumento vertiginoso da demanda internacional por borracha e, conseqüentemente de mão-de-obra.

Juntamente com a inserção da Amazônia no cenário internacional, Corrêa (1987) aponta ainda a criação da companhia de navegação e comércio do Barão de Mauá em 1853, a migração nordestina e a disponibilidade de capital estrangeiro e nacional para financiamento desta atividade, como elementos que compunham o cenário regional neste período de expansão da borracha.

Na escala regional, houve o fortalecimento e modernização de atividades voltadas à produção e transporte da borracha, a qual dinamizou a região e gerou a expansão da rede urbana e crescimento demográfico e econômico dos núcleos urbanos preexistentes. As relações de trabalho foram desenvolvimento do sistema de aviação, muito peculiar na composição entre o seringal, o seringueiro e o seringalista.

Os principais produtos da temporalidade da borracha na Amazônia foram: o surgimento de novos núcleos urbanos atrelados à dinâmica da borracha (Rio Branco, Xapuri, Boca do Acre etc.); o revigoramento dos antigos núcleos (Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins, por exemplo); o crescimento econômico de Manaus, tornando-se a cidade mais importante da Amazônia Ocidental, competindo com Belém, que se tornou o ponto de articulação entre a hinterlândia amazônica e o mundo exterior, concorrendo para seu crescimento urbano, concentrando serviços e pessoas, mas, perdendo a sua primazia, devido ao crescimento de Manaus, modificando a rede urbana.

O período compreendido entre 1920-1960 é marcado pela Crise da economia extrativista da borracha por conta da concorrência da produção gomífera na Ásia, contribuindo para a diminuição das exportações e do preço do produto, contribuindo decisivamente para um grave quadro de crise de casas aviadoras e abandono de seringais que diminuem o tráfego fluvial, ocasionando desemprego urbano e nos seringais, além da crise de alimentos obtidos pelo aviamento e aumento da dívida externa.

A crise a economia gomífera gerou a diminuição do afluxo de imigrantes acompanhado de um refluxo para áreas de origem, concorrendo para perda de mercado, além disso houve uma relativa autarquização dos seringais em relação às cidades, pois se permitiu o cultivo nestes locais, diminuindo a sua dependência. A retração econômica foi tão forte que houve impacto na urbanização, como, por exemplo, a diminuição absoluta das pequenas cidades, embora de 1920 a 1960 alguns núcleos urbanos apresentassem crescimento relativamente importante (Marabá e cidades do Médio Amazonas);

Desmembramentos territoriais foram quase inevitáveis, na década de 1940, no Pará e Amazonas (Território do Amapá, Rio Branco e Guaporé), também em função da diferenciação espacial ocorrida no período áureo da borracha (ver Quadro 07), marcado também pela formação de elites locais com relativa expressão política no quadro regional. Em contrapartida, Belém e Manaus foram marcadas por um período de forte estagnação econômica, com o retorno à dependência da última em relação à primeira, entretanto, Belém retorna sua primazia em 1940, quando se promove, na rede urbana, a macrocefalia das capitais de Belém, e, em segundo lugar, Manaus.

QUADRO 11 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA, DO AMAPÁ E DA GUIANA FRANCESA VI				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	AMAPÁ	GUIANA FRANCESA
1920-1960	<ul style="list-style-type: none"> - Crise da economia extrativista da borracha por conta da concorrência da produção gomífera na Ásia, contribuindo para a diminuição das exportações e do preço do produto; - Crise de casas aviadoras e abandono de seringais que diminuem o tráfego fluvial, ocasionando desemprego urbano e nos seringais, além da crise de alimentos obtidos pelo aviamento e aumento da dívida externa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do fluxo de imigrantes acompanhado de um refluxo para áreas de origem, concorrendo para perda de mercado; - Relativa autarquização dos seringais em relação às cidades, pois se permitiu o cultivo nestes locais, diminuindo a sua dependência; - Diminuição absoluta das pequenas cidades, embora de 1920 a 1960 alguns núcleos urbanos apresentassem crescimento relativamente importante (Marabá e cidades do Médio Amazonas); - Desmembramentos, na década de 1940, no Pará e Amazonas (Território do Amapá, Rio Branco e Guaporé); - Estagnação econômica de Belém e Manaus, com o retorno à dependência da última em relação à primeira; - Belém retorna sua urbanização em 1940; ocorre na rede urbana a macrocefalia das capitais de Belém, e, em segundo lugar, Manaus. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção da Base Aérea norte americana no município do Amapá (1941), no contexto da segunda Guerra Mundial Criação do Território Federal do Amapá (1943) Primeiro governo do TFA: Janari Gentil Nunes Instalação da ICOMI em Serra do Navio (1953) Construção da Company Town de Serra do Navio 	<ul style="list-style-type: none"> A Guiana Francesa, antiga colônia da França, foi transformada em Departamento Ultramarino Francês em 1946 (Lei de Departamentalização de 19 de março de 1946)

Fonte: Adaptado de Santos (2016).

Analisando as informações do Quadro 11, a construção da Base Aérea norte-americana no município do Amapá (1941), no contexto da segunda Guerra Mundial, foi uma importante referência deste período, onde se destaca também a criação do Território Federal do Amapá (1943), desmembrando-se do estado do Pará e gerenciado (o Amapá) por governador indicado pela União (Janari Gentil Nunes foi o primeiro governador do TFA).

A instalação da Indústria de Comércio e Mineração (ICOMI) para a exploração do Manganês em Serra do Navio (1953) merece destaque, pois ela insere de vez o Amapá na DIT, como uma área fornecedora de matéria-prima e pelo uso do porto de Santana devido sua localização estratégica. A ICOMI construiu as duas primeiras cidades planejadas (COMPANY-TOWNS) da Amazônia: Serra do Navio na área de exploração mineral e Vila Amazonas, na cidade de Santana, esse modelo foi copiado por outros grandes projetos no interior da região durante o governo militar.

A Guiana Francesa, antiga colônia da França, foi transformada em departamento ultramarino francês em 1946 (Lei de Departamentalização de 19 de março de 1946) e é inserida dentro de uma perspectiva política distinta com atrelamento político associado ao capitalismo no contexto da Guerra Fria.

A partir de 1960, com o avanço da industrialização e a modernização agrícola concentrada (Centro Sul e outros pontos do país), o governo federal promove políticas de desenvolvimento regional, objetivando a integração nacional. Neste sentido, é importante compreender o desenvolvimento da fronteira do capital na Amazônia, incorporando-se ao processo geral de expansão capitalista no país, portanto, à Divisão Nacional do Trabalho (DNT).

O Estado continua seu papel de agente viabilizador da infraestrutura (rodovias, hidroelétricas, portos e aeroportos) e de políticas para avanço do capital (incentivando a formação de um mercado de força de trabalho pela migração, incentivos fiscais, projetos de mineração em larga escala). Na verdade, o modelo de desenvolvimento privilegiou o controle capitalista dos recursos naturais (floresta, terra, minérios), principalmente por meio de incentivo aos projetos agrominerais (ver Quadro 08) aumentando a concentração de terras e a latifundiáriação; à política de migração pautada nos discursos ideológicos da Amazônia como vazio demográfico (“Amazônia, terra sem homens para homens sem-

terra”); e ao exercício de defesa nacional de proteção das fronteiras (cujo lema seria “Amazônia, integrar para não entregar”).

QUADRO 12 - PERIODIZAÇÃO DA REDE URBANA DA AMAZÔNIA, DO AMAPÁ E DA GUIANA FRANCESA VII				
PERIODIZAÇÃO	CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE URBANA	AMAZÔNIA	AMAPÁ	GUIANA FRANCESA
A partir de 1960	<p>-Industrialização e modernização agrícola concentrada (Centro Sul e outros pontos do país);</p> <p>-Integração Nacional;</p> <p>Desenvolvimento da fronteira do capital na Amazônia, incorporando-se ao processo geral de expansão capitalista no país;</p> <p>-Estado enquanto agente viabilizador da infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, portos e</p>	<p>- Transformações na Rede Urbana, marcada pelas seguintes características:</p> <p>1) Acentuação da urbanização regional e concentração urbana nas cidades capitais, especialmente, Belém e Manaus – a concentração de instituições, empresas e serviços nas cidades capitais (essa concentração urbana reflete a migração de áreas de ocupação antiga, como a zona Bragantina, médio Amazonas e ilha do Marajó que ocorre por conta da estagnação ou</p>	<p>A cidade de Macapá passou por um processo de estagnação econômica pela dependência do Governo Federal.</p> <p>Na década de 1970 o Território Federal do Amapá ficou subordinado ao Ministério da Marinha;</p> <p>Na década de 1980, com a nova constituição, o Amapá passou a condição de estado da federação;</p> <p>Na década de 1990, o Amapá elegeu o seu primeiro governador (Aníbal Barcelos) eleito pelo povo e constituiu a sua assembleia legislativa e promulgou a sua primeira constituição do estado;</p> <p>A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) Controlada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS surgiu em 30 de dezembro de 1991 e estará em vigor até 2016. Esta área de livre comércio que se estende sobre 220 km², foi criada pela União com o objetivo de estimular o crescimento no Amapá e favorecer os intercâmbios comerciais com os países vizinhos;</p> <p>Além de oferecer uma instalação geográfica</p>	<p>Uma primeira Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França ocorreu em 1983, conduzida do lado francês pelo Prefeito da Guiana Francesa. As discussões eram essencialmente focalizadas na questão migratória;</p> <p>As premissas de uma cooperação entre a Região Guiana e o Estado do Amapá, esboçaram-se sob a presidência de George Othily (1982-1992), quando uma delegação guianesa (17 pessoas, das quais 10 políticos eleitos) foi ao Pará e ao Amapá com o objetivo de desenvolver relações privilegiadas com o Norte e o Nordeste do Brasil (decisão do Conselho Regional, sessão plenária de 22 de julho de 1986). Dando seguimento a essa missão alguns projetos foram iniciados na área da saúde e da cultura;</p> <p>A cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá começou realmente em 1996, sob o impulso</p>

	<p>aeroportos) e de políticas para avanço do capital (incentivando a formação de um mercado de força de trabalho pela migração, incentivos fiscais, projetos de mineração em larga escala); -Controle capitalista dos recursos naturais (floresta, terra, minérios)</p>	<p>mudanças agropecuárias e extrativistas), assim como, a política de industrialização em Manaus (instalação da Zona Franca), contribuíram para serem áreas de receptáculo populacional; 2) Elevação de Manaus a centro metropolitano da Amazônia Ocidental;</p>	<p>privilegiada (uma fachada atlântica que se abre para os Estados Unidos, Europa e América Central), a ALCMS propõe vantagens fiscais não negligenciáveis: o Imposto sobre a Importação - II e o Imposto sobre os Produtos Industriais - IPI são suprimidos para as mercadorias estrangeiras destinadas: - Ao consumo e à venda na ALCMS; - À transformação do peixe, criação de animais, aos recursos minerais, matérias-primas de origem agrícola ou florestal; - À criação de animais e à piscicultura; - À instalação de infraestruturas ligadas à área do turismo e de serviços de qualquer natureza; - À exportação e reexportação (suspensão do CONFINS e do PIS); À Zona Franca Verde do Amapá Desejosos de desenvolver uma atividade econômica que aproveita a riquíssima biodiversidade do Estado ao mesmo tempo preservando-o</p>	<p>do Governador João Capiberibe (governador do Amapá entre 1995 e 2002) que foi à Europa (França, Alemanha e Portugal) com a determinação de promover o Amapá a nível internacional; Em 28 de maio de 1996, os Presidentes Jacques Chirac (França) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil) assinaram em Paris um acordo-quadro de cooperação binacional, cujo artigo 6 trata expressamente da cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá. É o início de uma política efetiva de cooperação transfronteiriça; O Acordo-quadro de cooperação de 28 de maio de 1996 define o quadro legal da comissão mista.</p>
--	---	--	---	---

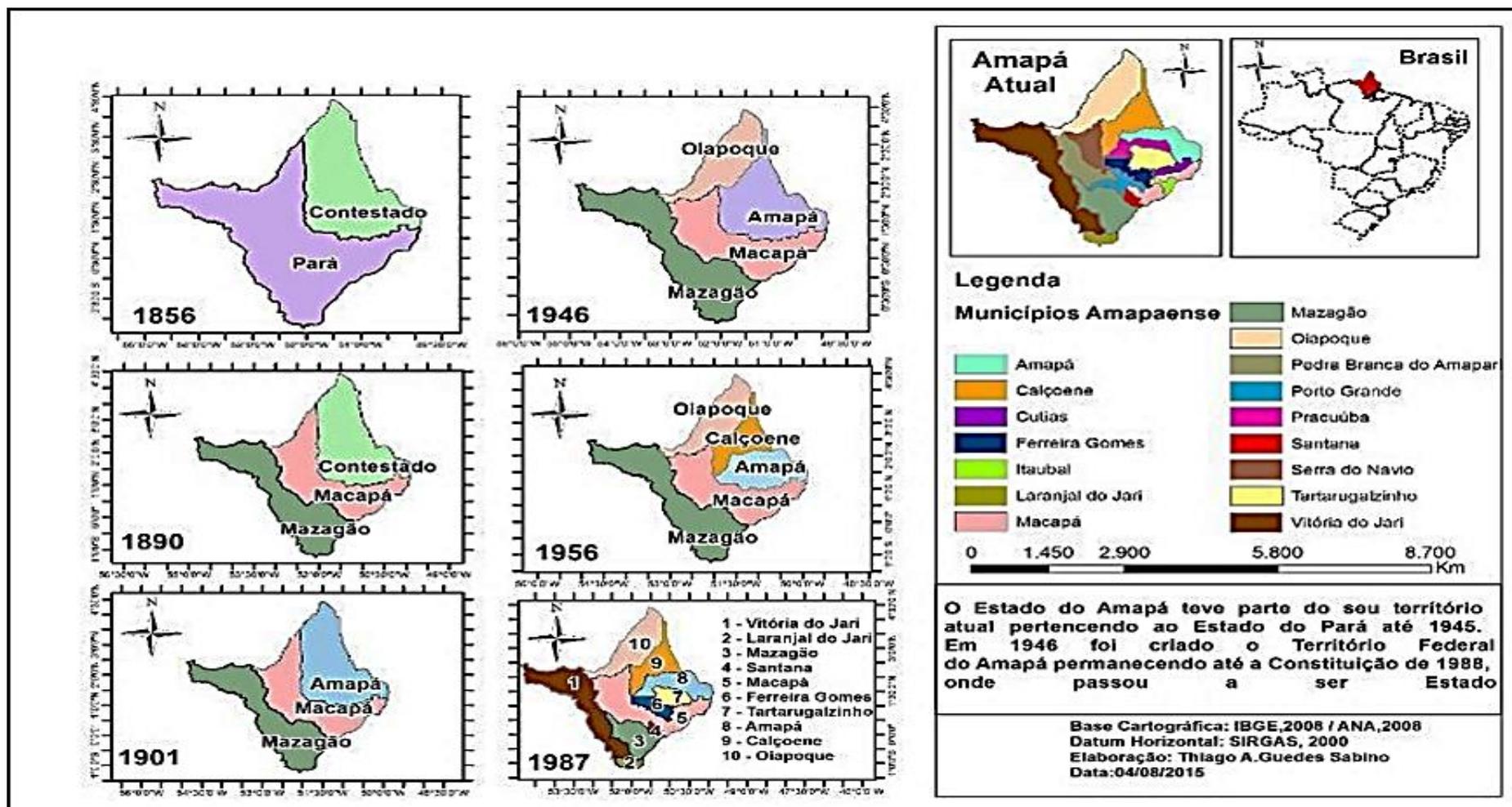
Fonte: Adaptado de Santos (2016).

É possível perceber pelo Quadro 12 que as políticas de desenvolvimento da Amazônia, após a década de 1960, promoveram transformações na Rede Urbana, marcada pelas seguintes características: 1) Acentuação da urbanização regional e concentração urbana nas cidades capitais, especialmente, Belém e Manaus – a concentração de instituições, empresas e serviços nas cidades capitais (essa concentração urbana reflete a migração de áreas de ocupação antiga, como a zona Bragantina, médio Amazonas e ilha do Marajó que ocorre por conta da estagnação ou mudanças agropecuárias e extrativistas), assim como, a política de industrialização em Manaus (instalação da Zona Franca), contribuíram para serem áreas de receptáculo populacional; 2) Elevação de Manaus a centro metropolitano da Amazônia Ocidental; 3) revigoração de antigos núcleos estagnados por conta da abertura de rodovias e valorização econômica – embora não ocorra em todos –, o que implica mudanças sociais (agentes novos) e espaciais, devido à introdução das estradas; 4) criação de novos núcleos de povoamento, principalmente a partir de atividades modernas como mineração que induziu o aparecimento da Company Town (enclave urbano de boa infraestrutura e com autonomia interna), a qual funda uma nova tipologia de cidade, aparecendo, também, núcleos mais ou menos estáveis – “currutelas” – (áreas miseráveis no entorno dos projetos e garimpos);

A rede urbana foi alterada pelo capital industrial e financeiro, complexificando as funções das cidades da rede, definindo uma nova divisão territorial do trabalho, resultando na quebra da primazia de Belém e do padrão dendrítico de rede e maior complexidade dos fluxos, tanto nas intensidades quanto nos tipos.

Neste mesmo recorte temporal, a cidade de Macapá passou por um processo de estagnação econômica pela dependência do Governo Federal, na década de 1970, por exemplo, o Território Federal do Amapá ficou subordinado ao Ministério da Marinha. Na década de 1980, com a nova constituição, o Amapá passou a condição de estado da federação (1988), período que culminou na formação de novos municípios do estado, conforme o Mapa 01).

Figura 05: Evolução histórica do estado do Amapá com a criação do Território Federal e a emancipação dos municípios.



Fonte: Amorim (2016).

Na década de 1990, o Amapá elegeu o seu primeiro governador (Aníbal Barcelos), após a extinção do TFA, constituiu a sua assembleia legislativa e promulgou a sua primeira constituição do Estado. Neste mesmo período foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Controlada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a ALCMS surgiu em 30 de dezembro de 1991 e, inicialmente, vigoraria até 2016, prazo que foi prorrogado pelo Senado Federal do Brasil por mais 50 anos, portanto até 2066. Esta área de livre comércio que se estende sobre 220 km², foi criada pela União com o objetivo de estimular o crescimento no Amapá e favorecer os intercâmbios comerciais com os países vizinhos;

Além de oferecer uma instalação geográfica privilegiada (uma fachada atlântica que se abre para os Estados Unidos, Europa e América Central), a ALCMS propõe vantagens fiscais não negligenciáveis: o Imposto sobre a Importação (II) e o Imposto sobre os Produtos Industriais (IPI) são suprimidos para as mercadorias estrangeiras destinadas: ao consumo e à venda na ALCMS; à transformação do peixe, criação de animais, aos recursos minerais, matérias-primas de origem agrícola ou florestal; à criação de animais e à piscicultura; à instalação de infraestruturas ligadas à área do turismo e de serviços de qualquer natureza; à exportação e reexportação (suspensão do COFINS e do PIS).

Desejosos de desenvolver uma atividade econômica que aproveita a riquíssima biodiversidade do Estado ao mesmo tempo preservando-o, o Governo do Amapá criou em 2009 uma Zona Franca Verde. Implantada nos municípios de Macapá e Santana, esse projeto visa destacar as matérias-primas da região, a pesca, a agricultura, a pecuária e a exploração mineral desenvolvendo um polo industrial fundado na biodiversidade. Nele as empresas beneficiam de isenções de impostos, sobretudo, sobre os produtos destinados ao consumo no território brasileiro e cujo produto final venha da transformação animal, vegetal ou mineral (Art. 26 da lei 11.898/2009).

A Zona de Processamento de Exportações (ZPE), situada entre os municípios de Macapá e Santana, visa consolidar a competitividade das empresas exportadoras e assim aumentar as exportações do Amapá. Elas permitem que as empresas exportem 80% de sua produção, com benefícios a partir de três situações específicas:

Vantagens fiscais: as empresas nacionais desejando adquirir ativos imobilizados beneficiam de exonerações do IPI e exoneração do ICMS. As empresas estrangeiras

beneficiam de isenções de imposto sobre as importações (II), o PIS, o COFINS, sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRNM) e sobre o ICMS. Exonerações são igualmente concedidas às empresas brasileiras e estrangeiras para a aquisição de matérias-primas (IPI, PIS, COFINS, ICMS), e para a exportação (IPI, PIS, COFINS, ICMS); Vantagens cambiais: empresas instaladas podem estocar 100% de seus depósitos provenientes de suas exportações em divisas estrangeiras.

A ponte sobre o rio Oiapoque emerge em um contexto de intensificação das relações entre os executivos locais e, numa escala maior, entre os chefes de Estado de Brasil e França. O acordo Franco-brasileiro relativo à construção dessa ponte é firmado em 15 de julho de 2005 durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Paris. Aquele é ratificado em 2006 no Brasil e em 2007 na França. O Plano de Ação Franco-Brasileiro assinado em 2008 durante o encontro de Luiz Inácio Lula da Silva e de Nicolas Sarkozy, em Saint-Georges de l' Oyapock, reafirma a determinação dos dois chefes de Estado de desenvolver parcerias estratégicas, e dar início à construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

O processo de implementação da ponte Binacional inscreve-se em um vasto projeto, ao nível do Platô das Guianas que ligará a Venezuela a Macapá. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), da qual a Venezuela, República Cooperativa da Guiana, o Suriname e o Brasil são signatários, visa a implantar uma rede de infraestruturas de comunicação com objetivo internacional ligando esses países;

A cooperação com a Guiana Francesa é conduzida pelo Presidente da República e seu Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. Um ator central no corpo do Ministério é a Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, que está encarregada de “negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais”. Ela trabalha em parceria com as delegações ministeriais e em estreita colaboração com a Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP – órgão estadual).

A crescente expectativa de cooperação foi ratificada na construção de uma primeira Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França ocorreu em 1983,

conduzida do lado francês pelo Prefeito da Guiana Francesa. As discussões eram essencialmente focalizadas na questão migratória.

As premissas de uma cooperação entre a Região Guiana e o Estado do Amapá, esboçaram-se sob a presidência de George Othily (1982-1992), quando uma delegação guianesa (17 pessoas, das quais 10 políticos eleitos) foi ao Pará e ao Amapá com o objetivo de desenvolver relações privilegiadas com o Norte e o Nordeste do Brasil (decisão do Conselho Regional, sessão plenária de 22 de julho de 1986). Dando seguimento a essa missão alguns projetos foram iniciados na área da saúde e da cultura.

A cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá começou realmente em 1996, sob o impulso do Governador João Capiberibe (governador do Amapá entre 1995 e 2002) que foi à Europa (França, Alemanha e Portugal) com a determinação de promover o Amapá a nível internacional.

Em 28 de maio de 1996, os Presidentes Jacques Chirac (França) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil) assinaram em Paris um acordo-quadro de cooperação binacional, cujo artigo 6 trata expressamente da cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá. É o início de uma política efetiva de cooperação transfronteiriça.

O Acordo-quadro de cooperação de 28 de maio de 1996 define o quadro legal da comissão mista. Nele as autoridades locais e nacionais são representadas no seio dessas reuniões: do lado guianês, o Prefeito e Presidente da Região e do lado brasileiro, o diretor do Departamento Europa do Ministério das Relações Exteriores e o Governador do Amapá. Responsáveis pelo desenvolvimento regional ou de Regiões Ultra Periféricas para a Comissão Europeia, Serviços do Estado, Agências governamentais, centros de pesquisa e socioprofissionais podem igualmente ser convidados.

Durante a reunião bilateral de fevereiro de 2008 em São Jorge do Oiapoque, os dois Presidentes reafirmaram o papel das comissões mistas transfronteiriças na consolidação e harmonização das relações entre o Estado do Amapá e da Guiana Francesa no domínio social, consular, econômico, comercial e ambiental.

A Zona Franca Industrial de Exportação (ZFIE) é um projeto defendido pela Câmara de Comercio e Indústria da Guiana Francesa (CCIG) desde 1996. Trata-se de uma ferramenta de estratégia de industrialização que oferecerá vantagens aduaneiras e fiscais,

capazes de atrair investimentos diretos estrangeiros objetivando a produção para a exportação, e reforçar a competitividade das empresas. Os objetivos visados são: tornar o Porto de Dégrad-des-Cannes um porto secundário de conexão entre a Europa e a América Latina; criar infraestruturas para implementar um «hub» regional logístico, *marketing* e distribuição, e de transformação das mercadorias; criar uma unidade de transformação na Guiana Francesa para destacar os produtos importados localmente; e reduzir os custos de logística (estoque de produtos em um único lugar que servira a vários mercados).

A ZFIE (área limitada no porto com 30 há reservados ao porto de Dégrad-des-Cannes) será composta de armazéns, usinas, parques containers, e possibilitará a concentração dos fluxos e a redução do custo de frete de cerca de 40% em 3 anos, através da duplicação da atividade portuária de importação e exportação no período. Esta será em sua grande maioria proveniente da valorização dos produtos brasileiros para sua europeização (452 mil toneladas) em 2020 – Etudes Groupement ZFIE Expert – em novembro de 2007.

As antigas relações entre as duas margens do rio Oiapoque embora, como foi visto, a Guiana Francesa e o norte do Brasil se tenham ignorado durante vários séculos, não se deve esquecer que as relações sociais e comerciais existem há muito tempo entre ambas margens do rio Oiapoque, o qual – para algumas populações ameríndias especialmente – não é visto como uma fronteira. Inversamente, as ligações Macapá-Oiapoque e Caiena São Jorge do Oiapoque são recentes, e durante muito tempo foi mais fácil para as populações dos dois lados se aproximarem que se comunicarem com suas administrações, em Macapá ou Caiena. Por outro lado, atualmente um visto é necessário para os brasileiros desejando entrar no território guianês. Os guianeses necessitam unicamente de seu passaporte válido.

Os atores implicados na cooperação com o Amapá são: o Presidente da República, o Ministério das Relações Exteriores e Europeias, o Ministério do Ultramar e a Prefeitura da Região. No seio do Ministério do Ultramar é nomeado um Embaixador, delegado para a cooperação regional na zona Antilhas/Guiana Francesa, cuja missão é coordenar as diferentes ações de cooperação regional. Ele também está encarregado de representar a França junto da Associação dos Estados do Caribe (AEC) e da Comunidade do Caribe (CARICOM).

A Prefeitura da Guiana dispõe de um serviço encarregado, entre outras tarefas, das atividades de cooperação regional: a Secretaria Geral das Relações Regionais (SGAR). Esta conduz as ações de cooperação regional em parceria com os serviços do Estado e as coletividades territoriais. É a autoridade da gestão do Fundo de Cooperação Regional (FCR).

As principais contribuições dessa discussão da periodização da rede urbana da Amazônia estão centradas em sua formação socioespacial, na centralidade urbano-regional de Belém, na mudança da capital do Amazonas de Barcelos para Manaus (período da borracha), na histórica relação dos portugueses com a produção do espaço regional desde sua fundação, na formação de vários “nós” da rede urbana regional, na organização espacial do Amapá e da Guiana Francesa. Compreender essa lógica de maneira articulada é fundamental para perceber a construção da condição fronteiriça.

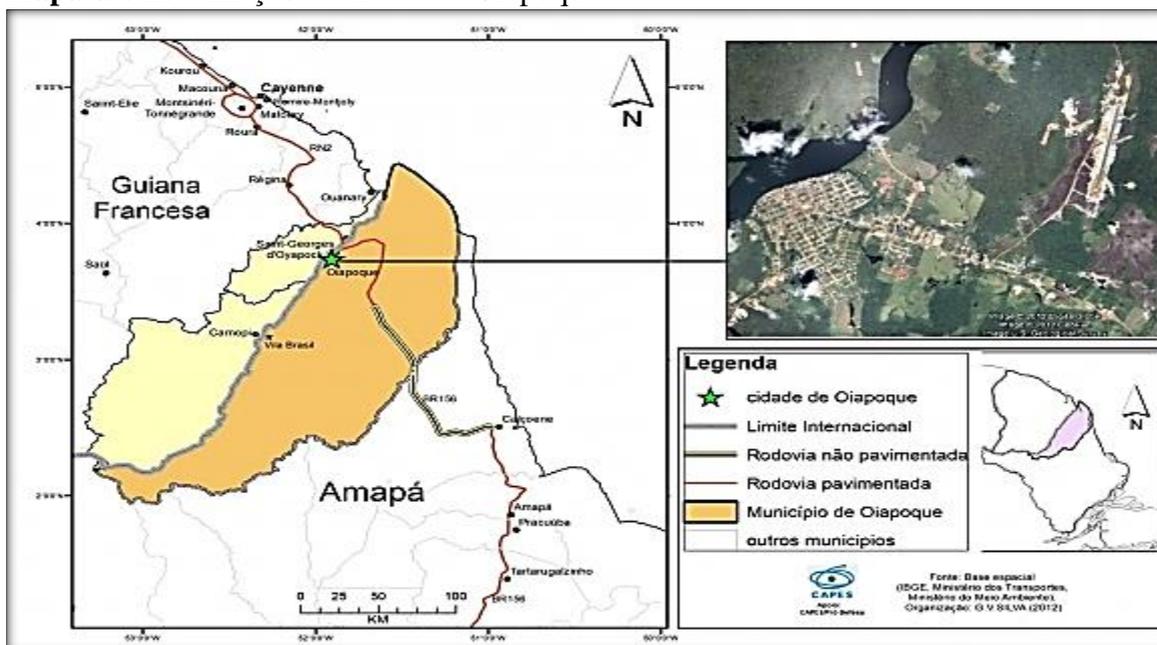
2.3. As cidades-limítrofes inseridas na área de estudo

Nesse item será feita uma análise sobre as duas principais cidades da fronteira franco-brasileira (Oiapoque/BR e Saint-Georges de L’Oyapock/FR) e o distrito militar de Clevelândia do Norte, com objetivo de abordar as suas principais atividades fronteiriças, suas problemáticas e também sobre o uso do território fronteiriço nas duas cidades e no Distrito Militar.

2.3.1. A cidade de Oiapoque (Brasil)

A cidade de Oiapoque está localizada no município de Oiapoque (ver Mapa) no extremo norte do Amapá na fronteira com a Guiana Francesa. O Oiapoque é um dos dezesseis municípios do estado Amapá e foi criado em 23 de maio de 1945, sendo composto, além de sua sede, também pelo Distrito Militar de Clevelândia do Norte, pela Vila Velha do Cassiporé e Taperebá, pela Vila Vitória além das terras indígenas Juminá, Galibi e Uaçá, e pelas áreas de proteção ambiental do Parque das Montanhas do Tumucumaque e do cabo Orange.

Mapa 09: Localização da cidade de Oiapoque



Fonte: Silva, 2012.

O Mapa 09 mostra a localização da cidade de Oiapoque no estado do Amapá e o seu limite de fronteira internacional (Rio Oiapoque) com a Guiana Francesa. Pela imagem inserida no próprio mapa é possível perceber na sua parte mais estreita a Ponte Binacional que liga os dois lados dessa fronteira, que foi aberta parcialmente em cerimônia diplomática no dia 18 de março de 2017.

Foto 01: Marco de limite de Fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa (“Aqui Começa o Brasil”).



Fonte: Trabalho de Campo (março de 2016).

Pela foto acima, pode-se perceber a o monumento do marco de fronteira na cidade Oiapoque com o saudosismo patriótico com uma passagem do Hino Nacional Brasileiro “Dos filhos deste solo és mãe gentil pátria amada Brasil” e a expressão “Aqui começa o Brasil” não parecem revelar a situação de descaso do Poder Público junto à cidade de Oiapoque e salvaguardar a fronteira brasileira.

Historicamente, enquanto um espaço de fronteira, o Oiapoque é traduzido pelo governo federal como uma área politicamente estratégica de defesa militar desde o início de sua ocupação por brasileiros, quando ali fora fundada a Colônia Penal Agrícola de Clevelândia do Norte (1922-1926).

A cidade de Oiapoque fica há um pouco mais de seiscentos quilômetros da cidade de Macapá e a sua única via de acesso terrestre é a BR-156 que ainda tem um trecho de aproximadamente 120 quilômetros sem asfaltamento, o que dificulta o acesso principalmente no período das chuvas na região entre os meses de fevereiro e junho em que a estrada nesse trecho fica praticamente intrafegável (como na foto abaixo).

Foto 02: trecho de atoleiro na BR-156 entre Calçoene e Oiapoque (Brasil).



Fonte: Trabalho de Campo (fevereiro de 2017).

Na imagem acima, a equipe de trabalho de campo teve que parar para rebocar um automóvel no trecho Calçoene-Oiapoque devido ao atoleiro provocado pelas chuvas e falta de asfaltamento. Uma situação comum nesse período é a dos automóveis e de caminhões parados no meio da estrada para impedir a viagem dos demais como estratégia para serem rebocados (ver Foto 03).

Foto 03: Caminhão atolado na BR-156 impedindo a passagem dos demais veículos.



Fonte: Trabalho de Campo (março de 2017)

Pela Foto 03, pode-se perceber que há um caminhão está atolado no meio da rodovia impedindo a passagem dos demais automóveis, que só puderam passar quando prestaram socorro rebocando-o para desobstruir a passagem.

Em razão de toda essa problemática associada aos atoleiros, o custo de vida em Oiapoque fica muito mais caro em razão do aumento do frete das mercadorias que abastecem a cidade. Dependente do abastecimento de Macapá a população sofre não só com o aumento dos preços das mercadorias, mas também com a falta de produtos alimentícios, medicamentos e de bens utilitários de uma forma geral, como materiais de higiene pessoal e doméstico.

Foto 04: Trecho Calçoene-Oiapoque na época das chuvas (mês de março).



Fonte: Trabalho de campo (março de 2017).

A cidade de Oiapoque tem uma população de 20.509 mil pessoas (IBGE, 2010), e estimada em aproximadamente 30 mil pessoas até 2018. Constituída por uma população extremamente miscigenada pela presença marcante de indígenas e imigrantes de todas as partes do Brasil e de fora do país. Como cidade fronteiriça, o Oiapoque tem uma particularidade, assim como as demais cidades das fronteiras do Brasil em ser uma cidade em que as pessoas estão sempre em transição ou de passagem.

Para a professora Mariana Janaina dos Santos Alves, da Universidade Federal do Amapá (Campus Binacional), a

cidade de Oiapoque é uma cidade acolhedora e de passagem para muitos, no entanto eu estou aqui por que escolhi morar aqui. Vejo a cidade como um bom lugar para se viver. É claro que a distância até Macapá nos dá uma sensação de isolamento, mas isso não me incomoda. A não ser pela dificuldade de transporte principalmente no trecho sem asfaltamento entre Calçoene e Oiapoque na época das chuvas (Entrevista 01 24/03/2017, Trabalho de Campo, 2017).

A ideia de identidade ou de pertencimento à cidade de Oiapoque tem as suas variações. Por um lado, os genuínos cidadãos oiapoquenses que realmente nasceram na cidade e de outro, aqueles que migraram para lá ou fizeram concurso público e residem na cidade há pouco menos de dez anos. Alguns se sentem oiapoquenses e outros estão

realmente de passagem, que não querem ficar na cidade e buscam oportunidades para ir embora.

Por outro lado, a população de Oiapoque também é formada por indígenas que de certa forma mantem as suas identidades étnicas e históricas preservadas mesmo sendo inseridos e interagindo com a sociedade local. Os indígenas de Oiapoque pertencem a quatro grupos étnicos distintos: os Karipuna, os Galiby Kalimã, os Palikur e os Galiby Marworno distribuídos em 36 aldeias que circulam e se socializam com população local (SILVA, 2005).

Dentre os exemplos mais comuns de sociabilidade indígena na cidade Oiapoque estão os casamentos mistos (Branco e Índio) com pessoas da cidade e a assimilação do cristianismo ao seu universo espiritual e a participação política. Como no caso da eleição do índio João Neves que exerceu cargo de vereador e prefeito no município de Oiapoque com o seu último mandato entre os anos de 1996 e 2000 (SILVA, 2005).

A migração é um fator constante nas cidades de fronteira, no caso especial de Oiapoque, a sua aproximação com a Guiana Francesa é de intenso fluxo diário de pessoas que chegam e saem da cidade com objetivos diversos. Uns vão à procura de terras para garimpo tanto de um lado quanto do outro. Outros vão em busca de emprego e novas oportunidades.

Boa parte dos oiapoqueenses é composta de funcionários públicos concursados, que atuam nas repartições públicas do estado do Amapá e das instituições federais. Vans, ônibus e carros particulares que fazem transportes alternativos (piratas) trazem e levam gente de todas as partes do Brasil, a maioria do Nordeste brasileiro, outros vêm do interior dos estados do Pará, do Piauí, do Ceará e do Maranhão (IBGE, 2010).

O movimento de pessoas que vêm de Caiena e de Saint-Georges é também muito intenso. Muita gente com objetivo de comprar alimento e produtos que na Guiana Francesa (GF) é muito mais caro, em virtude das relações de mercado que a GF tem com a França, e essa com a União Europeia. No caso contrário, quando os brasileiros buscam a GF, a maioria vai em busca de emprego e novas oportunidades para o sustento de suas famílias, que geralmente ficam no Brasil.

O maior problema enfrentado por brasileiros na GF é a clandestinidade, que, pelo fato das políticas de acesso serem bastante rigorosas, a maioria dos brasileiros não consegue o visto para ficarem como trabalhadores ou mesmo como turistas, estudantes e pesquisadores. A maior parcela dessa gente atravessa o rio Oiapoque por catraias e chegam à GF como clandestinos e muitas vezes são presos e devolvidos ao Brasil.

Em entrevista com Daniel Frayssines, engenheiro espacial francês, autor da obra *Coup de foudre sur l'Amazonie: de Laguépie à Iataituba*, ficou clara a posição dos franceses em relação à entrada de brasileiros na Guiana Francesa. À pergunta: Por que a Guiana Francesa não deixa os brasileiros entrarem no território francês, como o Brasil deixa os franceses entrarem lá? Desconfiança ou preconceito? Sua resposta foi:

Não temos preconceito e nem desconfiança dos brasileiros, o problema maior é que quando os brasileiros entram na França a maioria não vem em missão de paz. Muitos procuram fazer garimpo ilegal, outros promovem o desmatamento e sem contar o aumento do número de prostituição e nos índices de furtos, roubos e homicídios, principalmente em Cayenne. O que resume toda essa política de restrição é a palavra medo. Temos medo dos brasileiros, eles não respeitam as nossas leis. Quando um francês entra no Brasil, ele não vai para promover garimpo ilegal ou desmatar as florestas brasileiras ou muito menos cometer furtos ou homicídios. Vamos para comprar e fazer turismo no Brasil. Apreciar suas belezas e na maioria das vezes aproveitar as oportunidades que oferece o comércio local (Entrevista 02, Trabalho de Campo em 08/03/2017).

Para Arouck (2002), o processo de migração de brasileiros para a Guiana Francesa ocorre em todos os momentos; não apenas em épocas de crise. Os brasileiros vão, na maioria das vezes, em busca de trabalho e emprego. Em muitos casos, esse trânsito se dá de forma clandestina, com tais pessoas buscando os garimpos ilegais, devido à falta de oportunidade na entrada legal, uma vez que as políticas fronteiriças não permitem a sua entrada.

Para Silva (2005), em relação à infraestrutura, a cidade de Oiapoque conta com toda a rede do setor público, como educação, saúde, segurança e comunicação por parte do governo estadual e, pelo lado federal, a cidade e o município contam com a Polícia Federal, o Ibama, a Funai, entre outras entidades. No entanto, é notório que boa parte das instituições não funciona de forma adequada por falta de condições nos seus quadros efetivos, como caso da polícia e do bombeiro militar, que não possuem um efetivo capaz de atender de forma integral às necessidades do município e muito menos de sua sede.

No Oiapoque só há um hospital público para atender toda a população, sendo que muitas vezes a situação parece ser de calamidade quando o hospital conta com apenas um médico de plantão e ainda falta material para o pronto atendimento. O número de escolas públicas também não consegue atender toda a demanda da população. Em relação à segurança, por exemplo, a cidade só tem uma delegacia com um efetivo policial muito reduzido, comprometendo o setor de segurança pública.

Para Silva (2005), outra análise importante feita sobre a cidade de Oiapoque é a questão cultural associada à prestação dos serviços públicos. Pelo fato de a cidade ser fronteira, a cultura local entende como se as responsabilidades dos serviços em geral fossem dos governos federal e estadual e, nesse contexto, a prefeitura só tem responsabilidade para com os serviços de limpeza urbana, coleta de lixo, gestão de questões de terras urbanas e outros serviços. E as questões de ordem social são vistas como problemas exógenos ao município.

Apesar dos contrastes nos serviços públicos, a cidade de Oiapoque ainda é vista por muitos com um “El dorado”, pelas oportunidades de negócios que a cidade oferece por estar na fronteira com a Guiana Francesa. São muitos os negócios (lícitos e ilícitos) que a fronteira oportuniza: comércio de ouro e joias, bebidas, produtos importados, eletrodomésticos, câmbio, travessia por catraieiros para Saint-Georges (Guiana Francesa). Isso torna a cidade, de certa forma, um atrativo para as práticas ilícitas.

Outro fator relevante na cidade de Oiapoque é a organização social de algumas categorias representativas da sociedade civil organizada, tais como a associação de mototaxistas e catraieiros, além de sindicatos que de fato tem representado uma força muito grande nas decisões políticas locais tomadas pelo Governo Estadual e Prefeitura de Oiapoque, que levam muito em conta a posição firme dessas categorias que enfrentam o poder público quando se sentem prejudicados²².

Em entrevista de Trabalho de Campo com Francisco Gomes dos Santos, no dia da inauguração da Ponte Binacional, catraieiro há 20 anos na região do Oiapoque com a Guiana Francesa, tem o seguinte:

²² Caso esse exemplificado pela última reunião entre o governador do Amapá (Waldez Góes) e os catraieiros no último mês de abril de 2017. Dessa forma, o governo do estado do Amapá atuou junto à categoria para dar encaminhamento para a situação dessas pessoas, face à abertura da Ponte Binacional, que se viram nessa ocasião sem ter mais o que fazer em virtude dessa situação.

O governo tem que nos apresentar uma proposta de como nós vamos viver a partir de agora. Não sabemos o que fazer com essa situação. Não sei fazer outra coisa a não ser o que faço há vinte anos. Temos famílias e não sabemos o que fazer para sustentar nossos filhos e esposas (Entrevista 03, Trabalho de Campo em 18/03/2017).

Para a Associação dos Catraieiros do Oiapoque, a situação é de emergência. Uma vez que os mesmos se veem em situação de risco de perderem a principal atividade econômica com a qual sustentam as suas famílias. O governo do Amapá apresentou alternativas em cursos de formação para inserir essas pessoas em programas de requalificação para o mercado de trabalho. O problema é que essa medida poderá ter resultados em longo prazo; enquanto isso as famílias ficarão desamparadas em relação às suas fontes de renda, que eram totalmente providas da travessia na fronteira de Oiapoque e a Guiana Francesa.

Em relação ao fornecimento e à produção de energia no Oiapoque, a CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá) implantou desde 2015 um parque termoeletrico na cidade de Oiapoque com capacidade de 12 megawatts de potência e 52.700 (MWh) de energia elétrica, nos sistemas isolados. Essa quantidade seria suficiente para abastecer o município, além das localidades de Clevelândia do Norte e a aldeia do Manga.

Foto 05: Oiapoque Energia S/A.



Fonte: Trabalho de Campo (março de 2016).

Pela Foto 05, pode-se perceber a usina termoeletrica de Oiapoque com dois tanques reservatórios de óleo diesel que dependem do abastecimento rodoviário e esse, por sua vez,

depende de boas condições de rodagem pela BR-156. Quando essa rodovia não apresenta boas condições, esse abastecimento fica comprometido e a cidade vive momentos de “apagão”.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos oiapoquenses é justamente no período das chuvas quando os caminhões que levam o óleo diesel para a cidade de Oiapoque não conseguem atravessar a estrada (Rodovia BR-156) no trecho Calçoene-Oiapoque (ver Figura 12), que fica intrafegável. Nesse caso, o combustível da termelétrica de Oiapoque não consegue chegar à cidade, colocando em risco o abastecimento de energia elétrica um município inteiro.

Figura 06: Transporte de óleo diesel para a cidade Oiapoque no período das chuvas.



Fonte: www.selesnafes.com (acesso 19/04/2017).

Pela Figura 12, pode-se perceber a dificuldade dos caminhões que abastecem a cidade de Oiapoque por transporte rodoviário. No trecho de atoleiro, os caminhões chegam a esperar mais de trinta horas na estrada para poder chegar ao seu destino final.

2.3.2. O Distrito Militar de Clevelândia do Norte (Brasil)

Localizada no estado do Amapá, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Clevelândia do Norte tem a sua história marcada por episódios distintos na história do Brasil. Inicialmente, ela foi um lugar que representou a violência e os maus tratos para os atores, ativistas de movimentos sociais, no início da República Brasileira, significando a

síntese dos interesses oligárquicos no país, recebendo os degredados – atores sociais – que incomodavam o governo republicano: anarquistas, tenentes rebeldes e gatunos²³ na República Velha. Atualmente, Clevelândia do Norte tem função de base militar de patrulhamento da fronteira franco-brasileira.

Figura 07: Foto aérea de Clevelândia do Norte.



Fonte: Adaptada de gf.geoview.info (acesso em 12.12.2016).

Pela imagem aérea de Clevelândia do Norte (Figura 13), pode-se entender o porquê das alcunhas de Inferno Verde ou Sibéria brasileira, justamente por sua localização e isolamento geográfico, em que inicialmente, como Colônia Penal Agrícola, Clevelândia do Norte fora fundada na parte setentrional da intrincada floresta Amazônica, o que não permitia as fugas com êxito, uma vez que a floresta, por ser extremamente densa, se tornara um obstáculo natural e seria difícil a sobrevivência dos fugitivos.

Os epítetos de Inferno Verde ou Sibéria brasileira, como ficou conhecida a Colônia Penal de Clevelândia do Norte, representam um verdadeiro pesadelo para os ativistas das causas sociais do país. Sua instalação contribuiu, de forma efetiva, para a manutenção da ordem, enquanto os condenados seguiam uma longa e penosa viagem de barco até a localidade, para então entrarem num ritmo de trabalho pesado, marcado pelos

²³ Que ou aquele que rouba; ladrão; larápio.

maus tratos e pela exposição a uma série de doenças tropicais como a malária, a febre amarela e outros males que significavam quase uma sentença de morte naquela época.

As fontes documentais utilizadas por Samis (2002) indicam que passaram 946 presidiários pela colônia de Clevelândia, cujo objetivo não era reconciliar ou corrigir os criminosos, mas, acima de tudo, punir e disciplinar os indivíduos, fixá-los e distribuí-los e tirar deles o máximo de tempo e de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, formando assim, em torno dos indivíduos, um aparelho completo de observação, registro e anotações.

A partir de Samis (2002), pode-se ainda compreender a colônia penal de Clevelândia do Norte como uma instituição completa e austera, entendendo a prisão como um aparelho disciplinar exaustivo, em vários sentidos. Assim, deve-se tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições. Segundo Foucault (1987), a prisão usa maquinaria potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido. Nesse contexto, o modo de ação é a coação de uma educação total: o isolamento, o trabalho e a modelação da pena.

Foto 06: Clevelândia do Norte (vista frontal da fronteira - rio Oiapoque).



Fonte: Trabalho de Campo (fevereiro de 2017).

A Foto 06 mostra a paisagem frontal da fronteira franco-brasileira, e o limite – rio Oiapoque – como posição estratégica para a vigilância e o patrulhamento da Amazônia, no que tange ao resguardo do acesso ao Brasil na sua repartição extremo norte.

A instituição da colônia penal de Clevelândia do Norte não foi um projeto ocasional, mas o resultado de uma detida reflexão que envolveu interesses que ultrapassaram os limites nacionais, evitando que os males advindos do anarquismo e da Revolução de 1917 adentrassem o Brasil.

Nessa perspectiva, o lugar para aqueles considerados indesejáveis da república oligárquica brasileira deveria não apenas isolá-los dos centros urbanos ou da capital federal, mas, acima de tudo, submetê-los ao rigor da vigilância, da punição e da disciplinarização do corpo, das ideias e das ações.

Atualmente, Clevelândia do Norte é um distrito militar no município de Oiapoque e sua maior relevância é o patrulhamento da fronteira. O Exército brasileiro é o maior responsável por esse patrulhamento, que, em caso de qualquer ocorrência que possa ameaçar a soberania nacional, ele está pronto para usar de suas estratégias especiais de fronteira para defender o país.

Foto 07: Casas de Clevelândia do Norte.



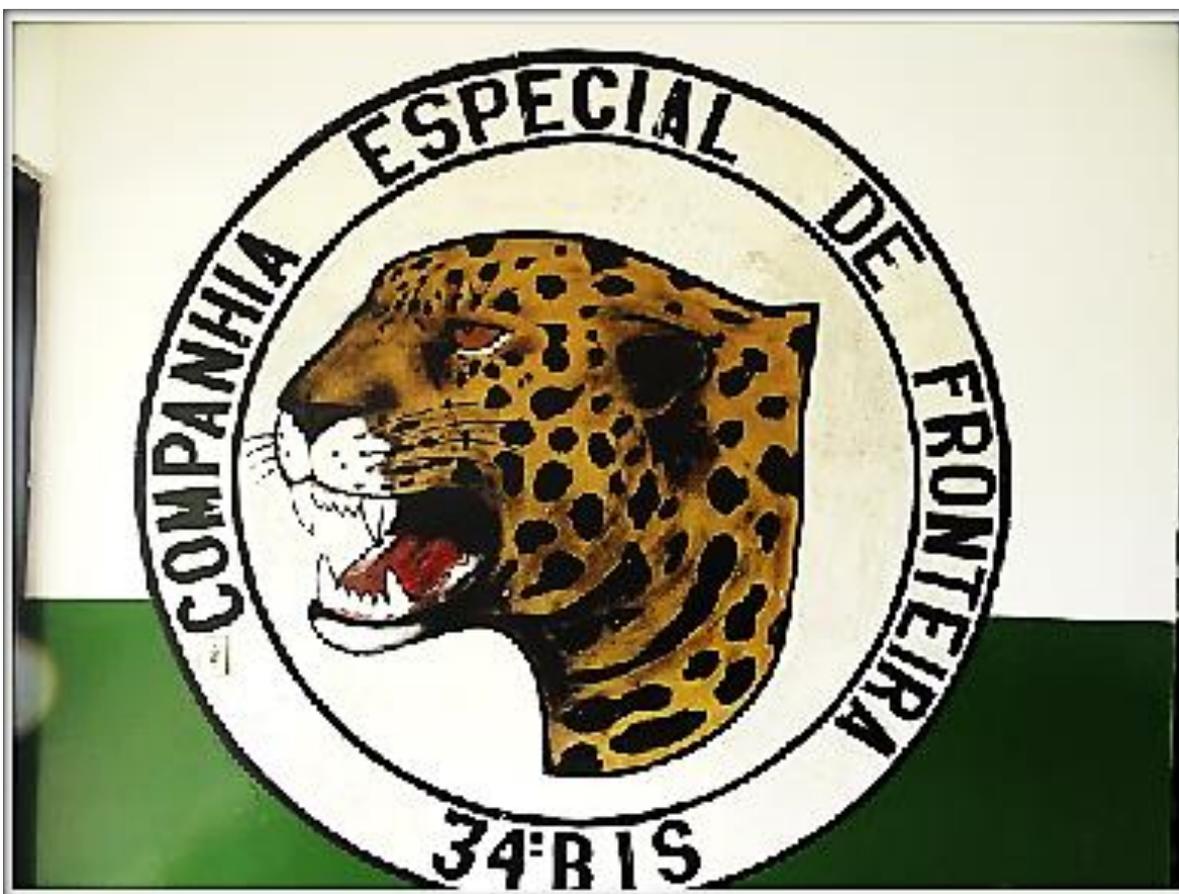
Fonte: Trabalho de Campo (fevereiro de 2017).

Na Foto 07, percebe-se que Clevelândia do Norte ainda preserva as moradias do tempo de sua fundação, sendo que atualmente essas casas são ocupadas pelos moradores

antigos de Clevelândia, a guarda do Exército e algumas autoridades públicas da cidade de Oiapoque, como o juiz de direito e funcionários da Justiça Federal e Estadual.

Não obstante, o papel de Clevelândia do Norte não se resume à proteção da fronteira; ela desempenha também um papel relevante no combate ao tráfico de drogas e no controle e na fiscalização de todo e qualquer tipo de contrabando que possa tentar entrar no Brasil pelo rio Oiapoque, que, por estar na linha de fronteira, se torna um portão de entrada de produtos ilícitos no país.

Foto 08: Símbolo de Clevelândia do Norte.



Fonte: Trabalho de Campo (fevereiro de 2017).

A foto acima revela que o Exército Brasileiro tem uma Companhia Especial de Fronteira. Essa Companhia atua não só na vigilância da fronteira, mas também como uma força de auxílio às atividades inerentes ao município de Oiapoque, quando necessária.

Foto 09: Clevelândia do Norte (equipamento de patrulhamento de fronteira).



Fonte: Trabalho de Campo (fevereiro de 2017).

Na Foto 09, o equipamento de patrulhamento de fronteira também poderá ser utilizado em busca e salvamento de pessoas que se perdem na floresta, ou no salvamento de todos aqueles que possam se afogar no rio Oiapoque, assim como dar assistência às aldeias indígenas que, não raro, precisam de medicamentos, por exemplo.

Foto 10: Clevelândia do Norte (marco “inicial” do território brasileiro).



Fonte: Trabalho de Campo (fevereiro, 2017).

É importante destacar o início da ocupação da fronteira setentrional do Amapá, como se percebe na foto 10, como escoadouro de indesejáveis da parte sudeste do país e como lugar de desterro, escravidão, violência e coerção e, no momento atual, como base militar do Exército e comunidade de entorno. Neste contexto, o que se torna mais

relevante ainda é compreender historicamente a criação/ocupação da Colônia Penal de Clevelândia do Norte, relacionando diretamente fatos, situações, aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais com a realidade atual, fazendo emergir, portanto, uma parte quase apagada da história da ocupação do território fronteiriço franco-brasileiro.

2.3.3 A cidade de Saint-Georges de l'Oyapock (França).

Situada à margem esquerda do rio Oyapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, Saint-Georges de l'Oyapock é uma pequena cidade que está a 185 quilômetros de Cayenne, sede da Guiana Francesa, com uma população de 3.605 habitantes, numa área municipal de 2.320 km².

Figura 08: localização de Saint-George de l'Oyapock na Guiana Francesa.



Fonte: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Saint-Georges_\(Guyane\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Saint-Georges_(Guyane)) (acesso dezembro de 2016).

Figura 09: Vista aérea de Saint-Georges de l’Oyapock.



Fonte: <http://guyalex.over-blog.com/page-886522.html> (acesso dezembro de 2016).

Saint-Georges de l’Oyapock foi fundada em 23 de abril de 1853, como uma colônia penal por condenados enviados para aterrar um pântano na construção de uma cidade na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Sua ocupação foi marcada inicialmente pelas doenças tropicais como a malária e a febre amarela, o que provou o abandono do lugar em 1863.

Com a descoberta do ouro na região em 1885 no rio Camopi, Saint-Georges foi novamente povoada e estruturada como aldeia até a segunda metade do século XX para ser base da exploração do ouro na região. Em 1946 ela passou a categoria de cidade oficialmente como Saint-Georges de l’Oyapock.

Pela tradição agrícola desde a sua fundação no século XIX, a cidade foi erguida atrás das ruínas da antiga prisão que fica localizada às margens do rio Oiapoque. Por muitos anos, Saint-Georges se manteve a partir do plantio de café, algodão, milho, cana de açúcar e hortaliças.

A estrutura urbana de Saint-Georges de l’Oyapock é de uma cidade pequena sem prédios ou construções mais modernas. As casas, na sua maioria, antigas mantêm o padrão

européu holandês e francês, mas também se percebe a influência indígena e crioula. A cidade possui bairros bem distintos em relação ao seu processo de ocupação, como os bairros de Esperance e vila Blodin Martin.

As grandes casas coloridas (ver foto 11) de origem crioula são encontradas geralmente no centro da cidade, enquanto que as casa chamadas de oipoquenses estão nos bairros das áreas alagadas, nos bairros Palafites Bamboo Village e Blodin vila de pescadores Village.

Foto 11: Casa crioula no centro de Saint-Georges de l’Oyapock.



Fonte: Trabalho de Campo (março de 2017).

As casas crioulas (ver Foto11) são chamadas de Ticaz – que vem da mistura entre a tradicional casa dos escravos e das casas europeias – e as casas Enxaimel, que são casas de madeira e muito coloridas com telhado com estilo europeu, têm o estilo da arquitetura do século XIX – época em que predominava o estilo *art nouveau* na Europa.

Foto12: Construção típica do início do século XX (Saint-Georges de l'Oyapock).



Fonte: Trabalho de Campo (março de 2017).

Os prédios do início do século XX foram construídos sobre uma base de concreto para evitar a umidade das casas de dois andares. Esses prédios mais antigos de Saint-Georges de l'Oyapock são muito poucos, como a Casa do rio (ver foto13).

Foto 13: Casa oiapoquense em Saint-Georges de l'Oyapock.



Fonte: Trabalho de Campo (março de 2017).

Também chamadas de lares brasileiros, as casas oipoquenses são verdadeiras palafitas e são oriundas da miscigenação das culturas africanas, ameríndias e europeias. Tais casas são projetadas para proteger os seus moradores das enchentes e dos períodos de chuvas intensas, além de facilitar o embarque e o desembarque de pessoas e mercadorias das canoas, que são o maior meio de transporte da região.

O rio Oiapoque é o limite de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Daí surge uma dúvida recorrente: Até que ponto as pessoas dos dois lados da fronteira podem circular livremente no lado oposto? Existe um documento que autoriza a livre circulação e a hospedagem por até 72 horas para os dois lados. Esse documento é resultado de um acordo internacional firmado em 2014, e é obrigatório para a livre circulação de brasileiros na cidade Saint-Georges de l'Oyapock e para franceses na cidade de Oiapoque. Conhecido como Carta Transfronteiriça, ele tem valor de passaporte que, no entanto, só pode ser solicitado por brasileiros que moram na cidade de Oiapoque há pelo menos um ano; da mesma forma pelos franceses que moram na cidade Saint-Georges de l'Oyapock.

Figura 10: Rio Oiapoque – limite de fronteira franco-brasileira.



Fonte: Adaptada de <https://www.google.com.br>. (acesso em 25/04/2017)

Pela Figura 10, nota-se que a cidade de Saint-Georges de l'Oyapock está localizada em frente à Vila Vitória, que pertence ao município de Oiapoque. As duas cidades estão no

mesmo espectro geográfico, mas com dinâmicas totalmente diferentes no que tange as políticas de fiscalização da fronteira. Enquanto Vila Vitória não tem nenhuma presença do estado brasileiro, Saint-Georges de l'Oyapock tem uma definição muito bem articulada pelo poder público no que diz respeito a proteção do estado francês. Em que os brasileiros tem que obedecer aos limites de circulação acordados pela carta transfronteiriça.

3 – CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-FRANÇA: A FRONTEIRA-REDE

Este capítulo tem por objetivo principal destacar a condição fronteiriça atual na faixa de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Na sua primeira seção: 3.1 – Comparativo econômico, social e político na faixa de fronteira Franco-brasileira (Amapá e Guiana Francesa), em que se fará uma análise entre os principais setores econômicos, políticos e sociais inseridos e articulados e gradientes à condição fronteiriça atual. Na sua segunda seção: 3.2 a geopolítica e fronteira-rede que trata das relações e articulações internacionais na fronteira Franco-brasileira. A sua terceira seção: 3.3 Fixos e fluxos: a Ponte Binacional e a conjuntura atual da condição fronteiriça, que faz uma abordagem das relações internacionais principalmente para os atores da fronteira após a abertura da ponte. E a sua última seção 3.4 a condição fronteiriça Brasil-França no século XIX que fecha este capítulo com análises sobre a condição fronteiriça após duzentos anos de discussões e usos dessa fronteira.

3.1 – Comparativo econômico, social e político na faixa de fronteira Brasil-França (Amapá e Guiana Francesa)

Com localização na repartição nordeste da América do Sul, o Amapá é um estado da federação brasileira e, junto com a Guiana Francesa, atualmente coletividade única da união europeia, constitui com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e a Venezuela o Platô das Guianas, também conhecido como Escudo das Guianas. A Guiana Francesa e o Amapá constituem uma fronteira de 655 quilômetros de extensão, entre os quais 360 km são constituídos pelo rio Oiapoque. São muitos os intercâmbios culturais e comerciais entre os dois; no entanto, a fronteira ainda não entrou em total cooperação devido a pendências aduaneiras e fronteiriças que, desde os primeiros tratados internacionais (Utrecht e Provisional, por exemplo), não são respeitos por ambos os lados.

As conversas sobre a cooperação aduaneira entre as duas regiões tentaram se afinar na década de 1990, quando analisamos os pontos de vista local, nacional e transacional (EU e MERCOSUL), principalmente e particularmente pela presença das Comissões Mistas Transfronteiriças, periodicamente desde 1996 (CEROM, 2010). A fronteira-rede e seu projeto estruturante como a Ponte Binacional e a pavimentação do trecho de 120 km da BR-156 entre os municípios de Calçoene e Oiapoque poderão contribuir para o avanço e o aumento das perspectivas de intercâmbios entre os dois lados da fronteira franco-brasileira.

As singularidades são comuns entre o Amapá e a Guiana Francesa, quando analisamos os seus respectivos espaços: os dois são totalmente cobertos pela floresta amazônica e por redes hidrográficas importantes, e margeados por estreita faixa litorânea, o que contribui para a concentração das atividades econômicas e das populações no estuário dos rios e não no oceano. Isso, de certa forma, provoca um desequilíbrio econômico e um isolamento pelos seus próprios obstáculos naturais inerentes à região amazônica, que dificulta o acesso e serve como justificativa governamental para a falta de infraestrutura necessária e moderna aplicada à região.

As populações jovens são características do estado do Amapá, pois até 2010 aproximadamente mais da metade de sua população era estimada por menores de 20 anos de idade e a esse fato atribui-se certo desacordo com a economia, haja vista as populações jovens, apesar de serem dinâmicas, não terem tantas oportunidades de trabalho por falta de experiência profissional. Isso gera grandes desafios à coesão social e econômica nas duas regiões (IBGE, 2010).

Tabela 01: População residente, por grupos de idade, segundo as mesorregiões e as microrregiões (Amapá – 2010).

Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010
População residente, por grupos de idade, segundo as mesorregiões e as microrregiões - Amapá - 2010

(continua)								(conclusão)										
Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros	População residente							Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros	População residente							Código da Unidade Geográfica		
	Total	Grupos de idade							Total	Grupos de idade								
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos			25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos		70 anos ou mais	
Total	669	69	72	79	45	27	68 549	Total	63									16
	526	973	656	231	414	860			801		55 292	46 754	66 237	39 483	20 021	14 255		
	Mesorregiões								Mesorregiões									
Norte do Amapá	53	6	6	6	3	2	4 978	Norte do Amapá	4									
	934	771	992	889	575	156			507		3 922	3 378	5 065	3 189	1 552	960		1601
	615	63	65	72	41	25			59									
Sul do Amapá	592	202	664	342	839	704	63 571	Sul do Amapá	294		51 370	43 376	61 172	36 294	18 469	13 295		1602
	Microrregiões								Microrregiões									
Amapá	24	3	3	3	1		2 213	Amapá	1									
	425	049	370	311	685	973			922		1 635	1 377	2 043	1 471	821	555		16002
	546	55	56	63	36	22			53									
Macapá	190	097	948	160	690	851	56 924	Macapá	323		46 243	39 190	54 728	32 550	16 518	11 968		16003
	69	8	8	9	5	2			5									
Mazagão	402	105	716	182	149	853	6 647	Mazagão	971		5 127	4 186	6 444	3 744	1 951	1 327		16004
	29	3	3	3	1	1			2									
Oiapoque	509	722	622	578	890	183	2 765	Oiapoque	585		2 287	2 001	3 022	1 718	731	405		16001

Fonte: IBGE (2010).

Frente aos desafios alinhados ao crescimento demográfico, ainda se percebe um nível inferior à média nacional de desenvolvimento econômico regional (IBGE, 2010). Entre o Amapá e a Guiana Francesa pode-se afirmar que existe certa precariedade na rede de comunicação; além disso, o acesso a saneamento e água potável é dificultoso em toda a região. Somente 37% pelo lado da França (CEROM, 2010) e apenas 4,5% da população estão ligados às redes de saneamento pelo estado do Amapá (IBGE, 2010). O abastecimento de energia elétrica é ainda bastante heterogêneo entre as duas regiões (ver item 2.3.3.4).

A cooperação entre as duas regiões ainda tem como entrave as diferenças culturais e linguísticas, que se constituem como obstáculos a serem superados para o próprio fortalecimento da cooperação Brasil-França. Ademais, a participação em blocos econômicos distintos, e muitas vezes em concorrência comercial, esbarra em diferentes tipos de paredes tarifárias e regulamentárias, principalmente pelo lado da UE (União Europeia), que restringe as suas relações com os seus próprios vizinhos.

Para o relatório CEROM (2010), existe outro entrave no que tange às assimetrias dos termos de custos de produção. As diferenças salariais estão numa escala de 1 para 8, e isso reflete diretamente na competitividade francesa em relação ao Amapá. Há também um choque das empresas de ambos os territórios com um ambiente de mercado totalmente limitado (mercados de pequeno porte com economias de escala quase inexistentes, custos elevados de transporte, especialmente no interior de cada um dos territórios, sobretudo para se chegar às áreas mais isoladas).

Na percepção de CEROM (2010), as economias do Amapá e da Guiana Francesa permanecem muito dependentes dos fluxos provenientes de seus estados centrais. No caso francês, em relação ao comércio, por exemplo, a França continental continua sendo o seu primeiro fornecedor e o primeiro consumidor da Guiana Francesa.

As estatísticas sobre o comércio externo entre o Amapá e a Guiana Francesa são ainda inexpressivas. Mesmo comparadas ao comércio com o resto do Platô das Guianas, esses números também não têm tanta expressão; desse modo, as relações comerciais entre os dois territórios precisam de uma integração maior para que se alcance um progresso de desenvolvimento econômico para as duas regiões.

No que se refere aos termos dos fluxos financeiros públicos, o estado brasileiro transfere 91% de todos os recursos financeiros necessários no estado do Amapá, somente 9% são de recurso próprios nesse estado. A situação é semelhante na Guiana Francesa, onde a taxa de cobertura das despesas do Estado é somente de 15%, em razão especialmente da debilidade da receita fiscal.

As economias de ambos os territórios (Amapá e Guiana Francesa) contam com um considerável atraso em relação às médias nacionais respectivas. Em 2014, por exemplo, o Estado do Amapá ocupou o 26º lugar no *ranking* nacional, com uma participação de 0,23% e uma taxa de crescimento real de 1,7%. Na Guiana Francesa, ele correspondia a somente 46% da média francesa.

Tabela 02: Principais indicadores econômicos (Guiana Francesa e França).

	Guiana Fran	França
PIB (em bilhões de euros correntes)	3,9	2.113,7
Taxa de crescimento do PIB (% euros constantes, 2013)	2,9	0,3
PIB por habitante (euros correntes 2013)	15.820	32.190
Taxa de desemprego (% no padrão OIT, em 2014)	22,3	9,8

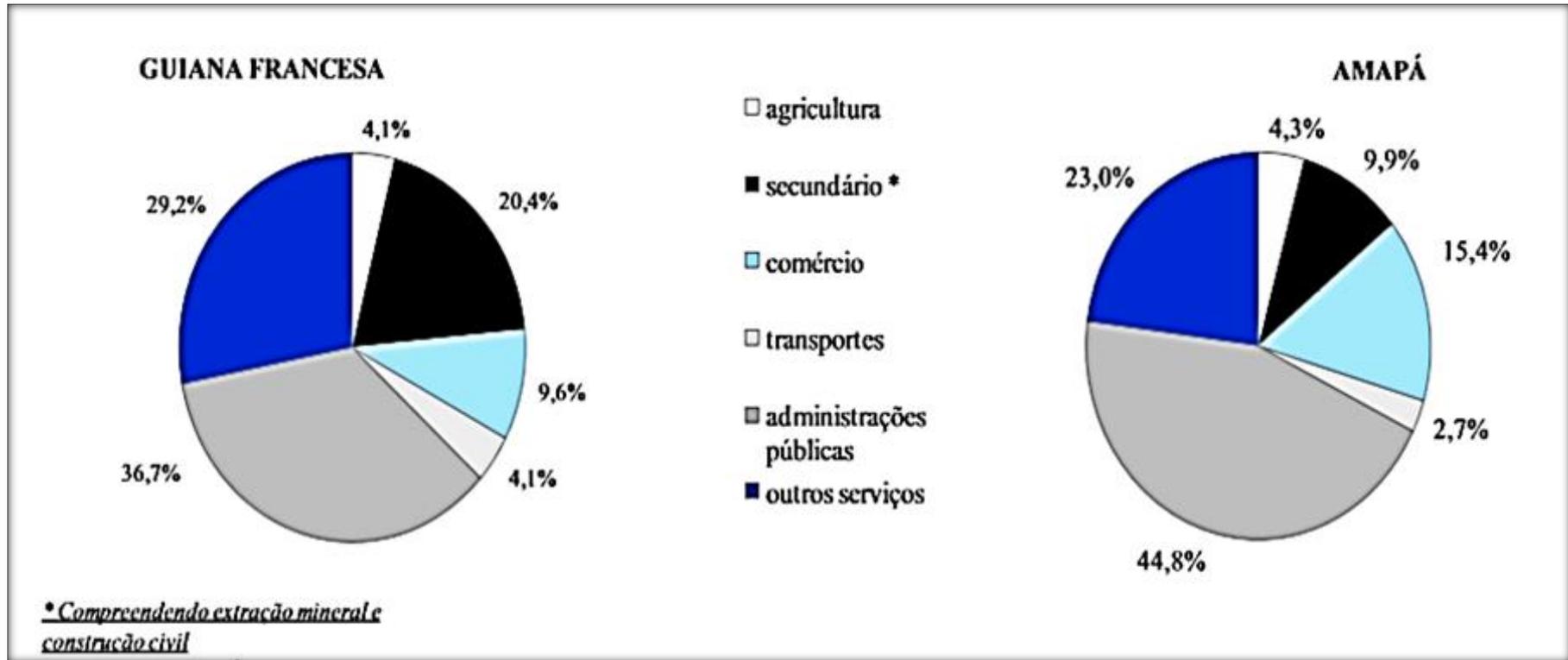
Fonte: INSEE, 2015.

É análoga a distribuição do valor agregado na Guiana Francesa e no estado do Amapá, tendo o funcionalismo público como maior representante dos serviços. Na Guiana Francesa, o setor secundário é mais relevante em razão dos setores de construção civil e aeroespacial. Este setor gera um número bem expressivo de empregos diretos e indiretos, representando uma das molas do crescimento guianense (16,2% do PIB em 2002).

Desse modo, os dois territórios detêm poucas cadeias produtivas próprias. No entanto, os recursos naturais nessas regiões são bem consideráveis e preservados (recursos minerais, florestais, haliêuticos, agrícolas). O que de fato falta para a exploração desses recursos é uma melhor infraestrutura.

Quanto às energias renováveis (a biomassa, a hidroeletricidade e, em menor proporção, o eólico e o solar), o desenvolvimento desse setor poderia ser um vetor de desenvolvimento para os dois territórios, com reflexos positivos nos índices de emprego. Isso seria bem-vindo para os dois territórios, onde os altos índices de desemprego (cerca de 21% para a Guiana Francesa, em 2010, e 14% para o Amapá, em 2008) constituem um real desafio a ser superado

Figura 11: Distribuição do valor agregado na Guiana Francesa e no Amapá.



Fonte: CEROM (2010).

Atualmente, os governos têm o discurso de que trabalham para as respectivas economias geradoras de empregos locais; que se orientam para o desenvolvimento endógeno visando a melhor inserção regional e uma gestão sustentável na exploração dos recursos naturais. No caso do platô das Guianas, essa inserção foi feita em alguns setores através de projetos estruturantes tais como a implantação de um *backbone* terrestre hertziano, ligando a Guiana Francesa à rede brasileira, permitindo uma melhor inclusão digital do território (CEROM, 2010).

Os investimentos feitos após o acordo-quadro de cooperação guiano-amapaense (1996) na rede de infraestrutura, tais como a Ponte Binacional e a pavimentação asfáltica no trecho da BR-156, entre os municípios de Calçoene e Oiapoque, impulsionaram o diálogo entre os dois territórios e, de certa forma, abriram melhores expectativas comerciais à cidade de Oiapoque, no que tange ao incentivo do turismo na região.

Em relação ao setor de cooperação, o mais avançado é o de preservação dos bens públicos globais como o combate a doenças transmissíveis, a preservação da biodiversidade, o combate às mudanças climáticas e o apoio a setores de interesse regional comum, como a cooperação no setor científico, com a criação do campus binacional da Universidade Federal do Amapá, que favorece os intercâmbios na grande área da educação (CEROM, 2010).

3.1.1 Organização político-administrativa

O Brasil foi colônia de Portugal entre 1500 e 1822. Nesse período, esteve organizado politicamente em capitanias hereditárias (1534-1759); governo geral (1548-1572); vice-reinos até 1815, quando o Brasil foi dividido politicamente em províncias. Com a chegada da República como sistema de governo (1889), o Brasil ficou dividido em estados (CARVALHO, 2003).

Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil teve a sua economia baseada em atividades econômicas distintas (açúcar, ouro, café, borracha). Após a chegada da República, o Brasil viveu fases de sua história voltadas a processos políticos que determinavam a vida social e econômica no país.

Entre os anos de 1889-1930, o Brasil viveu a República Velha ou Primeira República, momento em que predominou a política coronelista conhecida como Política do

Café com Leite²⁴. A partir de 1930, com a chegada de um novo processo político, inaugurou-se no país o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), em que predominou uma nova ordem política no Brasil, baseada no controle das classes operárias e dos sindicatos através da criação do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho em que o governo, como um ditador, controlava todos os setores e instituições do país. Na década de 1950 até a primeira metade dos anos 1960, o Brasil viveu governos populistas atrelados a uma ordem internacional bipolarizada (Guerra Fria). No ano de 1964, os militares tomaram o governo central e assumiram o poder até 1985 (República Militar)²⁵.

A partir de 1985, com a chegada da redemocratização, o estado brasileiro passou por uma reformulação política a partir da nova Constituição (1988). Nesse momento, os antigos Territórios Federais foram extintos e, a partir deles, criados novos entes federativos (PORTO, 2010), entre eles o Amapá.

Atualmente o estado brasileiro está organizado pelo sistema republicano representativo e federativo, distinto em diferentes níveis de governo. Na instância federal, o governo é representado por um presidente eleito de 4 em 4 anos por voto popular direto (sufrágio universal) com direito a recondução dos cargos de Executivo (até a entrada da nova lei que extinguirá esse direito nas próximas eleições) por mais um mandato consecutivo e o Legislativo sem limite ou prazo. Além do Governo Federal, o Brasil possui, em seus estados e municípios, os governadores estaduais e seus respectivos prefeitos (Artigo 28 da Constituição Federal).

O caso do Amapá, que fazia antes parte do Estado do Pará desde a independência, tornou-se Território Federal em 1943, com sua administração dependendo diretamente da União. Esta podia assim exercer um controle reforçado sobre esse território fronteiriço, o qual representava um desafio de defesa nacional (CEROM, 2010). Com a nova Constituição Federal (1988), o Amapá perdeu a condição de Território Federal e foi promovido à condição de estado da federação. A partir de então, o novo estado do Amapá passou a caminhar com maior autonomia política, porém ainda com uma forte dependência

²⁴ Política de alternância no poder federal entre os estados de São Paulo (principal produtor de café) e Minas Gerais (forte produtor de leite), articulada pela corrupção eleitoral no início da história republicana no Brasil.

²⁵ Regime político de exceção controlado por governos de generais do exército brasileiro, que contou com apoio de grandes empresas nacionais e internacionais, incluindo a grande mídia como a Rede Globo de comunicação e outros veículos importantes na formação da opinião pública num país em que as únicas fontes de informação eram o jornal e a TV, com o rádio em decadência e sem internet.

econômica dos recursos federais. Tal ente teve que constituir uma Assembleia Legislativa e uma Constituição Estadual, e ainda eleger um governador de forma direta.

No Brasil, todo Estado possui uma Assembleia Legislativa formada por deputados eleitos de forma direta, a quantidade de deputados varia de acordo com o número de habitantes e do número de representantes do Estado na Câmara Legislativa Federal. O poder judiciário estadual atua (livremente) dentro de sua esfera e as questões e demandas relativas e exclusivas da União são de competência do Governo Federal.

As questões internacionais ou de ordem fronteiriça são de competência da União, quem compartilha com os estados os planos regionais de desenvolvimento econômico e social, partilhando ainda certas competências com os estados e os municípios nas áreas da conservação do patrimônio, da educação, da cultura, da proteção do meio ambiente, e da saúde pública, especialmente (CEROM, 2010). As aglomerações urbanas e a gestão de serviços locais também são de competência de estados e municípios.

A Guiana Francesa, antiga colônia da França, foi transformada em departamento ultramarino francês em 1946 (Lei de Departamentalização de 19 de março de 1946), e região ultramarina em 1982 (lei de descentralização de 1982).

Na Guiana Francesa, o exercício do poder está distribuído entre o Prefeito, representante do Estado no território, e as coletividades territoriais (Conselho Regional, Conselho Geral e Conselho municipal), cujas competências são atribuídas pelo Estado. As coletividades territoriais são administradas livremente por conselhos eleitos de forma direta. Tais coletividades dispõem de um poder regulamentar para o exercício de suas competências. Os Presidentes do Conselho Regional, do Conselho Geral (em escala departamental) e do Conselho Municipal (em escala municipal) são eleitos por seis anos.

Em relação às leis de descentralização de 1982 e 2003, que reforçaram as competências das coletividades territoriais, a tutela administrativa exercida, *a priori*, pelo Prefeito, foi suprimida em 1982 e substituída por um controle de legalidade posteriormente exercido pelo Tribunal Administrativo e pela Câmara Regional de Contas. A lei de descentralização de 2003, por sua vez, transferiu para o Conselho Regional a totalidade das competências relativas à formação profissional (CEROM, 2010). Em consequência do referendo de 23 de janeiro de 2010, uma coletividade única substituiu as coletividades departamentais e regionais.

Na Guiana Francesa, está predisposto o mesmo regime legislativo e regulamentar da França Continental europeia, válido em todos os outros departamentos franceses pertencentes à França na Europa. Todavia, em virtude do artigo 73 da Constituição, as leis e os regulamentos podem ser questão de adaptações dependentes das características e das imposições da coletividade.

Quando se trata de matérias soberanas, após a reforma constitucional de 2003, os departamentos ultramarinos franceses não podem exercer poderes em seu próprio território, cabe à França decidir sobre essas questões. No caso de outras matérias, o Conselho Regional e o Conselho Geral, para levar em conta a especificidade da Guiana Francesa, estão habilitados pela lei a fixar as regras aplicáveis no seu território em um número limitado de matérias, podendo ser regidas pela legislação francesa.

3.1.2 Os trâmites internacionais

As relações internacionais pelo estado brasileiro são de competência da união, previstas pela Constituição Federal (Art. 21.I 21). É de única e exclusiva competência da presidência da República nomear os representantes legais e diplomáticos para representar o estado brasileiro no âmbito internacional. O presidente da República tem poder de concluir tratados, participar de convenções e atos internacionais, os quais são submetidos a observação e aprovação do Congresso Nacional (Art. 84 - VII e VIII) (CEROM, 2010).

O Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) é responsável pelo parecer das ações de cooperação internacional implementadas pelos estados brasileiros e no Amapá. Existem também agências (Agencia Brasileira de cooperação) encarregadas de acompanhar os programas e os projetos de cooperação técnica, negociando, coordenando, implementando tais projetos e acordos firmados pelo Brasil com outros países.

A ajuda financeira dada pelo Brasil a outros países é de exclusividade da União. Dessa forma, os estados brasileiros não têm competência nem autorização para fazerem investimentos externos devido à própria legislação brasileira, que não permite tais investimentos.

Em relação à Constituição Francesa de 1958, as negociações externas dependem do Poder Executivo. Ficam a cargo da presidência da República as negociações e os tratados firmados em caráter internacional, sendo o próprio presidente o responsável pelas relações

diplomáticas junto ao governo dos estados e ao Ministério das Relações Exteriores (MAEE), sendo que o Poder Legislativo dá autorização ao Executivo para ratificar os tratados. Esta competência exclusiva do Estado, em matéria de relações com Estados estrangeiros, proíbe os municípios de firmar qualquer acordo com um Estado vizinho, mesmo nas áreas dependentes de suas competências (CEROM, 2010).

No caso das Coletividades Territoriais Francesas, pela lei de 6 de fevereiro de 1992, elas podem desempenhar um papel chave nas matérias de cooperação, no que se refere aos contratos com autoridades locais estrangeiras em respeito aos compromissos legais com a França Continental. Esse direito, em matéria de cooperação descentralizada, foi complementado e precisado pela lei de 25 de janeiro de 2007, relativa à ação externa das coletividades territoriais e de seus agrupamentos, sendo que, para conduzir ações de cooperação ou ajuda ao desenvolvimento, esses contratos ajustam o objetivo das ações consideradas e o valor com base nas previsões dos compromissos financeiros (CEROM, 2010).

A LOOM (Lei de Orientação para o Ultramar), de 13 de dezembro de 2000, e a LOPOM (Lei Programa para o Ultramar) de 2003, reforçam as competências das coletividades do ultramar em matéria de cooperação regional. Neste caso, o Conselho Regional pode, por deliberação, pedir às autoridades da República para autorizar o seu Presidente a negociar, a respeito de compromissos internacionais da República, acordos com um ou vários Estados, territórios ou organismos regionais estrangeiros.

3.1.3 Setores econômicos

No Amapá, o comércio é o setor de atividade que mais emprega, seguido pelo setor de serviços e pelas atividades terciárias associadas à agricultura de gêneros de subsistência. Na Guiana Francesa, o setor de atividade que mais emprega é o de serviços, seguido pelas atividades de setores dependentes dos setores primário e terciário.

O setor do comércio na Guiana Francesa é considerado relativamente dinâmico e reúne aproximadamente um quarto no que tange à abertura de novas empresas. Em 2007, esse setor gerou 9,6% do valor agregado, reunindo 2.710 estabelecimentos, 29,1% do total de estabelecimentos do território francês, dos quais dois terços representam o comércio varejista e uma grande parte de pequenos comerciantes que empregam 18% de efetivos assalariados. Em 2015, esse setor gerou 8,4% do valor agregado na Guiana Francesa

(INSEE, 2016), o que demonstra uma queda neste setor. A atividade industrial agroalimentar (produtos do mar e arroz) e o ouro são exportados como produtos principais pelas vantagens fiscais a empresas instaladas na Guiana Francesa.

No Amapá, o setor comercial agrupou, em 2007, 18,5% dos postos de trabalho, setor que nesse mesmo ano representou 15,4% do valor agregado. Em 2016, este setor no Amapá agrupou 14,9% e também registrou uma queda nos postos de trabalho para 17,7%, em virtude da crise nacional, segundo o discurso do próprio Governo do Estado do Amapá o discurso do próprio Governo do Estado do Amapá²⁶

Segundo o relatório CEROM (2010), no Amapá há uma concentração nas exportações de produtos primários (madeira, minérios e produtos agrícolas) e suas importações se concentram em produtos manufaturados. Desse modo, a indústria local se mostra pouco competitiva e subdesenvolvida. Em 1991, o estado do Amapá criou a ALCMS (Área de Livre Comércio de Macapá e Santana) com o objetivo de incentivar o setor comercial.

²⁶ O setor de educação vem atravessando uma grave crise ocasionada pela inoperância do próprio estado amapaense. As escolas públicas vêm sendo invadidas constantemente desde agosto de 2016, pelo término do contrato com a empresa que prestava serviço de vigilância nas repartições do estado e principalmente nas escolas de Macapá e Santana.

Tabela 03: Distribuição dos efetivos e estabelecimento por setor (2008).

Setores de atividade	GUIANA FRANCESA				AMAPÁ			
	Estabelecimentos		Efetivos		Estabelecimentos		Efetivos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outras atividades primárias e secundárias	2 971	25,80%	7 591	21,20%	764	12,30%	8 047	19,70%
Comércio conserto de automóveis	2 896	25,10%	4 448	12,40%	3 717	59,70%	17 572	43,00%
Outros serviços	5 652	49,10%	23 752	66,40%	1 747	28,10%	15 221	37,30%
Total campos de comparação	11 519	100%	35 791	100%	6 228	100%	40 840	100%
Agricultura silvicultura e pesca	1 252	-	377	-	53	100%	94200%	-
Administração pública	188	-	8 912	-	2	-	.	-
Total geral (para lista)	12 959	-	45 074	-	6 283	-	41 782	-

Fonte: IBGE, INSEE (2010).

Além do setor terciário, é na construção civil que os efetivos são mais importantes, tanto no Amapá quanto na Guiana Francesa. As indústrias de fabricação vêm em segundo lugar, muito antes das atividades extrativistas.

Tabela 04: Indústria: distribuição dos efetivos e estabelecimentos por subsetor.

Sub-setores de atividade	GUIANA FRANCESA				AMAPÁ			
	Estabelecimentos		Efetivos		Estabelecimentos		Efetivos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Indústrias extrativistas	133	1,2%	518	1,4%	40	0,6%	1351	3,3%
Indústrias manufatureiras	964	8,4%	2423	6,8%	371	6,0%	2552	6,2%
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e de ar condicionado	93	0,8%	474	1,3%	18	0,3%	1152	2,8%
Prod. E distrib. De água; saneamento, gestão do lixo e despoluição	52	-	312	-	13	-	-	-
Construção	1729	15,0%	3 864	10,8%	322	5,2%	2992	7,3%
Total	2971	25,8%	7591	21,2%	764	12,3%	8047	19,7%

Fonte: IBGE, INSEE (2010).

Em relação aos serviços, existe uma distinção entre os dois territórios. Na Guiana Francesa, a saúde, a educação e os serviços de ação social reúnem 38% do seu efetivo, e no

Amapá esses mesmos serviços somam apenas 5%. O inverso acontece quando se observam as atividades de serviços administrativos e de higiene e vigilância; os mesmos serviços compreendem 5% dos efetivos da Guiana Francesa e 13% no estado do Amapá. No que tange às atividades de armazenagem e de transportes, elas estão na terceira posição nos dois territórios: 6,6% no Amapá e 7,4% na Guiana Francesa.

Tabela 05: Serviços: distribuição de estabelecimentos por subsetor de atividades econômicas.

Sub-setores de atividade	GUIANA FRANCESA				AMAPÁ			
	Estabelecimentos		Efetivos		Estabelecimentos		Efetivos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Transportes e armazenagem	623	5,4%	2345	6,6%	226	3,6%	3039	7,4%
Habitação e restauração	645	5,6%	1179	3,3%	340	5,5%	2005	4,9%
Informação e comunicação	245	2,1%	643	1,8%	95	1,5%	591	1,4%
Atividades financeiras de seguros	269	2,3%	583	1,6%	118	1,9%	1087	2,7%
Atividades imobiliárias	315	2,7%	341	1,0%	14	0,2%	42	0,1%
Atividades especializadas científ. e técnicas	969	8,4%	1614	4,5%	187	3,0%	550	13,2%
Atividades de serviços admin. e de apoio	730	6,3%	1882	5,1%	321	5,2%	5377	13,2%
Ensino	384	3,3%	8115	22,7%	125	2,0%	1582	3,9%
Saúde humana e ação social	694	6,0%	5468	15,3%	124	2,0%	430	1,1%
Artes, espetáculos e atividades recreativas	196	1,7%	328	0,9%	59	0,9%	144	0,4%
Outras atividades de serviços	582	5,1%	1314	3,7%	138	2,2%	374	0,9%
Total	5652	49,1%	23752	66,4%	1747	28,1%	15221	37,3%

Fonte: IBGE, INSEE (2010).

A agricultura e a silvicultura no Amapá representam cerca de 3,2% do valor agregado. Em razão da grande concentração de terras de proteção ambiental e terras indígenas, a agricultura tradicional – agricultura doméstica – é pouco desenvolvida. As terras particulares e as fazendas produtivas compreendem apenas 6% de todo o espaço territorial amapaense, de forma que o estado tem que importar a maioria dos gêneros agrícolas para o abastecimento local. Isso reflete diretamente no setor que emprega esses trabalhadores, chegando a 1,3% das vagas de trabalho (IBGE, 2010).

Para INSEE (2008), na Guiana Francesa, a agricultura, a pesca e a silvicultura somam o valor agregado de 4,1%. Aproximadamente, 2.400 pessoas vivem na agricultura

na Guiana Francesa, e essa cadeia produtiva ainda conta com a ajuda do governo francês, cuja maior parte da ajuda financeira vem da UE (União Europeia), através da PAC (Política Agrícola Comum), que organiza e distribui esses investimentos de duas formas: a) ajuda diretas aos agricultores, com um montante de € 6,1 milhões em 2009, destinado a 64% aproximadamente para a produção de arroz – o restante foi para a cadeia pecuária; b) medidas de apoio ao desenvolvimento rural, ao investimento e à modernização das fazendas, com aproximadamente € 2 milhões em 2009.

A SAU (Superfície Agrícola Útil) na Guiana Francesa era de 24.570 ha em 2009, o que compreende 0,3% do seu território, sendo que 80% dessa superfície são voltados para a agricultura tradicional que seguem os rios Maroni e Oiapoque. A SAU inclui 54% de terras aráveis, dentre as quais se encontram as culturas de legumes (52%) e de arroz (26%).

A rizicultura, na Guiana Francesa, é uma das principais cadeias produtivas de exportação. Foi na década de 1980 que essa cadeia se desenvolveu em torno do povoado de Mana, região sob influência e ajuda dos agricultores surinameses. Muito embora essa cadeia esteja perdendo força com o passar dos anos nessa região (INSEE, 2008).

O setor de rizicultura guianense sofre para ser competitivo, considerando imperativos induzidos pelas normas europeias (fitossanitárias principalmente) e maiores custos de produção. A produção tem diminuído intensamente desde meados dos anos 2000, e os rendimentos são demasiadamente baixos (entre 2 e 3T/ha) (INSEE, 2008).

No que se refere à pecuária, na Guiana Francesa (GF), as cadeias produtivas da suinocultura e da pecuária bovina correspondem a 24% e 20%, respectivamente, do que é consumido nessa região. A cadeia produtiva da carne na GF é muito limitada devido à existência de apenas um matadouro para todo o Departamento Ultramar, o que estimula o consumo além da fronteira quando os guianenses se sentem seduzidos a comprarem carne nos açougues de Oiapoque, por disporem de preços mais baratos e por terem carne em abundância (CEROM, 2010).

Tabela 06: Principais produções agrícolas (2008).

	GUIANA FRANCESA		AMAPÁ	
	Quantidade produzida (T)	Rendimento médio (T/HÁ)	Quantidade produzida (T)	Rendimento médio (T/Ha)
Abacaxi	3553	20,9	1651	2,8
Berinjela	1368	15,7	-	-
Banana	5296	9,3	4364	3,4
Cana-de-açúcar	3350	62,7	3200	29,1
Repolho	4755	16,9	-	-
Limão	1584	3,2	-	-
Tangerina	330	1,3	-	-
Pepino	1599	8,9	-	-
Abobrinha	459	10,2	-	-
Goiaba	40	1,1	145	14,5
Feijão	1128	10,4	1254	0,8
Alface	1480	14,2	-	-
Lichia	3341	15,3	-	-
Milho	92	1,0	2406	0,8
Mandioca	31661	5,2	96457	10,4
Maracujá	814	17,0	720	6,5
Laranja	603	1,5	9623	8,3
Mamão	-	-	505	10,1
Melancia	-	-	2240	4,8
Abóbora	515	13,2	-	-
Arroz	7523	2,6	3483	1,1
Tomate	3965	31,5	-	-

Fonte: IBGE, INSEE (2010).

Em escala mundial, a agricultura tem pouca expressão nos dois territórios. As maiores expectativas desse mercado, no momento, parece ser o abastecimento local, o que de fato não se mostra como um vetor para o desenvolvimento internacional. Diversos imperativos são comuns às duas regiões: solos, em sua maior parte, ocupados pela floresta primária; agricultura destinada à alimentação humana pouco rentável; necessidade de preservação dos povos indígenas; imperativos ambientais importantes²⁷.

No Amapá, as autoridades fizeram investimentos voltados para o setor agrícola através da criação de uma agência de desenvolvimento com investimentos de vinte milhões de reais na agricultura familiar, com objetivo de desenvolver a região economicamente e evitar o êxodo rural. Mesmo com todo esse investimento, a cadeia produtiva da carne desponta no cenário internacional com 166 milhões de cabeças no país, o que se mostra contraditório aos investimentos feitos na agricultura doméstica, que dispõe de pouco investimento.

²⁷ As fazendas amapaenses têm como obrigação obter uma licença ambiental a partir de 20 ha de terras.

É importante salientar que o Brasil tem vivido uma instabilidade na cadeia produtiva de carne bovina e de frango pelo escândalo provocado pela operação da Polícia Federal (Carne Fraca) que desmontou um esquema de aproveitamento de carne fora do prazo de validade que ia para as prateleiras dos supermercados brasileiros e também exportada para os principais compradores de carne do Brasil²⁸.

O setor pesqueiro é, sem dúvida, essencial para as duas regiões, em razão do potencial que pode representar para as exportações e pela riqueza hilaética²⁹ da região das fronteiras marítimas e dos rios, mesmo com o seu baixo peso no valor agregado nas economias das duas regiões. Na Guiana Francesa, por exemplo, a pesca representa a terceira categoria em exportação depois do setor espacial e do setor aurífero, e sua importância foi de apenas 0,1% do valor agregado em 2010. A pesca empregava 106 assalariados franceses em 2009, e 445 estrangeiros, dos quais a maioria era de brasileiros (CEROM, 2010, INSEE, 2014).

Em um aspecto mais global, a cadeia produtiva pesqueira é mal estruturada e a pesca, mesmo representando entre 30% e 50% da frota, ainda foge aos padrões da EU, o que provoca um desajuste social e trabalhista no que tange a uma melhor organização profissional (CEROM, 2010).

Outro ponto importante é a ausência de controle dos marinheiros em rota marítima na ação pesqueira, que é denunciada com muita frequência. Somado a isso, os custos adicionais e a precariedade no processo produtivo e logístico diminuem os operadores de mercado, gerando com isso uma situação monopolista.

Como outro aspecto negativo, a precariedade na infraestrutura é recorrente: poucas máquinas de fabricação de gelo, a não existência de um porto pesqueiro e frota pesqueira obsoletas são reais empecilhos para o setor. A cioba e o tubarão são pescados na costa da Guiana Francesa por pescadores da Venezuela, na condição de despescarem³⁰ a metade da produção na própria Guiana Francesa. Por outro lado, a UE concede apoio financeiro ao

²⁸ A União Europeia suspendeu a exportação de carne de empresas envolvidas na Operação Carne Fraca, da Polícia Federal do Brasil; a CHINA reteve a carne brasileira nos portos brasileiros; já a Coreia do Sul barrou a entrada de frangos da BRF, empresa que afirma não ter sido notificada dessa ação; o Chile, por sua vez, suspendeu temporariamente a importação de carnes.

²⁹ Arte de pescar, segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/hali%C3%AAutica> [consultado em 02-05-2017]

³⁰ Colher com a rede ou tarrafa (os peixes dos açudes, viveiros ou currais)

setor pesqueiro com intuito de modernizar o setor no que tange à infraestrutura – navios, comércio e transformação –, por meio do programa POSEIDOM³¹, que apoia esse setor.

Para o relatório CEROM (2010), o rio Oiapoque é um dos mais importantes da Amazônia no que tange à pesca do camarão e outros pescados. Até 2010, os setores da pecuária e do pescado representavam 1% do valor agregado. A maior problemática nesse setor é a pesca informal que se torna um problema para o estado do Amapá devido à falta de controle sobre as embarcações pesqueiras que atuam clandestinamente.

A pesca de subsistência é predominante neste setor; no entanto, a maioria das embarcações tenta comercializar o camarão no estado vizinho (Pará), como forma de ganhar algum dinheiro para o sustento das famílias dos pescadores. Mesmo com toda a falta de infraestrutura, o Amapá ainda consegue ter um melhor descarregamento³² comparado à Guiana Francesa. O que de fato é precário é o transporte rodoviário do pescado, por falta de uma rede estruturada que possa distribuir o pescado com mais eficiência e com uma garantia de melhor qualidade no sistema de manejo.

Para o relatório CEROM (2010), o futuro do setor pesqueiro está comprometido pelo esgotamento dos recursos hilaêuticos vitimados pela sobrepesca³³. O camarão é um exemplo, cuja pesca é autorizada somente a partir de certa distância do litoral para evitar o seu esgotamento. Essas exigências são desrespeitadas no Brasil, o contrário do que ocorre na Guiana Francesa.

Vários órgãos acompanham a evolução da cadeia pesqueira no Amapá. A precariedade no quadro logístico e regulamentário comprova um atraso nas políticas públicas voltadas às práticas hilaêuticas. Órgãos como o IBAMA no Brasil e o IFREMER³⁴ na França acompanham, por meio de estudos e recenseamentos, os recursos piscícolas e nos navios pesqueiros.

Entre 2014 e 2016, na Guiana Francesa, houve uma melhora sensível na cadeia produtiva da pesca, que alcançou aproximadamente 7 toneladas. Os principais produtos pescados são, na costa, os peixes brancos (Loubine, Machoirans, Weakfish e Arraias) e o

³¹ Há um projeto em estudo em Rémire-Montjoly, a jusante de Dégrad-des-Cannes.

³² O Processo de descarregamento pesqueiro no Amapá tem uma eficiência melhor que na Guiana Francesa devido a prática pesqueira ser mais desenvolvida no Amapá há mais tempo.

³³ Pesca excessiva (<https://www.priberam.pt/dlpo/sobrepesca>) [consultado em 02-05-2017].

³⁴ IFREMER – Instituto Francês de Investigação de Exploração do Mar.

tubarão; em alto-mar, o camarão e a cioba, que são os mais apreciados pela exportação para a França Continental.

Quadro 13: Fluxos da cadeia produtiva pesqueira.

I	A pesca costeira (com a pescada branca especialmente) desenvolve-se rapidamente, e sua tonelagem ultrapassa atualmente a dos outros tipos de pesca. Ela ainda é artesanal e informal, devendo ser melhor acompanhada, a fim de garantir uma gestão sustentável e equilibrada, entre potencial econômico seguro e preocupação ecológica. Um Mercado de Interesse Regional (MIR) do peixe fresco, o qual agrupa a venda no atacado e no varejo, foi implementado em Caiena, mas essa estrutura ainda não conseguiu totalmente chamar a atenção dos profissionais, que, em alguns casos, privilegiam a venda informal;
II	Inversamente, produtos tradicionais, como o camarão, estão perdendo seu dinamismo. Há diversas razões para isso: rarefação do recurso, baixa do preço, aumento dos custos (encarecimento do preço do combustível, entre outros) e concorrência da aquicultura (brasileira) que é mais barata. O efetivo de pescadores de camarões reduz-se (-20% em 2008. Em 2009, a pesca do camarão era de 1 326 toneladas, ou seja, uma diminuição de 64% nos dez últimos anos;
III	A pesca da cioba mantém-se, ou até mesmo aumentou nos últimos anos, mas as autoridades estimam que o estoque está prestes a alcançar seus limites exploráveis.

Fonte: Adaptação de CEROM (2010).

O Amapá chegou a representar 1,5% de todo o pescado brasileiro, com 17.914 toneladas anuais em 2009 (CEROM, 2010), das quais havia grande variedade de piramutabas, maparás, douradas, atipas, camarões e lagostins. No platô das Guianas, a pesca ainda é um desafio a ser superado, mesmo com toda a sua potencialidade hilaêutica da região. Os governos devem se esforçar na construção de planos ambientais e econômicos para o desenvolvimento de projetos de cooperação entre o Amapá, a Guiana Francesa e o Suriname.

Segundo IFREMER (2010), a tonelagem pescada na costa da Guiana Francesa por estrangeiros (brasileiros e surinameses) é maior que toda a pesca praticada pela própria Guiana Francesa. Dessa forma, antes de se pensar em projetos de cooperação, é necessário pensar em combater a pesca ilegal e a sobrepesca na região.

A maior problemática encontrada na região do Platô das Guianas é justamente a falta de um plano de cooperação, tanto do lado regulamentário quanto do lado ambiental, em que os fatores se afinem de forma coesa, tais como recenseamento dos recursos piscícolas comuns ao planalto; fiscalização da situação dos pescadores do estuário

principalmente para as medidas de segurança; reuniões entre os pescadores dos dois lados da fronteira, no sentido de uma cooperação logística e comercial para o pleno desenvolvimento da cadeia produtiva pesqueira para que ela se torne um dos mercados mais ativos no que tange a importações e exportações entre a Guiana Francesa e o Amapá.

Outro problema a ser superado é a situação dos profissionais brasileiros que não se adequam às regras impostas pela união Europeia na Guiana Francesa. Esta, por sua vez, também não tem um setor pesqueiro desenvolvido. De toda forma, os dois lados da fronteira franco-brasileira têm um potencial pesqueiro incomensurável, mas ainda sem infraestrutura, o que revela um desafio ao desenvolvimento de um mercado promissor para o estuário guiano-amapaense.

3.1.4 Atividades florestais na Faixa de Fronteira franco-brasileira

Um grande desafio para os dois lados da fronteira é a questão das atividades florestais, pelo fato de que os dois territórios são praticamente cobertos por florestas, e a gestão ambiental é um desafio ainda maior para o desenvolvimento econômico nas duas regiões.

Para INSEE (2010), a Guiana Francesa conta com uma superfície de 7,5 milhões de hectares, sendo 2 milhões de hectares destinados à produção da madeira. Mais de 1.300 espécies de árvores são catalogadas e entre essas 80 são exploradas, 70% desse corte são da espécie Angélica, Gonfolóbio e Abrótea-da-Primavera.

Ainda para INSEE (2010), mesmo com toda essa superfície terrestre coberta por floresta, a Guiana Francesa ainda é pouco explorada, muito por conta da dispersão das espécies mais apreciadas comercialmente. Problemas de transporte também contribuem para essa pouca exploração, devido à falta de estrutura para o escoamento da madeira extraída, como um porto com calado suficiente para comportar navios de grande porte.

Na Guiana Francesa, existem aproximadamente 210 empresas voltadas para o setor de exploração da madeira, que emprega 900 pessoas. Esse mercado tem crescido nos últimos anos, em decorrência do aumento do preço, principalmente para a madeira de origem de floresta tropical.

No estado do Amapá, a cadeia produtiva da madeira é bem mais desenvolvida que na Guiana Francesa, mesmo sendo o estado mais preservado do território brasileiro. Isso só

ocorre devido à superfície terrestre amapaense ser composta por áreas de proteção ambiental ou terras indígenas. Além disso, as terras destinadas à exploração nem sempre contam com uma adequada infraestrutura para sua exploração.

A abertura da ponte sobre o rio Oiapoque, ocorrida em 18 de março de 2017 (ver Foto 18), poderá criar uma nova cadeia produtiva para o escoamento dos produtos florestais amapaenses (estes últimos permitindo remediar as insuficiências da produção guianense relativamente à demanda local).

Figura 12: Abertura oficial da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, em 18 de março de 2017.



Fonte: Trabalho de Campo (março de 2017).

No Amapá, boa parte da produção arborícola é madeira cortada com casca e destina à produção de celulose – alimentada por florestas plantadas de pino. Essa madeira é cortada e transportada pela BR-156 até o porto de Santana, sendo embarcada com destino ao mercado internacional. Depois da cadeia produtiva mineral, a madeira vem em segundo lugar em exportação no Amapá (mais de 30% do total entre 2006 e 2008) (IBAMA, 2010).

A cadeia produtiva da madeira, na Guiana Francesa, conta com apoio financeiro do estado francês graças ao FEADR (Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural) e ao FEDR (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional), que fazem investimentos na gestão florestal, através da modernização das empresas de exploração florestal e na gestão e de pessoas ligadas ao setor.

Com objetivo de valorizar a produção e a qualidade a Guiana Francesa, a ANF (Agência Nacional de Florestas) procura também respeitar os limites da exploração

sustentável lançando processos de certificações para a floresta guianense. No Amapá, a proteção de suas florestas está diretamente relacionada ao processo de exploração sustentável em relação ao conjunto de florestas divididas e organizadas pelo IBAMA.

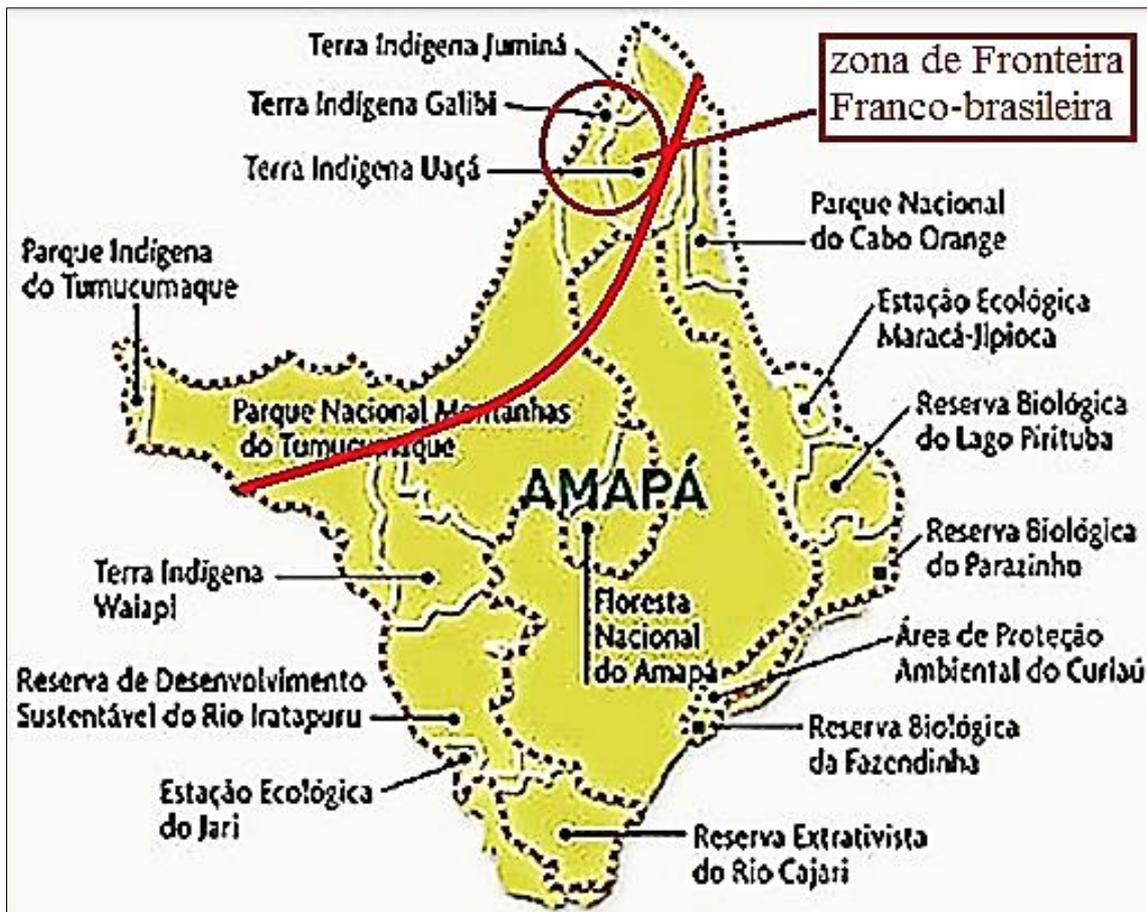
Quadro 14: A gestão das florestas em unidades de conservação no Amapá

I	As florestas nacionais ou FLONAs, que cobrem florestas nativas ou plantadas, têm como objetivo promover a gestão dos recursos naturais por via da valorização de produtos derivados da madeira. O Amapá inclui assim uma FLONA de 412 mil ha em sua parte central, nos territórios dos municípios de Amapá, Ferreira Gomes e Pracuúba.
II	As Reservas de Desenvolvimento Sustentável são áreas abrigando populações tradicionais, cuja existência e meios de subsistência têm como base a exploração dos recursos naturais. Trata-se de garantir uma gestão harmoniosa entre o desenvolvimento econômico das populações e a preservação da natureza. Existe uma reserva em torno do rio Iratapuru, no sudeste do Amapá, cujas populações praticam, dentre outras, a cultura da castanha do Pará;
III	As Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais que permitem às populações extrativistas tradicionais (que se apoiam na colheita dos recursos não-lenhosos da floresta, como os seringueiros, por exemplo) proteger seu modo de vida, respeitando a biodiversidade. Existe uma RESEX no Amapá, no rio Cajari (sul do Estado), que pratica a cultura da castanha do Pará, do açaí e a colheita da seringueira).

Fonte: Elaborado a partir de CEROM (2010).

O Quadro 14 faz um apanhado geral sobre as unidades de conservação e reservas ambientais no Amapá. Essas unidades se relacionam com o estado a partir de seus planos de manejo, que devem estar inseridos em logísticas de desenvolvimento sustentável. O estado deveria amparar as áreas indígenas que estão em território fronteiriço de forma mais efetiva para que o processo de uso da terra atendesse aos interesses das próprias aldeias, oportunizando melhores condições às populações indígenas.

Figura 13: Unidades de Conservação no Amapá.



Fonte: Adaptada de www.google.com.br (acesso em abril de 2017).

Observando a figura acima, pode-se perceber que a zona de fronteira franco-brasileira está dentro das terras indígenas Juminá, Galibi e Uaçá, as quais estão, por sua vez, em território oiapoqueense e se encontram com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que de fato é intocável no que tange à sua exploração. Essas terras são protegidas por legislação ambiental e não podem ser exploradas, a menos que se apresentem plano de manejo. No caso das terras indígenas, somente os próprios índios têm autorização para o uso da terra.

3.1.5 Produção Energia no Amapá e na Guiana Francesa

A produção de energia no Amapá e na Guiana Francesa é imprescindível para o desenvolvimento das duas regiões por fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas, agrícolas, turísticas, sociais, culturais etc., no entanto, essa percepção de desenvolvimento colide com dois obstáculos principais: 1. A realidade do aumento

populacional, que necessita de maior fornecimento de energia para uso doméstico; 2. A falta de recursos financeiros para implementação de uma rede capaz de fornecer essa energia para abastecimento nas duas regiões. No entanto, esse segundo obstáculo também pode estimular a produção de energia renovável na região, como a eólica e o aproveitamento da biomassa abundante na Amazônia.

O estado do Amapá não consegue produzir toda a energia de que precisa para abastecimento em sua totalidade territorial. Muitos municípios não são atendidos pela rede que vem da hidrelétrica de Coaracy Nunes e por isso ficam dependentes da energia termoelétrica. Apesar da recente instalação do linhão, que vem da hidrelétrica de Tucuruí, a realidade de muitos municípios é de um verdadeiro apagão quando há a falta de óleo diesel que abastece as termoelétricas locais. A principal usina térmica, a de Santana, tem uma potência de 135MW. A rede amapaense integrada é administrada pela companhia Eletronorte. Entre 2007 e 2008, o consumo de energia na rede (integrada e não integrada) aumentou 6,7% (CEROM, 2010).

A Guiana Francesa não é interconectada a nenhuma rede oriunda da União Europeia, tendo que produzir o que necessita consumir. Por isso, ela tem a sua rede própria abastecida pela hidrelétrica de Petit Saut, em funcionamento desde 1994, que alimenta a rede do litoral e lá assegura cerca de 70% da produção de energia elétrica com uma potência de 104MW e pelas centrais térmicas diesel, estando a principal situada nas proximidades do porto de Dégrad-des-Cannes, com uma potência de 84MW, associando gásóleo e combustão térmica. Outras centrais estão situadas em áreas isoladas (CEROM, 2010).

Segundo o relatório CEROM (2010) A Guiana francesa consumiu 263.984 toneladas de hidrocarbonetos, dos quais 33% do tipo combustível automotivo, sendo que ela não pode importar esse combustível dos países vizinhos produtores, como Trinidad e Tobago e a Venezuela por normas da EU. Ela é abastecida desde 2007 pela SARA (Sociedade Anônima da Refinaria das Antilhas), que importa o petróleo bruto da Europa do Norte e da Venezuela, e possui vários depósitos na Guiana Francesa.

Os preços dos combustíveis para a produção de energia na Guiana Francesa são estabelecidos pelo próprio estado francês e levam em conta as barreiras logísticas

específicas da Guiana Francesa, mas também, desde setembro de 2010, as variações do preço internacional do bruto.

A Guiana Francesa é dependente de hidrocarboneto externo em cerca de 80% para a produção de energia oriunda dessa fonte energética. Em 2009, por exemplo, essa categoria tinha um peso de 15% no déficit da balança comercial guianense. Em dezembro de 2003, um estudo sísmico efetuado em “Matamata”, ao largo da Guiana Francesa, mostrou uma jazida de hidrocarbonetos de 500 milhões de barris. Uma exploração petrolífera *offshore* está sendo conduzida no sítio de Zaedyus, a 150 km aproximadamente de Caiena, pela empresa Tullow Oil (CEROM, 2010).

Na Guiana Francesa o transporte, a distribuição e a comercialização de hidrocarbonetos são realizados pela *Eléctricité de France* (Eletricidade da França). E grande parte da produção de eletricidade na Guiana Francesa é também produzida pela *Eléctricité de France*, mas a partir de 2000 permitiu a entrada de empresas que também puderam abastecer o mercado interno guianense.

Um dos maiores problemas na Guiana Francesa e no Amapá é o abastecimento energético nas áreas isoladas onde não há o alcance de linhas que abastecem parte do território de ambas regiões. O que ocorre em relação ao abastecimento atual no Amapá é a precariedade nos transportes pelo uso de canoas, o mais comum, e os riscos em caso de pequenos acidentes ambientais e o difícil acesso a localidades isoladas na época da estiagem (agosto a dezembro) o que eleva o preço nesse período.

É possível pensar que o abastecimento das áreas mais isoladas nas duas regiões (Guiana e Amapá) é incipiente, devido à distância dos linhas de energia que estão conectadas às hidrelétricas em seus respectivos países, mesmo que essa perspectiva ainda esteja distante de uma realidade econômica e/ou política que possa efetivá-la. Para isso, uma reflexão deve ser construída no sentido de otimização dos recursos que são mais presentes na realidade amazônica, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 15: Possibilidades energéticas mais próximas das condições naturais na Amazônia.

	Possibilidades	Condições a favor	Condições contrárias
I	Energia hidrelétrica:	É o tipo de energia mais desenvolvida atualmente. A importância da rede hidrográfica no conjunto do planalto oferece boas oportunidades para a instalação de barragens.	A existência de uma estação seca e a ausência de um relevo importante, sendo necessário elevar artificialmente o nível das águas. Além disso, na Guiana Francesa, as grandes barragens hidráulicas provocam a desconfiança depois da experiência da barragem de Petit Saut, pois a inundação de uma zona meândrica em torno da barragem acarretou a emissão de gases de efeito estufa e uma diminuição do estoque de peixes. O Esquema Diretivo de Planejamento e Gestão da Água da Guiana 2010-2015 identificou um forte potencial hidráulico de 206 MW, ou seja, aproximadamente o dobro da Petit Saut.
II	Energia solar:	Apesar de a Guiana Francesa tirar menos partido da luz do sol que os outros Departamentos Franceses Ultramarinos, a indústria solar fotovoltaica possibilitou o fornecimento de energia para diversas áreas isoladas. Mercado em pleno desenvolvimento na França inteira, a energia solar unida à rede poderá representar, na Guiana Francesa, 40MW até 2020. Nesse contexto, vários projetos (para uma potência de 5 a 10MW com mais frequência) conduzidos por operadores independentes estão em estudo.	Quanto ao Brasil, este país ainda domina pouco a tecnologia fotovoltaica, mas poderá se beneficiar da competência guianesa desde que pague por ela, o que torna inviável pelo seu valor. No entanto caso o governo tenha interesse para a sua aplicação essa fonte seria de grande benefício, mas até então não há movimento por parte das autoridades públicas para tal investimento.
III	Energia eólica:	Um potencial foi claramente identificado no Amapá nas ilhas do distrito do Bailique, que poderia abastecer o próprio distrito e as comunidades vizinhas.	Há pouco potencial na Guiana Francesa, exceto no litoral (vento fraco, mas regular).
IV	Biomassa:	É a energia cujo potencial é o mais importante. Na realidade, a Guiana Francesa e o Amapá oferecem resíduos lenhosos (resultados dos desmatamentos agrícolas, as serragens), possibilidade de desmatar parcialmente ou plantar florestas de vocação energética.	Um problema que poderá ser e recorrente é justamente o desmatamento ilegal para o abastecimento desse tipo de fonte energética o que poderá comprometer o meio ambiente para os dois lados.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CEROM (2010).

Pela análise dos dados do Quadro 15, é possível perceber que as energias hidráulicas e solares apresentam o inconveniente de não poderem ser mobilizáveis a qualquer momento, ao contrário da biomassa. Assim, o equipamento elétrico das áreas isoladas deverá combinar energia renovável e térmica (diesel). A título de ilustração, a central híbrida solar-diesel de Kaw é a maior de área isolada da França (CEROM, 2010).

Alguns projetos estão sendo desenvolvidos no Amapá e na Guiana Francesa para evitar panes e acidentes causados por falta de segurança energética, como se percebe no seguinte quadro:

Quadro 16: Problemática comum da interconexão energética na Guiana Francesa e no Amapá.

I	Falta de uma conexão entre a rede guianense e a surinamesa (ao menos para impedir as faltas de energia no Oeste guianês);
II	Uma conexão amapaense (e amazônica) mais eficiente ao restante do Brasil por via da linha do Tucuri (barragem hidrelétrica, localizada no Estado do Pará);
III	Uma interconexão entre as redes guianense e amapaense poderá ser uma boa alternativa, mas necessita, antes de tudo, prolongar as linhas elétricas nacionais até a fronteira. Esse prolongamento responderá a uma tripla necessidade: segurança no abastecimento de energia, transição para uma energia menos cara e mais “verde” e infraestruturas próprias para desenvolver a indústria (atividades econômicas poderão ser implantadas em torno da ponte sobre o Oiapoque, por exemplo).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CEROM (2010).

A partir das análises feitas no quadro 16 seria possível uma melhora significativa no setor energético para o desenvolvimento econômico do território fronteiriço franco-brasileiro em questão, mais precisamente entre o Amapá e a Guiana Francesa.

3.1.6 Abastecimento de água e saneamento no Amapá e na Guiana Francesa

No Amapá e na Guiana Francesa, existe um vasto reservatório de água, graças ao clima que predomina na região – intertropical – e à acessibilidade aos mananciais e aos rios da Amazônia. O processo de tratamento e distribuição da água no Amapá e na Guiana Francesa é administrado pelo estado. No Amapá pela CAESA (Companhia de Água e Esgoto do Amapá) e na Guiana Francesa (SGDE), por meio da Société Guyanaise des Eaux que, em Caiena, tem mais de 1.620 km de canalização; enquanto no Amapá a CAESA dispõe de pouco mais de 797 km de canalização até 2006 – momento em que tinha que suprir a necessidade de uma população três vezes maior (CEROM, 2010). Até 2010 65,4% da população do Amapá era coberta pela rede de água da CAESA, enquanto que na Guiana Francesa eram 81,3% daquela população que desfrutava dessa conexão.

Para CEROM (2010), no Amapá existe uma qualidade maior que na Guiana Francesa, em relação às canalizações e à da rede de distribuição. A taxa de rendimento em 2008, no Amapá, era de 90%; enquanto que na Guiana Francesa era de 68% (55,6 milhões de m³ consumidos para 61,8 distribuídos no Amapá, contra 10,6 milhões de m³ consumidos para 15,5 distribuídos na Guiana Francesa).

No caso do saneamento básico, ele é visivelmente menos desenvolvido nos dois territórios. Tanto na Guiana Francesa como no Amapá, há uma pequena parcela da população conectada à rede de esgotos. Segundo CEROM (2010), somente 4,5% da população no Amapá está ligada as redes de esgotos. Na Guiana Francesa, esse número chega a 37%. De 2010 até 2017 não houve no Amapá nenhuma obra de alargamento de extensão dessa rede, ou seja, as obras estão paradas e nada faz o Poder Público.

3.1.7 O setor de Transportes

No Amapá, o setor de transporte é de extrema carência e de altos preços, com uma rede que se configura da seguinte forma:

Quadro 17: Rede de transportes no Amapá

	Setor	Organização
I	Transporte aéreo	Além dos pequenos aeroportos nacionais, como no Oiapoque, o transporte aéreo ocorre pelo aeroporto internacional de Macapá os principais principalmente voos domésticos para o estado do Pará e para as cidades do Centro Sul do Brasil. O aeroporto internacional de Macapá recebeu 563.448 passageiros em 2016.
II	Transporte rodoviário	É bastante precário. A rodovia BR-156, entre Laranjal do Jari e Oiapoque, representa o eixo principal de comunicação. Essa ligação é antiga construída pelo primeiro governador do TFA (Território Federal do amapá), Janary Gentil Nunes, na década de 1940 e nunca foi asfaltada na sua totalidade. Ela tem uma extensão de 964 km e ainda não foi asfaltada num trecho dos últimos 120 km, antes de Oiapoque. A BR-210 que deveria ligar Macapá ao Estado vizinho de Roraima, segundo o eixo leste-oeste, ficou apenas no projeto. Não há ponte entre o Amapá e o Estado do Pará, do outro lado do rio Amazonas.
III	Transporte marítimo	É centrado em torno da ponte de Santana, situada a 25 km de Macapá, no estuário do rio Amazonas. É por este último que transita a grande maioria das importações e exportações do Estado (a carga aérea é marginal). O comércio em Macapá é importante em razão dos intercâmbios comerciais com o porto de Belém, o Porto de Santana é importante para as exportações de minérios, em 2007, o tráfego total de minérios chegava a 1,4 milhões de toneladas. Os rios Amazonas e Jari, no sudoeste do Estado, são vias de navegação fluvial importantes.

Fonte: produzido pelo autor a partir de CEROM (2010).

Na Guiana Francesa, os transportes representaram, em 2014, 5,4% do valor agregado. Este setor concentra boa parte das sociedades unipessoais³⁵, sendo organizados da forma a seguir:

³⁵ As sociedades unipessoais compreendem tipo jurídico inexistente formalmente no ordenamento jurídico brasileiro, mas presente em legislações comerciais de outros países, como a França, Espanha, Itália, Dinamarca, Chile e Portugal, dentre outros, cada qual com sua denominação própria.

Quadro 18: Rede de transportes na Guiana Francesa

	Setor	Organização
I	Transporte aéreo	Ocorre principalmente a partir o aeroporto internacional de Caiena Rochambeau, que recebeu 423.849 passageiros em 2010. Essa boa cifra, em alta em relação aos dois anos anteriores, explica-se particularmente pelo fim do monopólio da companhia nacional no trecho Caiena-Paris, que representa mais da metade do tráfego. O aeroporto propõe igualmente voos para as Antilhas e o Brasil (voos diários). Existem também voos domésticos para aeródromos de pequenos municípios do interior, que têm pouco ou quase nenhum meio de comunicação.
II	Transporte rodoviário	Marcado por vários obstáculos: capacidade limitada e vetusta das pontes (frequentemente pontes com faixa única, necessitando obras regulares, como é o caso da ponte do Larivot sobre o rio de Caiena); Há uma ponte que liga a Guiana Francesa ao Brasil (Ponte Binacional), aberta parcialmente para veículos de passeio. As ligações rodoviárias principais estão situadas no litoral (Saint-Georges/Saint-Laurent du Maroni), às quais se acrescentam estradas ou pistas anexas para servir aos municípios isolados.
III	Transporte marítimo	É caracterizado por duas linhas regulares principais: uma linha oceânica – Europa/Guiana Francesa/Brasil, e outra Guianas Antilhas/Trinidad/Guiana. A infraestrutura portuária está organizada em torno do porto de comércio principal, Dégrad-des-Cannes, situado não muito distante de Caiena, pelo qual transita a quase totalidade do comércio exterior, e portos anexos (Kourou, Saint-Laurent Du Maroni, centro de Caiena). Não obstante, o canal de acesso à ponte de Dégrad-des-Cannes tem uma profundidade limitada a 3,7 metros, sendo constantemente ameaçado pelo assoreamento, tornando-o pouco praticável e caro. Em 2007, as exportações e importações representaram 0,62 milhões de toneladas.
IV	Transporte fluvial	Ocorre principalmente no oeste da Guiana Francesa, sobre o rio Maroni, evitando a carestia do tráfego aéreo e a ausência de ligação rodoviária até Mariapasoula. Além disso, os <i>ferrys boats</i> ³⁶ asseguram as travessias fronteiriças.

Fonte: Adaptado de CEROM (2010).

³⁶Navio especialmente utilizado para o transporte de automóveis, trens e outros veículos e passageiros (<https://www.priberam.pt/dlpo/ferryboat>) [consultado em 05-05-2017].

Na Guiana Francesa, os transportes são considerados caros em razão dos altos preços dos combustíveis, devido às logísticas internas e externas que não permitem a diminuição desses valores, conforme CEROM (2010).

Considerado um grande desafio para as duas regiões, o setor de transportes é o grande responsável pelos intercâmbios comerciais, relacionado ao comércio exterior, à exportação de produtos agrícolas, às atividades relacionadas ao turismo e melhoria na qualidade de serviços e preços das empresas que dependem diretamente do preço do frete de mercadorias alinhadas ao setor. Isso iria contribuir diretamente para o aumento do poder de compras das famílias inseridas diretamente na zona de fronteira franco-brasileira (Oiapoque-Guiana Francesa), em especial para os guianenses, que se deslocam para a cidade de Oiapoque para comprar produtos mais baratos, os quais, por sua vez, são vendidos na própria Guiana Francesa. Tal movimento comercial se dá também em relação aos moradores de Oiapoque, que compram mercadorias com preços considerados exorbitantes, principalmente na época dos atoleiros no trecho sem asfaltamento da BR-156.

3.1.8 Setor do turismo no Amapá e na Guiana Francesa

Por estarem localizados na mesma região da Amazônia, o Amapá e a Guiana Francesa praticamente têm as mesmas características em relação ao potencial turístico com uma variedade de ecossistemas, como a foz do rio Amazonas no Amapá, com praias propícias para o ecoturismo. Porém, tal setor é muito pouco desenvolvido no Amapá com uma representação em seu PIB de 2,4% (2010), assim como na Guiana Francesa, cuja rede hoteleira soma 1,8% do valor agregado (CEROM, 2010).

Para CEROM (2010), o tráfego de passageiros na Guiana Francesa aumentou para 5,8% em 2010 em relação ao ano anterior. O número de diárias em hotéis (2010) progrediu para 23,1% em relação a 2009. Mesmo com o aumento dos números, a Guiana Francesa também tem um turismo pouco explorado.

O estado do Amapá teve em 2010 a visita de 30.639 pessoas, segundo a Secretaria de Turismo: um percentual considerado muito baixo se comparado ao turismo no Brasil. Desse total de visitantes, 7,9% eram estrangeiros (2,3% guianenses, o que representa o primeiro mercado não-brasileiro). Assim, o Amapá parece deparar-se com o mesmo problema que a Guiana Francesa: não transmite a imagem de destinação para turismo de descanso e descoberta (CEROM, 2010).

Outro fator importante é que em 2010 a clientela dos hotéis em visita a Macapá, somente 7,8% das hospedagens era a passeio, o restante estava em visita por questões de trabalho, segundo a Secretaria de Turismo.

3.2 – A geopolítica e a fronteira-rede

É inegável a necessidade de uma análise geopolítica da fronteira franco-amapaense, visto que a construção da condição fronteiriça seguiu este movimento. Na geografia e nos cursos de relações internacionais é onde mais se discute, do ponto de vista acadêmico, as questões referentes à geopolítica. Há, principalmente no âmbito do senso comum, uma confusão entre geopolítica e geografia política, expressões constantemente empregadas como sinônimos.

Como as relações internacionais também são fruto de análise da Geografia, a base teórica dessa disciplina orientou as proposições deste trabalho. A geografia política foi forjada na Alemanha, no contexto da unificação do país. Neste processo, a obra de Friederich Ratzel é essencial para se compreender o expansionismo alemão e para legitimar as próprias ações do Estado.

O determinismo geográfico, elaborado e defendido por Ratzel, emerge como elemento fundamental no movimento de afirmação da Geografia Política. Nesse sentido, Silva (1984) afirma que a teoria ratzeliana, fortemente influenciada pelo evolucionismo de Charles Darwin, pautou-se no próprio contexto de atraso social e econômico vivido pela Alemanha em relação às potências europeias.

Ratzel, portanto, apresenta as bases da geografia política dentro do movimento do Pangermanismo, fornecendo os pilares da compreensão geográfica do Estado (FONTOURA, 2001). Nesse movimento inicial, o teórico utiliza princípios das ciências naturais, evidenciando sua orientação evolucionista, mas também advoga a tese de um Estado centralizador.

A geografia política que nasce em Ratzel é essencialmente pautada na categoria território, ou seja, nas relações de poder estabelecidas no espaço, o que sugere um grau de importância e de significado assumido pela política na análise geográfica. A partir do debate do determinismo geográfico, novas proposições surgiram acerca da geografia política, segundo Fontoura (2001), com novas correntes de pensamento, uma delas

nomeada de geopolítica, que está orientada para a análise das ações do Estado, implicando, assim, num reducionismo.

O termo *geopolítica* foi empregado inicialmente por Kjellén, no início do século XX, vinculado à ciência política e, segundo Becker (2004), fortemente ligado à ideia do expansionismo nacional e ao determinismo geográfico, portanto, ainda calcada nas reflexões de Friederich Ratzel. Haushofer foi quem popularizou o termo criado por Kjellén, em função de sua ligação com o Nazismo, chegando a criar inclusive a Revista de Geopolítica, que circulava Alemanha no contexto do nazismo de Hitler (VESENTINI, 1987). O contexto da primeira e da segunda guerra mundial, junto com o fundamento do imperialismo, foi extremamente importante para disseminar o emprego da geopolítica, que se refere às estratégias adotadas pelos países no sistema-mundo. Mesmo sendo bastante atrelada à discussão dos Estados Nacionais, e isso ficou bem nítido na proposta de Ratzel, não se pode reduzir a geopolítica à ação dos Estados.

3.3 – Fixos e Fluxos: a Ponte Binacional e a conjuntura atual da condição fronteiriça

Para se entender a lógica atual do processo de produção da condição fronteiriça, sem perder de vista o foco das dinâmicas territoriais na fronteira franco-brasileira, é preciso buscar um elo entre a dinâmica dos fluxos e dos fixos, em função de um movimento próprio da fronteira. Esse elo é a abordagem da rede de proximidade relativa e da rede de proximidade territorial (LENCIONE, 2006), ou ainda as horizontalidades e as verticalidades (SANTOS, 2002).

A ideia da rede de proximidade territorial explica-se pela presença de redes materiais, como a circulação:

A rede de proximidade territorial é formada por redes materiais, como a de circulação. Nesse caso, das redes de circulação, devemos atentar para o fato de que quando falamos em redes materiais estamos nos referindo apenas às redes de transporte viários, pois não podemos incluir a rede de circulação aérea porque essa rede só se materializa nos aeroportos. [...] É a dimensão dessas redes e a capacidade de sua fluidez que redimensionam a distância entre os lugares (LENCIONE, 2006, p. 70).

Já a ideia da rede de proximidade relativa expressa as redes imateriais, como as de fluxos de informação:

A rede de proximidade relativa diz respeito às redes imateriais, como a rede de informação e comunicação, que, não se pode esquecer, requerem infraestrutura

material, como os cabos de fibra ótica implantados sobre o solo. As redes imateriais permitem que o que está territorialmente distante fique próximo e, nesse sentido, a rede proporciona uma aproximação (LENCIONE, 2006, p. 71).

Analisando as proposições de Lencione (2006), compreende-se que a ideia da rede de proximidade territorial vai ao encontro da noção de horizontalidade (SANTOS, 2002), ao passo que a rede de proximidade relativa encaminha-se à verticalidade (SANTOS, 2002). Portanto, as terminologias propostas por Santos e Lencione são distintas; entretanto, a essência verificada em ambos os processos é a mesma, pois relacionam teoria e prática.

O recorte das horizontalidades e verticalidades se mostra essencial para entendermos a compreensão da construção da fronteira no recorte histórico da contemporaneidade. Nesse caso, temos,

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas (SANTOS, 2002, p. 192).

O argumento teórico das horizontalidades e verticalidades, fixos e fluxos e da rede de proximidade territorial e relativa favorecem a análise dos usos clássicos da *fronteira*, que começam a aparecer na Antiguidade Clássica como práticas das sociedades rurais que limitavam suas propriedades ao extremo, admitindo-se a fronteira como limite. Nessa perspectiva, ir além seria arriscar-se ao desconhecido. O termo *fronteira* vem de *front* (frente) – ideia designada na Idade Média (século XIII) como limite temporário entre os exércitos em combate (FEBVRE, 1962 *apud* ARBARET-CHULZ, 2004).

Na Idade Moderna, a fronteira é símbolo da soberania dos reis, quando estes impunham o seu poder dentro dos limites territoriais de seus estados, tentando avançar e dominar territórios vizinhos. Entre os séculos XVI e o XIX, a necessidade de demarcação territorial impôs traços mais exatos entre as nações, a partir da Paz de Westphalia³⁷.

Para Foucher (1986), a noção de fronteira está relacionada ao limite internacional. Com o aparecimento da linha de fronteira (limites internacionais) e o progresso do pensamento moderno de território, houve um acompanhamento da linha aos

³⁷ O tratado de Westphalia impôs a paz na Guerra dos Trinta anos entre Holanda e a Espanha (1618-1648). Este tratado ficou marcado pelo sistema laico das relações internacionais entre as nações modernas, que reconheceu explicitamente uma sociedade de estado fundada no princípio da soberania territorial (VESENTINI, 2002).

aperfeiçoamentos da cartografia e da evolução das estratégias militares. Já para Silva (2014), a fronteira é um perímetro instaurado por um poder cujo projeto político é de afirmar e distinguir-se das outras entidades territoriais corroborando com a ideia de Meira Matos (1975) sobre a distinção do “Meu do Teu”, quando se refere dos domínios territoriais às margens dos estados nacionais.

Atualmente, o documento que normatiza a faixa de fronteira brasileira é a lei ordinária nº 6.634, criada no governo de João Baptista Figueiredo, em 1979, que determina a faixa de 150 km do Conselho de Segurança Nacional, com exceção dos atos presentes no Quadro 01.

Quadro 19: Concessões de uso de faixa de fronteira

I	Alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, destinados a serviços de radiodifusão de sons ou de radiodifusão de sons e imagens.
II	Construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso.
III	Estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto pelo Poder Executivo.
IV	Instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades: a) Pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aquelas de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração; b) Colonização e loteamentos rurais.
V	Transações com imóveis rurais, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, de domínio, posse ou qualquer direito real sobre o imóvel.
VI	Participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre o imóvel rural.

Fonte: Adaptado de Silva (2014).

Na análise de Porto e Santos (2013), os velhos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa apontam para uma fronteira de separação. A militarização da Amazônia setecentista, através de seu processo de fortificação, e os tratados de limites impostos no período colonial brasileiro serviram à metrópole portuguesa como pontos estratégicos à proteção, à ocupação e à exploração das potencialidades econômicas das terras amapaenses.

No século XVIII, a indeterminação fronteiriça franco-brasileira gerou uma série de litígios e conflitos. O Tratado Provisional (1700) determinava a neutralidade da região e proibia os usos políticos, econômicos e de ocupação do território. O Tratado de Utrecht (1713), que determinava o rio Oiapoque como o mesmo rio Vicente Pinzon, legitimava a

ocupação portuguesa nas terras contestadas pela França, mas não foi respeitado. A definição da questão amapaense só foi dada pelo Tratado de Berna (1900), após os conflitos ocorridos na Vila do Espírito Santo do Amapá (1895).

A criação do Território Federal do Amapá (1943) como um novo ente federativo (PORTO, 2007) inserido no contexto da Segunda Grande Guerra (1939-1945), e alinhado à política estratégica de cooperação aos EUA, mantém a condição fronteiriça franco-brasileira como sentido de separação.

Quanto aos novos usos da fronteira, Jesop (2004) considera que, no reordenamento dos Estados Nacionais, no contexto da globalização, ocorre uma relativização das escalas de estudos para as áreas de fronteiras entre os países fronteiriços, no que tange às questões como as hierarquias engendradas à diversidade das suas temporalidades e espacialidades de tensões e contradições existentes entre a realidade local e o exercício da soberania. Tais escalas podem ser observadas no Quadro a seguir:

Quadro 20: Escalas de estudos para as áreas de fronteiras

I	Meio técnico-científico-informacional (telecomunicações e informática).
II	Proliferação de planos de ação e estratégias (empresas e/ou corporações transnacionais ou nacionais).
III	Implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais (IIRSA ³⁸ ; UNASUL ³⁹ ; OTCA ⁴⁰ ; MERCOSUL ⁴¹).
IV	Integração da malha rodoviária e hidroviária (rodovias, pontes e portos).
V	Diplomacia e normatização dos movimentos migratórios e pendulares (carta de circulação).

Fonte: Adaptado de Silva (2014).

Para Silva (2014), os novos usos políticos territoriais da fronteira franco-brasileira são um desafio essencial aos programas de cooperação transfronteiriça e ao desenvolvimento de projetos concordantes aos dois países, tanto nas condições de estruturação de melhoria das condições das pessoas que vivem na faixa fronteiriça quanto nos termos de simplificação dos acordos entre os atores políticos.

O MERCOSUL estabelece uma integração, inicialmente, econômica configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio e política comercial comum

³⁸ IIRSA: Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana.

³⁹ UNASUL: União das Nações Sul-americanas.

⁴⁰ OTCA: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

⁴¹ MERCOSUL: Mercado Comum do Sul.

entre os países-membros. Situados todos na América do Sul, sendo atualmente cinco membros plenos, o mais importante é o Brasil, no seio do qual desempenha um papel bastante ativo desde sua criação em 1995. Os outros membros são: Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – implementada em 1995 e reunindo a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a República Cooperativa da Guiana, o Peru, o Suriname e a Venezuela – tem o objetivo de promover uma ação concertada nas áreas da preservação da floresta amazônica e a gestão dos recursos naturais. As relações estabelecidas no âmbito dessa organização permitem ao Amapá a troca de ideias e expertises em matéria ambiental com seus vizinhos amazônicos.

A UNASUL – União das Nações Sul-Americanas –, criada oficialmente em 23 de maio de 2008, em Brasília, que reúne os doze países da América do Sul, é composta de uma Secretaria permanente e um Parlamento sediado na Bolívia.

O Brasil participa da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA (2000), coordenada pelos governos sul-americanos, com o objetivo de desenvolver as infraestruturas de transportes, energia e comunicações no continente. Os projetos implementados são financiados por governos, setor privado e instituições financeiras multilaterais (Corporação Andina de Fomento, Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata e Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O Amapá se beneficia diretamente desta iniciativa, através do projeto tri-nacional (Brasil, República Cooperativa da Guiana e Suriname), que visa à melhoria da estrada de Georgetown-Albina e da estrada de Macapá a Oiapoque (trecho Ferreira Gomes-Oiapoque). O desejo do Brasil de promover a integração regional manifesta-se também através da construção de pontes binacionais com a maioria dos países fronteiriços: Paraguai (1965), Argentina (1985), Peru (2005), República Cooperativa da Guiana (2009), Bolívia (2010) e França (inaugurada no primeiro semestre deste ano).

Durante muito tempo, essencialmente voltada para a França continental, a Guiana Francesa tem cada vez mais desenvolvido relações com os Estados vizinhos. Comissões mistas transfronteiriças ocorrem regularmente entre a Guiana Francesa e o Suriname, e entre a Guiana Francesa e o Brasil. Em maio de 2010, uma reunião de preparação para a criação de uma possível comissão mista internacional ocorreu entre a França e a República

Cooperativa da Guiana, em Georgetown. Essa preparação reflete a intensificação das relações de cooperação entre a Guiana Francesa e a República Cooperativa da Guiana.

A inserção regional da Guiana Francesa é favorecida pela implantação de novos dispositivos financeiros. Desde 2001, a Guiana Francesa dispõe de seu próprio Fundo de Cooperação Regional (FCR). Antes, ela se beneficiava de um fundo comum com as Antilhas francesas, o Fundo Interministerial de Cooperação (FIC). O FIC, gerido pela Prefeitura, é alimentado por fundos do Estado, mas pode também receber doações do Conselho Regional, do Conselho Geral ou de outras coletividades ou organismos. Esse fundo co-financia ainda projetos sob a forma de subvenções contanto que um parceiro estrangeiro seja claramente identificado. As subvenções depositadas no âmbito do FCR chegaram a € 4,5 milhões no período de 2000-2006 e € 2,2 milhões já depositados no período de 2007-2010.

A União Europeia implementou dois programas apoiando financeiramente projetos que contribuem para a inserção regional da Guiana Francesa:

Quadro 21: Projetos de inserção regional da Guiana Francesa

Programas	Financiamentos
<p>Interreg. É uma série de cinco programas para estimular a cooperação entre as regiões da União Europeia, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. O primeiro Interreg teve início em 1989. Interreg IV abrangeu o período 2007-2013. Interreg V (2014-2020) abrange todos os 28 Estados-Membros da UE, 3 países da EFTA participantes (Noruega, Suíça, Lichtenstein), 6 países aderentes e 18 países vizinhos. Tem um orçamento de 10,1 mil milhões de euros, o que representa 2,8% do total do orçamento da política de coesão europeia. Uma vez que os países não membros da UE não pagam taxas de adesão à UE, contribuem diretamente para a Interreg, e não através do FEDER.</p>	<p>Este programa, cuja autoridade de gestão é o Conselho regional da Guadalupe, é dotado de um orçamento de aproximadamente € 63 milhões, dos quais 75% provêm do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), sendo o restante constituído por contrapartidas nacionais e regionais.</p>
<p>POA: Programa Operacional Amazônia: Em 27 de Março de 2008, a Comissão Europeia aprovou o Programa Operacional «Amazônia» de intervenção comunitária do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao abrigo do objetivo de cooperação territorial europeia, em França, com a parceria do Brasil e do Suriname. O custo total do programa é de 17,1 milhões de euros, aos quais vem adicionar-se a participação financeira do Suriname e do Brasil. O montante máximo da contribuição do FEDER para este programa operacional eleva-se a 12,8 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de co-financiamento de 75% e incide sobre a Guiana. Neste programa de cooperação, os países e regiões terceiros parceiros são o Suriname e os estados amazônicos brasileiros do Amapá, do Pará e do Amazonas. Procurar-se-á uma articulação com o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e o Instrumento de Financiamento à Cooperação e ao Desenvolvimento (IFCD).</p>	<p>Primeiro programa de cooperação transfronteiriça para o espaço Guiana Francesa – Suriname – Brasil (Amapá, Amazonas e Pará). Este programa de cooperação, cuja autoridade de gestão é o Conselho Regional da Guiana Francesa, é dotado de um orçamento de € 17 milhões para o período de 2007-2013, dos quais 75% são da responsabilidade do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), sendo o restante concedido pelo Conselho Regional, o Estado, o Conselho Geral e o CNES.</p>

Fonte: Adaptação de CEROM (2010).

Estado federado brasileiro, o Amapá tem direito ao dispositivo de ajuda pública ao desenvolvimento. Os principais investidores no Amapá são o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Banco Mundial concedeu ao Amapá um empréstimo de 4,8 milhões de dólares para a realização do projeto “Comunidades Duráveis no Amapá”, que combate a pobreza urbana e rural. Este projeto divide-se em quatro partes: 1) Desenvolvimento urbano e comunitário; 2) Crédito individual rural e urbano; 3) Comunidade rural; e 4) Gestão participativa e técnicas complementares. Desde 2006, o montante desembolsado chega a 70% da totalidade do empréstimo.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento deverá participar do financiamento de três projetos no Amapá. O montante dos empréstimos foi definido, mas o Governo Federal ainda não deu sua autorização para a aprovação dos mesmos:

- Um projeto visando à melhoria da qualidade ambiental urbana do Amapá particularmente nos principais municípios do Estado: Macapá, Santana e Laranjal do Jari (saneamento e habitação urbana). O montante do empréstimo deverá aproximar-se dos US\$ 21 milhões;
- Um projeto visando à modernização do sistema de arrecadamento de impostos. O empréstimo deverá chegar a US\$ 7 milhões;
- Um projeto voltado para o fortalecimento institucional e a construção de infraestruturas turísticas no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Um empréstimo de aproximadamente US\$ 150 milhões deverá ser concedido.

Região Ultra Periférica (RUP), a Guiana Francesa beneficia de ajudas financeiras da União Europeia. A este título, no período de 2000-2006, a Guiana Francesa recebeu € 389,6 milhões (Documento Único de Programação). € 485,8 milhões foram programados para o período de 2007-2013, distribuídos em cinco programas:

- O PO FEDER: Programa Operacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;
- O PO FEP: Programa Operacional do Fundo Europeu para as Pescas e Aquicultura;
- O PO FEADER: Programa de Desenvolvimento Rural do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural;
- O FSE: Fundo Social Europeu;

- O PO Amazônia: Programa Operacional Amazônia relativo ao espaço de cooperação Guiana Francesa-Suriname-Brasil.

Os diversos fundos atribuídos pela Europa têm como objetivo apoiar a Guiana Francesa a lançar três desafios importantes: acelerar o desenvolvimento econômico e visar competitividade, favorecendo a dinâmica do emprego e promovendo a inserção social, dando continuidade à organização do território para desenvolver sua atividade.

A avaliação do comércio exterior é diferente para os dois territórios. Na Guiana Francesa, o comércio exterior compreende o conjunto das relações comerciais com o exterior da Guiana Francesa (incluindo com o restante da França), enquanto para o Amapá ele compreende somente os intercâmbios comerciais com o exterior (não incluindo os intercâmbios comerciais com o restante do Brasil).

Além de a Guiana Francesa importar 13 vezes mais que o Amapá, ela exporta três vezes menos. As importações são muito diversificadas nos dois territórios, mas no Amapá elas servem essencialmente para a produção, enquanto na Guiana Francesa, a parte destinada ao consumo final é maior.

No tocante às exportações, o ouro representa a mesma proporção para os dois territórios (44%), mas isso se mostra a única semelhança. Na realidade, as outras exportações do Amapá provêm quase todas de atividades de produção, enquanto isso não é o caso na Guiana Francesa, com pouco mais de 7%.

O restante das exportações guianenses vem do envio de containers vazios (35%), mas também da reexportação de equipamentos para a construção civil e outros veículos, até mesmo navios (8%), tendo ainda valor comercial.

3.4 A condição fronteiriça Brasil-França no século XXI

Os novos usos político-territoriais e os cenários contemporâneos mundiais inseridos na região fronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa impuseram novas perspectivas ao espaço franco-brasileiro. As relações internacionais associadas ao território se articulam como reguladores das ações políticas e sociais aplicadas ao meio. Esse novo cenário impele modificações e acepções de afinamento de discursos unilaterais que se apropriam do próprio espaço.

A condição fronteiriça franco-brasileira remete às disputas territoriais no período colonial, remontando a suas origens de formação histórica, seu processo de formação econômica, considerando ainda as intenções francesas, inglesas e holandesas sobre a região. Por isso, esse processo de construção da condição fronteiriça deve ser observado levando em conta a criação dos territórios federais, a partir de 1905, quando foi criado o Território Federal do Acre.

Embora não previsto pela constituição de 24 de fevereiro de 1891, a criação do Território Federal do Acre foi consequência das disputas territoriais pela exploração gomífera na região boliviana, que foi anexada ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis (1903). O TFA (Território federal do Amapá), criado em 1943, e associado ao contexto da segunda guerra mundial, também foi norteador para a compreensão da condição fronteiriça como estratégica ao serviço da defesa nacional (PORTO, 2015).

Para Santos (1998), a criação dos territórios federais em 1943 – Amapá (fronteira com a Guiana Francesa e Suriname); Rio Branco (atual Roraima fronteira com a Venezuela e a ex-Guiana Inglesa); Guaporé (atual Rondônia, fronteira com a Bolívia), Ponta Porã (fronteira com a Bolívia) e Iguazu (fronteira com o Paraguai e Argentina) – seguiu a lógica de regiões periféricas, que precisavam ser desmembradas do Estado que revelasse incapacidade financeira para administrá-las e assim promover o desenvolvimento.

Dessa forma, Porto (2015) entende o processo de criação dos TFA como o primeiro passo em direção à mudança da condição da fronteira franco-brasileira, vista inicialmente como periférica, mas, no contexto da segunda guerra mundial, passaria a ser também estratégica.

Na década de 1990, com a mudança do cenário mundial – a partir do colapso do mundo socialista na Europa e o advento da globalização –, surgem novas perspectivas das relações econômicas mundiais, que forçam a mudança das políticas dos estados nacionais em direção ao estreitamento das relações comerciais. Dessa forma, o Brasil, no governo Fernando Collor de Melo, abre os mercados à lógica neoliberal e o estado brasileiro mergulha nos ditames do mundo globalizado, unindo-se a Argentina, Uruguai e Paraguai na fundação do MERCOSUL, em 1991 (BARROS, 2000).

Na visão de Silva (2014), a cooperação transfronteiriça entre o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa e o estado do Amapá começou localmente em 1996, na gestão do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, na tentativa de promoção internacional das potencialidades do município do Oiapoque e do próprio estado do Amapá.

Naquela ocasião, por intervenção do citado governador do Amapá junto ao Ministério das Relações Exteriores, a sua vinculação com o presidente Fernando Henrique Cardoso junto às autoridades francesas, tais como o próprio presidente da França Jacques Chirac, deram sinal positivo ao processo de cooperação transfronteiriça. Ainda em 1996 foi celebrado o Acordo-Quadro entre os dois países, sendo aprovado e promulgado pelo Congresso Nacional Brasileiro o Sistema de Cooperação Econômica Brasil-França, em que ambos se comprometeram a incentivar as políticas de desenvolvimento econômico, cultural, científico, tecnológico inseridas no *locus* do território fronteiriço (SILVA, 2014).

Quadro 22: Histórico das relações de aproximação entre o Amapá e a Guiana Francesa (1996-2008).

ANO	AÇÕES
1996	Celebrado em Paris o Acordo-quadro de Cooperação entre Brasil e França; Primeiro encontro transfronteiriço em Saint Georges de L'Oyapoque (Guiana Francesa)
1997	Aprovado pelo Congresso Nacional do Brasil o Acordo-quadro de Cooperação por meio do Decreto Legislativo nº 5 em 28 de janeiro; Promulgado, no dia 08 de abril, o decreto 2.200/MRE, que instituiu o Acordo-quadro de Cooperação; Inicia-se no Amapá a Rodada Internacional de Negócios, que tinha como um de seus objetivos aproximar empresas amapaenses às do Platô das Guianas..
1998	Reunião em Paris da comissão Franco-brasileira, nas áreas científica, técnica e cultural, em que o estado do Amapá aparece como integrante da cooperação com a Guiana Francesa; Reunião em Brasília da comissão Franco-brasileira nas áreas científica, técnica e cultural, visando permitir ao governo do estado do Amapá manter e intensificar as ações de cooperação com França e Guiana Francesa, avaliando as ações de cooperação transfronteiriça.
1999	Realizada em Caiena a segunda consulta transfronteiriça; Missão oficial do governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe, à Europa (Bélgica, Inglaterra e França) com objetivo também de intensificar a cooperação transfronteiriça.
2000	Implementada a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana, IIRSA, que coloca a construção da ponte binacional franco-brasileira, a pavimentação da rodovia BR-156 e o porto de Santana/AP, como necessários à integração de mercados no norte da América do Sul.
2001	É instituída a Comissão Bilateral relativa ao projeto de construção da ponte binacional.
2002	Realizada a terceira consulta transfronteiriça em Macapá; Assinatura em Brasília, pelo Poder Executivo, do Decreto nº 4.373 para a construção da ponte binacional.
2004	Destinados R\$ 24,9 milhões pelo PPA 2004/2007 para a construção da ponte binacional, bem como R\$ 252,3 milhões para a pavimentação asfáltica de trecho da BR-156.
2005	Ano do Brasil na França. Nesta oportunidade, estiveram presentes na França o presidente Lula e o governador do Amapá, Waldez Góes, com objetivo também de dinamizar os acordos de cooperação transfronteiriça. Naquele evento foi fechado o acordo de construção da ponte binacional.
2006	Autorização da Assembleia Nacional Francesa para a construção da ponte binacional; Reunião de cooperação em matéria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
2007	Promulgado o acordo de cooperação para a construção da ponte binacional, inicialmente elaborado no dia 15 de julho de 2005; Encontro entre os dias 15 e 17 de janeiro com representantes da Guiana Francesa e de vários representantes de secretarias do estado Amapá; Encontro no dia 18 de janeiro com o presidente da Câmara do Oiapoque
2008	Início em fevereiro da revisão do Acordo-quadro de cooperação após a visita do presidente Nicolas Sarkozy e Lula nas cidades de Oiapoque e Saint-Georges de L'Oyapock.

Fonte: Adaptado de Silva (2014).

Entre todos os pontos importantes vistos no Quadro 22, é mister salientar a criação da IIRSA (2000) como elemento norteador do processo associado a políticas estruturantes ao território transfronteiriço, como fronteira-rede, no campo de articulações a conectores físicos de integração. O projeto da IIRSA⁴² prevê o provimento de infraestrutura básica regional nos setores de transporte, comunicação e logística. Mesmo a Guiana Francesa não tendo participado da cúpula e nem assinado o Comunicado de Brasília⁴³ (documento resultante da cúpula Sul-americana de 2000), o Departamento Ultramarino Francês acabou sendo contemplado pela iniciativa, pois também integra o conjunto regional sul-americano.

Anteriormente à IIRSA, no Brasil propôs-se, ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso, trabalhar com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, baseados nas ideias de Eliezer Batista (ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce e ex-ministro de Minas e Energia durante o Governo de João Goulart) com a ideia de planejamento territorial para o Brasil, que expandiu essa metodologia de trabalho para a América do Sul (BATISTA, 1997). Com a IIRSA, a tendência era melhorar a aproximação entre os mercados nacionais sul-americanos junto aos mercados globais, como a China.

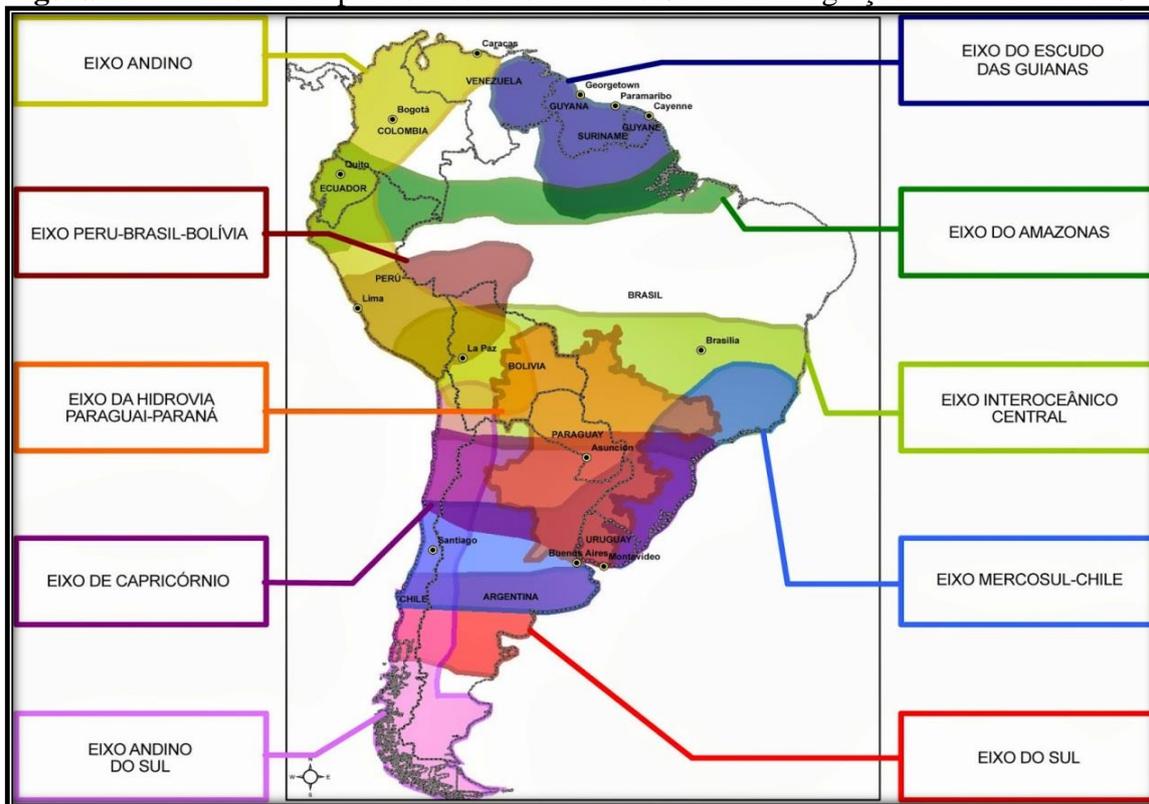
Foi no governo de Lula e em suas articulações práticas que a IIRSA ganhou materialidade. Para isso, o Itamarati e o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, foram fundamentais nesse contexto. Com o discurso desenvolvimentista, a IIRSA também promove, segundo a visão defendida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a abertura aos mercados mundiais, a promoção da iniciativa privada e a retirada do Estado da atividade econômica direta.

A estruturação da IIRSA foi realizada em eixos. Assim, a região da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa está situada no chamado Eixo do Escudo das Guianas, especificamente a fronteira franco-brasileira. No caso do Amapá, as obras de destaque são a pavimentação da BR 156 e a construção da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, além de outras pontes de concreto ao longo daquela rodovia, como a ponte sobre o rio Jari, articulando por terra Laranjal do Jari, no Amapá, a Monte Dourado, em Almeirim, no Pará.

⁴² As obras da IIRSA são realizadas através da captação de investimentos públicos e privados. No caso do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES tem sido o principal agente financiador das políticas da IIRSA.

⁴³ Comunicado de Brasília disponível em: http://www.iirsa.org/BancoMedios/Archivos/comunicado_de_brasilia.doc (acesso em 25/03/2017).

Figura 14: Infraestrutura para o Desenvolvimento Social e Integração na América do Sul.



Fonte: BATISTA (1997).

A construção da ponte binacional é uma das obras de infraestrutura mais significativas do Eixo do Escudo das Guianas. De um lado, o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França), atrelada à União Europeia; de outro, o estado do Amapá (Brasil), associado ao MERCOSUL – ambos não conseguiram superar, até então, as divergências diplomáticas e aduaneiras existentes entre as regulamentações dos usos do território transfronteiriço.

A Figura 15 mostra as articulações no Eixo do Escudo das Guianas, além de sua ligação com obras de infraestrutura no interior da região amazônica, como é o caso da hidrovia do Marajó, que irá reduzir em cerca de 12 horas o tempo de viagem entre Belém e Santana pela via fluvial nas embarcações a motor (navio e barco).

COSIDERAÇÕES FINAIS

O tema de discussão deste trabalho, sobre a condição fronteira franco brasileira, teve como ponto de análise inicial o recorte historiográfico, espacial, territorial da fronteira do Departamento ultramarino da Guiana Francesa (França) e o estado do Amapá (Brasil) inserido entre os séculos XVIII e XXI.

Aqui se emprestou o conceito de Porto (2015) que do Dicionário Aurélio retirou o termo *condição*, que significa “obrigação que se impõe e se aceita”. Porto defende que essas imposições são aceitas em face de relações desiguais construídas social, histórica, cultural e politicamente, que visam atender a diversos objetivos.. Neste rumo, a construção desses condicionantes não aparece por acaso, mas integram uma gama de relações complexas que garantem a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des)construção espacial, a fim de atender a interesses e objetivos externos ao ritmo e vivência locais.

Como primeiro passo de análise, foram construídas abordagens sobre os conceitos teórico-metodológicos acerca da fronteira, inseridos nos contextos sociopolíticos inerentes aos usos do território fronteiro na zona de fronteira franco-brasileira. As discussões acerca desse processo de uso e ocupação da zona em questão fizeram emergir, mais uma vez, as divergências antigas sobre o que é limite e o que é fronteira.

Como resultado para essa discussão, aplica-se o conceito de Machado (1998) para limite como um elemento físico, que demarca o território de um estado e até onde nele se pode ir. Assim como no caso dos tratados de limites, que definem o processo de ocupação e usos do território onde se aplica a força e o poder do Estado.

O que de fato se pode extrair dessa discussão é a acepção do limite como uma força centrípeta (para dentro) em que o Estado só poderá atuar até esse marco ou linha, como no caso do limite entre o Brasil e a Guiana Francesa (rio Oiapoque), que não pode ser ultrapassado, a não ser que a pessoa tenha alguma autorização, como passaporte ou carta transfronteira.

Essa barreira (limite) é definida a partir das ações políticas que impedem ou restringem a livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais, que de fato tornam estagnado o desenvolvimento pela condição imposta pela linha de fronteira como marco de limite entre dois países, que deveriam estar integrados e gradientes à interação espacial e territorial por estarem na zona de fronteira (SILVA, 2014).

No caso da fronteira, trata-se um espaço em que poderão ser articuladas as ações do Estado no que tange às espacialidades, aos usos do território e aos atores políticos que canalizam o espaço fronteiriço inserido na logística de escalas transnacionais, nacionais e subnacionais integradas à construção das novas relações comerciais e cosmopolitas impostas pela globalização. A fronteira atua, pois, como força centrífuga (para fora).

Machado (1998) considera a fronteira um espaço além do limite em que as articulações políticas podem ser de separação ou lugar de comunicação. Isso vai depender dos acordos internacionais feitos entre os estados.

Outro ponto de análise importante deste trabalho é a discussão observada no segundo capítulo sobre a construção histórica da região fronteiriça franco-brasileira, quando as abordagens e as análises sobre esse processo de construção foram expostas através de quadros com propostas de periodização, que apontaram os principais agentes e atores que nortearam a ocupação e os usos do território fronteiriço. Nesse caso, utilizaram-se como referência os principais acontecimentos na Amazônia, no Amapá e na Guiana Francesa.

A partir dos quadros construídos e adaptados de Santos (2016), pôde-se observar que a Amazônia não teve a sua história isolada de resto do Brasil, como se pensa a história no centro-sul do país. Os contextos de ocupação, disputas territoriais e projetos de desenvolvimento tiveram uma intensa atividade social, política e principalmente econômica, no que se refere às questões de domínio para o processo de exploração, característico do contexto colonial, como atuavam as nações naquela época quando objetivavam o enriquecimento do estado pelo mercantilismo e pelo metalismo⁴⁴.

Outro ponto importante no trabalho é a análise das relações políticas inseridas no contexto socioeconômico das cidades de Oiapoque e Saint-Geroges de l'Oyapock e do distrito militar de Clevelândia do Norte, no que se refere ao uso e ao processo de interface em relação à fronteira. Essas cidades estão interligadas pelo mesmo contexto fronteiriço – situadas no limite de fronteira e articuladas pelo mesmo contexto social, cultural e histórico. As cidades gêmeas (Oiapoque e Saint-Georges) são os principais pontos de articulação de circulação de mercadorias e pessoas; enquanto o distrito militar de Clevelândia do Norte atua como um destacamento militar que desempenha funções de vigilância, patrulhamento, combate ao tráfico de drogas e de pessoas na fronteira.

⁴⁴ Prática de acúmulo de metais preciosos na época Moderna na história europeia, em que alguns estados acreditavam que acumular metais nobres simbolizava o enriquecimento.

O que se percebeu em trabalho de campo nessas cidades e em Clevelândia do Norte é que o sentimento de pertencimento dos agentes políticos e sociais são diferentes nesses territórios fronteiriços. Aqui se indica a ideia de fronteira polinucleada⁴⁵, em que a percepção sobre a fronteira tem os mesmos objetivos com sentimento de pertencimento diferente. O núcleo principal dessas articulações está na cidade de Oiapoque, que age e interage com os centros (Macapá e Cayenne) e subcentros (Saint-Georges, Vila Vitória e Clevelândia do Norte).

Outra análise relevante que se percebeu nesse trabalho é a criação do território Federal do Amapá (1943) como um estado em embrião (PORTO, 2015), mudando a condição fronteiriça franco-brasileira – de fronteira de separação para a condição periférico-estratégica, em virtude do advento da segunda Guerra Mundial e a necessidade de proteção do seu território, que para o governo da época era, ao mesmo tempo periférica e estratégica pela sua aproximação aos mercados integrados à geopolítica inserida e imposta pelo próprio contexto do conflito mundial.

Com a chegada do terceiro milênio, as relações espaciais inseridas nas dinâmicas contemporâneas das regiões fronteiriças se afinam, a partir de um novo conjunto de forças que interagem no território na tentativa de atenderem aos anseios das sociedades integradas ao contexto internacional, nacional e subnacional. Novos grupos e empresas surgem com finalidade de estreitar as relações comerciais *sui generis* ao sistema capitalista e das redes que se estabelecem pelo mundo globalizado (SILVA, 2014).

O Acordo-Quadro realizado entre a França e o Brasil, em 1996, estreitou os interesses diplomáticos e econômicos para a região transfronteiriça. Nesse momento, desenhou-se um plano de ações estruturantes de cooperação econômica para o desenvolvimento do território franco-brasileiro.

Na primeira Conferência de cooperação econômica transfronteiriça, discutiram-se as dinâmicas territoriais balizantes e norteadoras ao processo de construção de uma nova rede técnica de integração entre os estados subnacionais do Platô das Guianas, como a ponte binacional, a pavimentação de um trecho da BR-156 e a estruturação do porto de Santana/AP; além disso, com investimentos relacionados à cooperação linguística com a

⁴⁵ A fronteira polinucleada se articula a partir de uma zona territorial de (des)encontro entre países, marcada pela existência material e/ou simbólica, de pelo menos três núcleos urbanos de ocupação com funções urbanas ligadas, a partir das definições institucionais de seus respectivos governos centrais ou ainda de algum ente federativo.

criação de escolas de línguas em cada uma das cidades-sede, como elementos essenciais ao processo de desenvolvimento regional amapaense e do Departamento Ultramarino Francês.

Em 2000, com a criação da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), melhoram-se as expectativas sobre o território fronteiriço, principalmente para o município de Oiapoque, que vislumbra possibilidades de esgotamento dos conflitos aduaneiros existentes na região.

Este trabalho, além de procurar entender os processos associados ao domínio e ao uso do espaço territorial (trans)fronteiriço franco-brasileiro, também busca apontar possíveis análises sobre as problemáticas inseridas na barreira nitidamente visível na condição fronteiriça atual.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as condições fronteiriças que nortearam o processo de ocupação e os novos usos do território transfronteiriço entre o estado do Amapá (Brasil) e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França), na perspectiva do desenvolvimento regional.

A hipótese deste trabalho foi confirmada, uma vez que a Sulamericanidade em detrimento à Latinoamericanidade, afirmando a identidade regional sulamericana, ratifica a vulnerabilidade da fronteira franco-brasileira e que nela há pouco desenvolvimento tecnológico e um incipiente comércio exterior. Assim, os objetivos ligados à identificação de obras de interesse bilateral e sub-regional são estanques, pelo lado brasileiro, que paralisam os interesses na identificação de fórmulas inovadoras de apoio financeiro para os projetos de infraestrutura e na adoção de regimes normativos e administrativos que possam facilitar a interconexão e a operação dos sistemas energéticos, de transporte e comunicação, que não permitiriam, até então, o desenvolvimento do território fronteiriço franco-brasileiro, e com ele parte do desenvolvimento regional do estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- AMORIM, João Paulo de Almeida. **Organização espacial da sub-região de Macapá, na Amazônia Setentrional Amapaense (1990-2015)**. Macapá: Mestrado em Desenvolvimento Regional/Universidade Federal do Amapá, 2016. Dissertação (Mestrado).
- ARBARET-SCHULZ, Christiane (et al.), « La frontière, un objet en mutation », *Espace(s)*, revue en ligne, [espace\(s\).net/document842.html](http://espace(s).net/document842.html).
- AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteira e construções de alteridades**. Belém. NAEA/UFPA. 2002.
- BATISTA, Eliezer. **Infra-estrutura para o Desenvolvimento Social e Integração na América do Sul**. Rio de Janeiro, Editoria Expressão e Cultura, 1997.
- BECKER, Bertha. **Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 172 p.
- BRASIL. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. Ministério da Integração Nacional, secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/publicacoes>.
- CAMILO, Janaína Valéria Pinto. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)**. Dissertação de Mestrado em História Social defendida da UNICAMP, 2003.
- CARVALHO, Edilson Alves de. **Leituras cartográficas e interpretações estatísticas I: geografia**. Natal: EDUFRRN, 2008.
- CEROM. **Guiana Francesa e Amapá: Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios**. Cayenne (GF) Trad. R. LAURENT Impressão: PRIM, 2010.
- CORRÊA, Roberto Lobato Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *CIDADES*, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.
- _____. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, jul./set, 1987, p. 39-68. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 11 de setembro de 2016.
- DUARTE, Geraldine Rosas. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Confins** [Online], 28 | 2016 [consultado o 15 Fevereiro 2017. URL: <http://confins.revues.org/11072>].
- FONTOURA, Ana Elisa Sparano. Geografia política: identificando diferenças e revisitando conceitos. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 27: 71-77, dez., 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

- FOUCHER, Michel. **L'invention des frontières**. Paris: Fondation pour les Etudes de Défense Nationale. 1986. 325 p.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSSE). **Comptes Economiques Régionaux Définitifs –2009**.
- Institut National de la Statistique et des Études Économique - INSEE –. «**Guyane**» 2015. Disponível em < <http://www.insee.fr/fr/regions/guyane/>> Acesso em 15 de fev. 2017.
- JESSOP, Bob. “La economía política de la escala y la construcción de las regiones transfronterizas”. **Revista Eure**. Vol. XXIX, nº 89, pp. 25-41, Santiago de Chile, mayo 2004.
- LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- LENCIONI, S.. **Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas**. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998. **Anais...** Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 2006, p.1-10.
- MACHADO, L. “O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: I. Castro et al. **Questões atuais sobre a reorganização do território**. 15-64, 1996”.
- _____. Limites, Fronteiras, Redes In: T. M. Strohaecker, A. et al. **Fronteiras e Espaço Global**, Ed. GB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.
- _____. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 1, 1999.
- _____. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n" 8, pp. 7-23, jan. jun., 2000.
- MEIRA MATOS, Carlos de. **Brasil Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.
- MIRANDA, Rogério Rego. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)**. Belém: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal do Pará, 2009. Dissertação (mestrado).
- MIYAZAKI, Vitor. Koioti. Estudo sobre aglomeração urbana no contexto das cidades médias. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços**

de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos, Porto Alegre, julho de 2010.

PAWELS, G.J. Contribuição para o estudo dos conceitos de limite e fronteira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 1925, p. 61-90.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC. 2003.

_____. **As condições fronteiriças do Amapá: Duas abordagens para a linde Sulamericana Brasil-França**. Faculdade de Letras/Depto. de Geografia/Universidade de Coimbra, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Record, 1949. (Coleção Presença Brasileira, vol. 03)

_____. **A política de Portugal no Valle Amazônico**. Belém: SECULT, 1993.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O Retorno do Território, SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território. Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Emmanuel R.C.. Configuração Geográfica na Fronteira Setentrional Amazônica: os grandes projetos do Amapá-Brasil. I Simpósio Internacional de Geografia Política e Território Transfronteiriços, 2011, Foz do Iguaçu. Geografia Política Território e Poder, 2011.

_____. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Presidente Prudente: FCT-UNESP, 2012. Tese (Doutorado).

SANTOS, Romário Valente. O Aglomerado Urbano Macapá-Santana: a cidade média da Amazônia Setentrional Amapaense. **Anais XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana: perspectivas e abordagens da Geografia Urbana no Século XXI**. Fortaleza, 2015.

_____. **(Re)estruturação e formação do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. Macapá: Universidade Federal do Amapá/Mestrado em Desenvolvimento Regional), 2016.

SANTOS, R.V.; BARROS, E. S. B. Produção do espaço no eixo sul do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia setentrional amapaense. Estação Científica (UNIFAP) <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>. **Macapá, Ahead of print, v. 6, n. 3, set.-dez. 2016.**

SANTOS, P. G. S.; PORTO, J. L. R. Novos usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação. **Revista GeoNorte**, v. 7, p. 1152-1168, 2013.

SILVA, Armando Corrêa da. A concepção clássica da Geografia Política. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, nº 3, 1984.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. A fronteira política: alguns apontamentos sobre este tema clássico. **Acta Geografic**, p. 07-15, 2008.

_____. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque-AP. Oiapoque-AP. **Confins** (Paris), p. 17, 2013.

_____. **Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI**, Macapá: UNIFAP, 2014b, 150 p

_____. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. Macapá: UNIFAP, 2014b, 132 p.

_____. As Regiões Ultraperiféricas da Europa: mudanças e permanências nas Políticas Públicas. **Ciência Geográfica**, v.XVIII, p.182 - 191, 2015.

SILVA, Gutemberg V.; RÜCKERT, Aldomar A. «A fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)». **Revista Confins**, n 7, 2009, p. 1-21.

SILVA, G. V.; PORTO, J.L.R. Interações Espaciais entre Territórios Periféricos no Norte da América do Sul. **Percurso** (Curitiba), v. 1, p. 12-31, 2011.

SILVA, G. V.; GOUVEA, I. A. M. Relações internacionais na fronteira franco-brasileira: reflexões sobre o comércio transfronteiriço. **Examãpaku** (Boa Vista), v. 1, p. 1, 2012.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas Três Lagoas, v. 1, n. 6, ano 4, novembro de 2007.

VALENCIANO, E. O. **La fronteira: um novo rol frente a la intregación – la experiência em mercosur**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.17, n1,1996. P.185-2015.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1987.

VIDAL, Laurent. **Nova Mazagão, a cidade palimpsesto (1770-1778). Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 137-190.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998.

